

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

**REDES SOCIAIS, SEGREGAÇÃO E POBREZA EM
SÃO PAULO**

Tese de livre docência

Eduardo C. L. Marques

São Paulo, agosto de 2007

“There is no such thing as society. There are individual men and women, and there are families.”

Margaret Thatcher, 1987.

“Even in the richest country in the world, ... , lies Harlem, where it has been estimated that a black male born and brought up in some areas has less chance of reaching the age of 65 than a child born and brought up in rural Bangladesh. Some Americans (perhaps even a majority) purport to believe that this is not in some way a reflection on the way in which their society is organized, but only on the moral (and maybe also genetic) degeneracy of the citizens of the ghetto...”

It is a matter for speculation how much the swing back to the notion that people are personally responsible for their own social positions, as a result of good or bad choices, owes to the rise of politicized religion”

Brian Barry, 2005

“For too long, we have ignored the importance of social networks in the design of welfare policies because we have assumed that some combination of incentives and skills are sufficient to tackle the problem of social exclusion...”

The only debate about the future of welfare that is worth having is one about how our system can become part of what sustains the network fabric of our society.”

Perri 6, 1997.

Agradecimentos

Este trabalho é profundamente marcado pelo ambiente do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) do Cebrap. A própria motivação de explorar conjuntamente as redes e a segregação como mecanismos da produção das condições de vida e da pobreza deriva de estudos anteriores que desenvolvemos coletivamente, em especial do livro “São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais” editado por mim e por Haroldo Torres em 2005. Além disso, esta tese de livre docência trás em si a influência de diversas discussões travadas no interior do Centro ao longo dos últimos anos. Portanto, o primeiro agradecimento vai para os diversos colegas do Centro que contribuíram de forma difusa para este trabalho.

O segundo e mais efusivo agradecimento, entretanto, é endereçado à equipe da pesquisa sobre redes e pobreza, que tem essa tese como um dos de seus produtos. O grupo incluiu, em momentos diversos e pela ordem de entrada em cena: Renata Bichir, Thais Pavez, Miranda Zoppi, Igor Pantoja e Encá Moya. A participação de todos foi fundamental pelas muitas discussões conceituais, empíricas e existenciais que travamos, assim como pela inestimável ajuda operacional nas entrevistas e no processamento dos dados. Além deles, Renata Gonçalves ajudou decisivamente na obtenção de imagens e dados demográficos. A todos agradeço do coração. Espero que continuemos trabalhando juntos e reproduzindo os nossos esforços conjuntos.

Por fim, mas não com menor destaque, agradeço sinceramente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo financiamento de longo prazo do Centro, sem o qual essa pesquisa não teria sido possível. No caso do CEM, mais do que financiar esta ou qualquer outra investigação especificamente, a Fapesp tem viabilizado avanços de pesquisa construídos através do encadeamento de investigações ao longo dos anos, possibilitando a produção de conhecimento cumulativo e articulado. Espero que os frutos desse esforço se reproduzam no tempo e contribuam para a produção de um campo de conhecimento mais rico e sistemático em ciências sociais.

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: CONSTRUINDO PONTES CONCEITUAIS ENTRE POBREZA, SEGREGAÇÃO E REDES	14
1. A POBREZA URBANA	15
2. A SEGREGAÇÃO E A PERIFERIA	29
3 . REDES SOCIAIS E PESSOAIS	34
a. As redes sociais	35
b. As redes pessoais	44
CAPÍTULO 2. A PESQUISA E AS ÁREAS ESTUDADAS	51
1. ALGUMAS DEFINIÇÕES OPERACIONAIS DE PESQUISA	53
2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E ASPECTOS METODOLÓGICOS	57
3. AS LOCALIZAÇÕES	59
a. Cortiços da região central	59
b. Vila Nova Jaguaré	63
c. Favela Paraisópolis	66
d. Favela Vila Nova Esperança	70
e. Conjuntos habitacionais da Cidade Tiradentes	72
4. COMPARANDO OS LOCAIS DE MORADIA DOS ENTREVISTADOS	76
CAPÍTULO 3: AS REDES, SUAS CARACTERÍSTICAS E CONDICIONANTES	80
1. OS ENTREVISTADOS E SUAS CARACTERÍSTICAS	80
2. AS REDES E A SOCIABILIDADE	86
3. OS PRINCIPAIS CONDICIONANTES DAS REDES	95
a. Renda	95
b. Escolaridade	98
c. Idade e ciclo de vida.	99
d. Sexo	100
e. Migração e incorporação	102
f. Frequência a templos	106
g. Espaço e segregação	107
4. SUMARIZANDO OS EFEITOS DOS CONDICIONANTES	111

CAPÍTULO 4. TIPOS DE REDES E TIPOS DE SOCIABILIDADE	114
1. OS TIPOS DE REDES	115
2. OS TIPOS DE SOCIABILIDADE	125
3. COMPARANDO OS TIPOS DE REDES E DE SOCIABILIDADE	133
CAPÍTULO 5. EXPLORANDO AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DAS REDES	138
1. EMPREGO	139
2. EMPREGO PROTEGIDO	142
3. PRECARIIDADE SOCIAL	144
4. RENDIMENTOS	147
5. SUMARIZANDO OS EFEITOS DAS REDES	153
CONCLUSÃO	156
BIBLIOGRAFIA	166

Lista de Tabelas, Figuras, Mapas e Gráficos

Mapa 1. Região Metropolitana de São Paulo (áreas pesquisadas indicadas)

Imagem 1. Região central (locais de cortiços com entrevistas indicados)

Imagem 2. Jaguaré e imediações (locais de entrevistas indicados)

Imagem 3. Paraisópolis (locais de entrevistas indicados)

Imagem 4. Vila Nova Esperança (indicada) e o bairro João XXIII

Imagem 5. Conjuntos em Cidade Tiradentes (locais de entrevistas indicados)

Tabela 1. Indicadores escolhidos dos locais de moradia dos entrevistados, 2000.

Tabela 2. Tabela resumo de dimensões e indicadores-síntese

Tabela 3. Indicadores médios por tipo de rede

Tabela 4. Incidência dos tipos de rede por local (%)

Tabela 5. Tipos de sociabilidade por esferas de sociabilidade

Tabela 6. Presença relativa dos grupos de sociabilidade nos locais (%)

Tabela 7. Cruzamento das tipologias de redes e sociabilidade

Tabela 8. Localismo e inserção urbana dos grupos

Tabela 9. Resultados do modelo GLM da renda familiar per capita (Ln)

Gráfico 1. Incidência das sociabilidades nos tipos de rede

Figura 1. Sociograma da entrevistada 164

Figura 2. Sociograma da entrevistada 93

Figura 3. Sociograma do entrevistado 155

Figura 4. Sociograma da entrevistada 47

Figura 5. Sociograma da entrevistada 60

Figura 6. Sociograma do entrevistado 52

Figura 7. Sociograma da entrevistada 142

Figura 8. Árvore da explicação do emprego (Chaid)

Figura 9. Árvore da explicação do “emprego protegido” (Chaid)

Figura 10. Árvore da explicação da “precariedade social” (Chaid)

Introdução

Essa pesquisa analisa as redes pessoais de indivíduos pobres em diversas situações urbanas de pobreza, reconstituindo seus atributos, os padrões de relações em que se inserem e investigando os condicionantes e as conseqüências de suas redes pessoais. O trabalho acrescenta importantes elementos relacionais ao entendimento da pobreza urbana, cuja análise se encontra hoje dominada por uma literatura centrada em atributos individuais, sendo dimensões sociais entendidas apenas como constrangimentos à inserção dos indivíduos.

Em período recente, as redes sociais têm sido citadas de forma freqüente como elemento importante para o entendimento das condições de pobreza e da reprodução dos padrões de desigualdade social no Brasil. Apesar disso, sabemos pouco sobre seu real funcionamento, para além da referência metafórica, assim como apenas intuimos, a partir de bases empíricas bastante frágeis, a sua influência sobre os mais variados processos. Essa pesquisa visa contribuir para a superação dessa importante lacuna, perseguindo respostas a quatro perguntas articuladas sobre o tema: Como são as redes de relações dos pobres no Brasil metropolitano? O que as condiciona e influencia? Quais são os tipos de redes existentes e de que forma se associam com padrões distintos de sociabilidade? Quais as conseqüências dessas redes para os indivíduos e para a pobreza em geral?

Os achados desta pesquisa indicam a existência de uma grande heterogeneidade das redes de indivíduos pobres, embora de forma geral elas sejam menores, mais locais e menos ricas em termos de sociabilidade do que as redes de indivíduos de classe média. Os resultados sugerem, entretanto, que certos tipos de redes de pobres estão empiricamente associados a

melhores condições de vida, trabalho e rendimentos, demonstrando a relevância da sociabilidade dos indivíduos para a definição de suas situações sociais em um sentido amplo e de pobreza em especial.

A importância do tema é ao mesmo tempo intelectual e ligada à construção de políticas públicas de corte social. Por longo período, a ênfase da literatura e das políticas de combate à pobreza foi colocada no estudo e na alteração de dimensões pessoais dos indivíduos e famílias em situação de pobreza, tentando dotá-los de características individuais que se imaginava que seriam estratégicas para que esses saíssem da pobreza e ascendessem socialmente. Embora outras dimensões tenham sido incorporadas ao longo do tempo, uma parte importante das iniciativas continua orientada por esse viés, em especial no caso brasileiro. Essa compreensão “atomista” da pobreza talvez seja explicada pela hegemonia de uma visão (marcada pelo discurso econômico) que foca a existência ou inexistência de rendimentos monetários ou, no máximo, ativos individuais entendidos dentro do marco das discussões do capital humano e associados à educação, às boas condições de saúde, etc. Segundo esta visão, esses elementos seriam importantes por permitir aos indivíduos acessar mais facilmente, ou com melhores credenciais, estruturas de oportunidades similares às consideradas quando se pensa apenas nos rendimentos. Embora essas dimensões sejam absolutamente essenciais para a compreensão da pobreza e para o seu enfrentamento pelas políticas de Estado, tanto trabalhos acadêmicos quanto as políticas já implementadas, demonstram que outros elementos podem também ser fundamentais.

Em período recente, deslocamentos importantes têm ocorrido até mesmo no interior dessa tradição, incorporando o efeito de processos coletivos e sociais. Esses processos, entretanto, são entendidos usualmente como elementos ambientais que influenciam aquelas mesmas propensões e capacidades individuais já citadas. É nessa direção que caminham as discussões sobre os efeitos de vizinhança, os *role model effects* e os *peer group effects*, assim como sobre o seu impacto sobre as situações de privação e pobreza. Embora incorporando elementos supraindividuais, esses deslocamentos não contribuem para o rompimento da visão atomista que marcava a literatura anterior.

Apesar disso, essa literatura avançou ao sugerir a incorporação do espaço, resultado em políticas focadas operacionalmente no território de forma a enfrentar a crise urbana, como a "*Politique de la ville*" francesa (Le Galès, 1996), ou a dar conta dos efeitos multiplicadores de precariedade social produzidos pelo espaço, principalmente em termos de cumulatividade de indicadores negativos e de segregação social-espacial. A introdução desses elementos e a construção de políticas em tal direção representam sem dúvida alguma um avanço, que apenas lentamente chega ao Brasil (Torres, 2005b e Marques e Torres, 2005). Entretanto, a experiência internacional de políticas, assim como trabalhos acadêmicos recentes, têm demonstrado que apenas a incorporação do ambiente parece não dar conta de todos os desafios a enfrentar (Blokland, 2003).

Acredito que para que avancemos na compreensão da pobreza é necessária uma mudança de enfoque que supere o paradigma atomista e parta de uma ontologia relacional da pobreza. Um certo olhar sociológico sobre o tema já tem defendido há algum tempo a importância de elementos sociais de natureza coletiva e supra-individual (Massey e Denton, 1993), assim como processos extra-econômicos na produção e na reprodução da pobreza (Paugam, 1996). No contexto dessa perspectiva, a pobreza não seria vista apenas como uma questão de reprodução econômica, mas de integração social e de pertencimento, levando em conta o que Sen (2000) denominou de abordagem relacional da pobreza. No caso brasileiro, embora essa literatura tenha exercido uma influência razoável em ambientes acadêmicos, não chegou a construir um conjunto de elementos que permitam operacionalizar pesquisas empíricas sobre o assunto, de maneira a testar a importância dos elementos destacados e a cotejar essa importância com a das variáveis individuais. A presente pesquisa se insere nesse debate, deslocando a ênfase e estudando detalhadamente as principais características das redes sociais de indivíduos pobres, os seus condicionantes e as conseqüências desses padrões relacionais para as situações de pobreza urbana encontradas.

A questão é de especial relevância, pois uma geração recente de políticas de combate à pobreza já tem as redes como um dos elementos de

interesse.¹ Na verdade, como é amplamente aceito por essa literatura (Policy Research Initiative, 2005a e b), e comprovado por estudos nacionais como Pavez (2006), as ações do Estado já impactam as redes sociais, mas a sua consideração explícita pode ser bastante útil para o desenvolvimento das políticas públicas. Considero que a relação entre redes e políticas envolve basicamente duas formas de interação. Em primeiro lugar, as redes podem ajudar a melhorar a implementação, tornando as iniciativas públicas mais capazes de alcançar os seus alvos, como no caso da incorporação de associações não governamentais na política de combate à Aids (Trotter, 1999), ou ajudando a customizá-las a aspectos locais, inclusive culturais, como na contratação de agentes comunitários nas políticas de saúde (Lotta, 2006). Uma segunda linha de importância nas redes, entretanto, é menos operacional e mais substantiva. As redes têm sido citadas como um dos elementos que caracterizam a pobreza e que devem ser diretamente impactados pelas ações do Estado (Levitas et al., 2007, Policy Research Initiative, 2005a e Perri 6, 1997). Esse é o caso de amplo mas ainda recente conjunto de políticas de combate à pobreza formuladas a partir do conceito de capital social (Policy Research Initiative, 2005b; Cechi, Molina e Sabatini, s.d. e Perri 6, 1997). Essa geração de políticas já chegou ao Brasil, embora de forma acrítica e sem a menor especificação dos mecanismos associados às redes, tornando a sua citação em apenas um elemento retórico.²

A questão de fundo que parece representar um importante obstáculo ao desenvolvimento de políticas que não apenas sejam informadas pela existência das redes, mas as incorporem e ajam sobre elas, é que se sabe muito pouco sobre o funcionamento do fenômeno, assim como sobre a sua contribuição para a reprodução das situações de pobreza. Se quisermos levar às últimas conseqüências a dimensão relacional da pobreza (Perri 6, 1997) é preciso que compreendamos muito mais detalhadamente os padrões de relação que cercam os indivíduos. O estudo das redes de indivíduos e

¹ Um exemplo emblemático disso são os estudos desenvolvidos pelo Prime Minister's Strategy Unit através da Social Exclusion Task Force do governo britânico e o Policy Research Initiative do governo canadense. Ver http://www.cabinetoffice.gov.uk/social_exclusion_task_force e www.policyresearch.gc.ca.

² Ver por exemplo <http://www.acaofamilia.prefeitura.sp.gov.br/portalfamilia/Default.aspx?idPagina=1655>. Nesse programa de transferência direta de renda focalizado a partir do espaço pretende-se "fortalecer laços" nas comunidades. Imagina-se que os beneficiados desenvolverão sociabilidade diferente da atual e baseada em reciprocidade, confiança e solidariedade transformando as redes sociais e passando da sociabilidade atual à "vida de direitos e deveres" através da "vida em família" e da "família na comunidade". Tudo isso ao longo de um ano em fases de 4 meses.

comunidades, portanto, se encontra em posição de destaque também em nível internacional na interface entre o conhecimento acadêmico e o desenvolvimento de políticas eficazes de combate à pobreza (Policy Research Initiative, 2005a e 2005b). Contribuir para o entendimento dessas questões é o objetivo dessa pesquisa.

Embora o destaque das redes sociais nos debates de políticas seja recente, a sua presença é mais antiga na produção acadêmica de ciências sociais. A preocupação já se fazia presente na ontologia social considerada por clássicos da sociologia como Simmel, e foi objeto de atenção destacada em estudos diversos ao longo dos últimos 30 anos. Veremos no primeiro capítulo de que forma os debates das redes sociais e das redes pessoais se associam (ou podem se associar) ao tema da pobreza. Sem querer avançar na discussão, vale adiantar aqui que as redes são exploradas como elemento importante na promoção tanto de coesão social (bonding) quanto na construção de conexões e integração social (bridging). O primeiro efeito pode auxiliar intensamente na produção de identidades, na promoção de sensação de pertencimento e na construção de controle social nas comunidades. O segundo efeito tem conseqüências sobre a integração social, a redução do isolamento de grupos sociais específicos e a construção de padrões de sociabilidade com troca e integração mais intensa entre grupos. Essas dimensões estão presentes tanto nas redes sociais quanto nas redes dos indivíduos separadamente, conformando o que se denomina de redes pessoais.

Portanto, os padrões relacionais dos indivíduos devem ser incorporados necessariamente em nossos modelos explicativos da reprodução da pobreza, se pretendemos considerá-la de forma relacional (Sen, 2000) e multidimensional (Mingione, 1999 e Levitas et al., 2007). Nesse sentido, uma ampla literatura tem citado a conexão entre redes e o que Lin (1999b) denomina de obtenção de status – a aquisição de características individuais que são construtoras de hierarquias sociais, como rendimento, escolaridade, cultura, etc. Segundo essa concepção, diversas dimensões sociais dependeriam da existência de um tipo específico de capital social composto por elementos coletivos, produzidos e estocados acima do nível dos indivíduos, mais precisamente em suas teias de relações (Perri 6, 1997). Para os autores

que tentam conectar o capital social às redes, as características comportamentais destacadas pela literatura como confiança mútua e civismo (a partir de Putnam) seriam geradas e reproduzidas pelas redes de relações. Sugere-se que “capital social se refere às redes de relações sociais que podem prover aos indivíduos e grupos o acesso a recursos e apoio” (Policy Research Initiative, 2005b, pg. 5). Esse elemento é destacado por uma parte importante dos diagnósticos internacionais mais recentes sobre o tema (Policy Research Initiative, 2005a e 2005b, Cechi, Molina e Sabatini, s.d., Perri 6, 1997, Levitas et al. 2007).

A análise das redes também pode nos ajudar a refinar nosso entendimento sobre os efeitos da segregação territorial sobre a pobreza, outro tema já bastante investigado pela literatura (Wilson, 1987; Jargowsky, 1997, Briggs, 2001). Nesse particular, apenas estudos empíricos que trabalhem conjuntamente espaço e redes podem ajudar a avaliar em que medida as redes integram locais segregados, conectando os indivíduos submetidos a essa condição a contextos sociais mais amplos. Em termos gerais, a questão remete às relações entre a estrutura social, a localização geográfica e a estrutura relacional do social composta pelas redes. De maneira mais específica, a questão diz respeito aos acessos desiguais que os indivíduos podem ter a bens materiais através de serviços e políticas e dos mercados de trabalho ou a elementos imateriais, como repertórios e formas de viver. Nesse sentido, as redes poderiam ajudar a vencer espaços geográficos e sociais e dar acesso aos indivíduos ou inseri-los em círculos sociais mais ou menos amplos. Assim, embora com sinais trocados, tanto as redes sociais quanto a segregação aparecem como mecanismos que dão acesso diferenciado às estruturas de oportunidades presentes em uma dada sociedade e a partir das quais, no entender da literatura sobre pobreza, os indivíduos apresentam as suas credenciais e retiram renda dos mercados.

Antes de apresentar a pesquisa propriamente dita, é importante estabelecer alguns pontos de vista de método. O trabalho analisa os principais condicionantes das redes pessoais em locais de baixa renda, assim como explora a sua estrutura e variação, avançando posteriormente para investigar as conseqüências das redes. Todas essas dimensões envolvem complexa

multicausalidade associada à articulação de vários processos e condicionante. O resultado é fortemente influenciado pela combinação e a ordem das dimensões existentes, e apenas o seu conhecimento detalhado permite avançar na compreensão da questão. Por essa razão, o desenho da presente pesquisa envolve o desenvolvimento de estudos de caso de grande detalhe de forma a dar conta das especificidades e das combinações dos processos (Ragin, 1987), elementos não obtíveis em um estudo de tipo de variáveis ou de correlação (Mahoney, 2001). Trata-se, portanto, de explorar aqui muito mais as configurações de elementos, assim como a sua ordem e combinação, do que considerar o seu caráter mais ou menos representativo em sentido estatístico para o conjunto da população (Ragin, 1987, Tilly, 1992 e Skocpol, 1984). Assim, parto de um levantamento primário de redes pessoais de indivíduos pobres que habitam espaços definidos intencionalmente pelas suas características urbanas. Embora os dados assim obtidos representem uma amostra da população em situação de pobreza em São Paulo, não se pretende que ela seja representativa estatisticamente do conjunto da população e, conseqüentemente, não são utilizadas técnicas de expansão de amostra de forma a determinar, por exemplo, quantos milhares de pessoas na cidade têm redes de um determinado tipo. Tampouco se pretende esgotar as situações urbanas, embora a escolha dos locais de estudo tenha tentado construir uma representação ampla dos tipos de situação de segregação a que estão associados conteúdos de pobreza urbana na cidade.

Esse desenho de pesquisa visa alcançar o que Ragin (1987) denomina de "causação conjuntural múltipla", típica do mundo social, na qual raramente se podem construir experimentos, quase nunca as causas agem isoladamente e o efeito das causas depende do contexto, podendo até inverter o seu sentido. Na verdade, dada a especificidade do fenômeno, considero que essa é a única perspectiva de análise que permitiria compreender melhor os pobres, ao invés da pobreza, como diferenciou Mingione (1999). A capacidade de generalização dos resultados, nesse caso, é produto justamente da natureza combinatória das explicações (Ragin, 1987). O estudo constrói uma interpretação densa de cada caso e avança para a elaboração de explicações causais (no sentido das comparações

individualizantes de Tilly, 1992) para, a partir delas, construir generalizações causais no sentido das comparações generalizantes (Tilly, 1992).

Em termos de técnicas de pesquisa, isso me levou a lançar mão tanto de técnicas quantitativas, quanto qualitativas, envolvendo entrevistas em profundidade, análise de redes, geoprocessamento e ferramentas estatísticas, como regressão e técnicas exploratórias de dados incluindo análise fatorial e cluster, entre outras. Apenas a utilização de um conjunto de métodos desse tipo permitiria compreender a natureza dos fenômenos estudados aqui (Wilson, 2002).

Uma outra dimensão de método fundamental a explicitar diz respeito ao fato da pesquisa analisar redes pessoais, e não redes de comunidades ou redes egocentradas em indivíduos. As redes de comunidades podem ser espacial ou tematicamente constituídas, e são os ambientes relacionais que cercam os indivíduos em um dado contexto, acontecimento ou processo, como ao longo de uma mobilização social, no interior da organização de uma dada política pública, na interação entre organizações, ou nas relações de parentescos ou econômicas entre famílias patriarcais, apenas para dar alguns exemplos. O presente estudo analisa redes diferentes dessas, levantando as redes dos indivíduos considerando a sua sociabilidade como assunto ou tema (que organiza as perguntas nas entrevistas). Entretanto, as redes consideradas não se restringem às redes egocentradas (ou egonets) dos indivíduos, que levam em conta apenas informações sobre os contatos primários dos indivíduos e sobre os vínculos entre estes. Diferentemente da maior parte da literatura internacional, considero que uma parte importante da sociabilidade que influencia a pobreza e as condições de vida ocorre a distâncias maiores do ego do que o seu entorno imediato (ou a apenas um passo), razão pela qual são levantadas aqui as redes totais dos indivíduos, sem limitar previamente o seu tamanho.³ Essa decisão se mostrou muito acertada, pois as redes encontradas na pesquisa variaram entre 5 e 148 nós, mesmo entre os indivíduos em situação de pobreza.

³ Por razões operacionais de pesquisa, foi introduzida uma limitação no número de rodadas de entrevistas, o que teoricamente pode significar uma limitação do tamanho das redes levantadas. No caso dos indivíduos pobres, entretanto, quase na totalidade das vezes o gerador de nomes chegou às fronteiras da rede antes disso, e podemos considerar que as redes construídas correspondem aproximadamente a representações das redes totais dos entrevistados. O capítulo 2 apresenta o método com detalhes.

Um outro elemento associado a isso deve ser destacado. As informações são oriundas de entrevistas com os próprios egos das redes. Os dados utilizados, portanto, são de tipo cognitivo – passam pelos processos de entendimento dos próprios indivíduos a respeito de suas redes (Marsden, 2005). Em um primeiro momento esse método pode parecer arriscado por correremos o risco de viés do informante, dadas as diferenças de entendimento frente aos instrumentos de pesquisa e às próprias redes. É realmente verdade que nas entrevistas foram observadas diferenças significativas com relação ao entendimento que os entrevistados têm das suas redes. Considero, entretanto, que isso não introduziu viés na análise. Isso porque os indivíduos utilizam em suas práticas cotidianas as relações (e os padrões de relação) da forma que as compreendem e, se as entendem diferentemente, tendem a usá-las diferentemente em suas práticas sociais. Na verdade, se adotarmos uma concepção não substantivista das redes, chegaremos à conclusão que as redes são exatamente o que os indivíduos entendem que elas são, e não estruturas ocultas em algum lugar, cuja configuração “real” deve ser descoberta pelo método. Assim, considerando-se que a maneira pelas quais os indivíduos entendem as suas redes é o que as define e orienta o seu uso social cotidiano, o que obtemos pelo método baseado nos dados cognitivos é realmente o que é importante para a reprodução das condições sociais dos indivíduos.

A pesquisa levantou as redes pessoais de 150 indivíduos pobres e 30 indivíduos de classe média, de forma a que pudessem servir de padrão de comparação. De maneira a explorar os efeitos da segregação espacial sobre as redes pessoais, escolhi locais bastante distintos sob o ponto de vista da inserção urbana, partindo de estudos anteriores sobre a distribuição espacial dos grupos sociais em São Paulo. Foram levantadas aproximadamente 30 redes pessoais em cada local estudado, além do grupo de controle de classe média, sem especificação de local de moradia. Na verdade, se controlássemos a localização residencial da classe média, encontraríamos um padrão concentrado no centro expandido, embora as suas redes se expandam por um amplo território e não incluam praticamente nenhum indivíduo da sua vizinhança física, na conformação do que Wellman (2001)

denomina de comunidades pessoais. Esse padrão é muito distinto do encontrado entre indivíduos em situação de pobreza, o que já indica enormes diferenças do ponto de vista dos padrões de construção de relações e das possibilidades de utilização dessas relações.

A escolha dos locais estudados, portanto, foi resultado de uma amostra intencional das localizações de indivíduos pobres na cidade, sob o ponto de vista de distância ao centro, dos graus de consolidação das áreas, dos padrões construtivos e dos graus de intervenção do Estado. Dentre os locais estudados, a localização de pobreza mais central inclui cortiços do Centro da cidade situados na Rua João Teodoro e imediações. As localizações mais segregadas e distantes incluem uma favela na franja peri-urbana do extremo Oeste da região metropolitana, entre os municípios de Taboão da Serra e São Paulo – Vila Nova Esperança – e um conjunto habitacional de grande porte na franja urbana da Zona Leste do Município de São Paulo – Cidade Tiradentes. Além desses, foram pesquisadas redes pessoais de moradores de duas favelas de grande porte com localizações relativamente centrais e próximas ao Centro expandido – Paraisópolis, contígua a um bairro de renda extremamente alta, o Morumbi, e objeto de inúmeros estudos anteriores e a Vila Nova Jaguaré, contígua a bairro de classe média, próxima à Universidade de São Paulo e a um bairro de alta renda, o Alto de Pinheiros.

Em cada um desses locais foram realizadas entrevistas com um questionário semi-aberto e um gerador de nomes. A escolha dos entrevistados em cada campo ocorreu de forma aleatória ao longo de percursos pelos locais estudados, sendo os indivíduos abordados nos espaços públicos ou na entrada de suas casas, tanto em dias de semana quanto durante fins de semana. Em alguns casos, a entrada nos locais de estudo foi mediada por informantes de pesquisas anteriores ou membros dos movimentos associativos locais.⁴ Ao longo do trabalho de cada campo, a amostra de entrevistados foi sendo controlada por alguns atributos sociais básicos como sexo, idade, status migratório e ocupacional e região do local estudado,⁵ de maneira a garantir uma proporcionalidade razoável com as características médias da população

⁴ Agradeço aos colegas Encá Moya, João Marcos de Almeida Lopes, Teresinha Gonzaga, Letizia Vitale, Gabriel Feltran e Henri Gerveseau que, em diversos momentos, auxiliaram em contatos para entrevistas.

⁵ Quando se dispunha de estudos anteriores que já haviam regionalizado o local segundo suas características sociais ou urbanas.

local e evitar a constituição de vieses. Como veremos no Capítulo 3, a comparação entre as características dos entrevistados e da população estudada sugere que esse objetivo foi alcançado com bastante sucesso.

A classe média foi definida de maneira ampla, mesclando critérios de rendimento com ocupação, e inclui profissionais liberais, funcionários públicos, pessoas envolvidas com atividades intelectuais e donos de estabelecimentos comerciais de certo porte. A delimitação do grupo não seguiu maiores preocupações conceituais ou metodológicas, visto que o objetivo das entrevistas com indivíduos assim classificados era apenas constituir um padrão de comparação para a análise das redes de indivíduos em situação de pobreza. As informações das redes de classe média, portanto, são usadas apenas como parâmetro e nunca em análise mais centrais e conclusivas.

O conjunto das informações assim geradas foi posteriormente tratado com ferramentas de análise de redes sociais, resultando na montagem de 180 redes pessoais. Em seguida, explorei as redes dos indivíduos pobres, tentando acessar seus principais condicionantes e os processos que influenciam em sua formação e dinâmica, tendo as redes de classe média como parâmetro. Foram estudados os processos de criação e rompimento de vínculos, as dinâmicas da homofilia⁶ e os condicionantes sociais da construção e manutenção de redes. As redes variam segundo diversas dimensões e variáveis específicas, incluindo sexo, ciclo de vida, status migratório e ocupacional, entre outros. De uma forma geral, praticamente inexistem relações dos indivíduos com pessoas de grupos sociais e de renda diferentes dos seus. Essa é talvez uma das mais importantes características dessas redes para a reprodução da pobreza e da desigualdade social. Naturalmente, a questão não se origina nas redes, mas é apenas uma faceta relacional da maneira como se organiza a estrutura social brasileira.

Por fim, concluo essa introdução apresentando um rápido resumo do que o leitor vai encontrar mais à frente.

No primeiro capítulo, resenho sucintamente as literaturas relativas à pobreza, segregação e redes sociais, destacando os elementos mais

⁶ Homofilia é a propriedade das redes que dá formato conceitual à evidência empírica de que, por mecanismos diversos, pessoas com atributos comuns têm maior probabilidade de criar e manter vínculos entre si. Os capítulos seguintes exploram com destaque essa dimensão.

importantes para a construção dos argumentos da pesquisa. Mais do que acompanhar exhaustivamente os debates, o objetivo do capítulo é construir as pontes conceituais necessárias para a articulação dos vários elementos dessa pesquisa, visto que esta se localiza em um ponto de interseção entre os debates sobre pobreza, redes e segregação.

Dado o relativo ineditismo no tema, mesmo em nível internacional, vários instrumentos de pesquisa foram desenvolvidos ou adaptados para a realização da pesquisa de campo e a obtenção das informações. O segundo capítulo apresenta os principais instrumentos de pesquisa aplicados, além de situar os leitores com relação às características gerais dos locais estudados.

O terceiro capítulo abre a análise dos dados coletados, endereçando a primeira pergunta esboçada no começo dessa introdução – como são as redes de indivíduos pobres? Início a análise pela caracterização dos entrevistados, de suas redes e de sua sociabilidade, para investigar em seguida os principais condicionantes de seus padrões de relação. Quando comparadas com as de classe média, as redes de indivíduos em situação de pobreza tendem a ser menores, mais locais, menos coesas e a apresentar sociabilidade menos diversificada. Apesar disso, no interior do grupo de indivíduos em situação de pobreza, a variação é muito grande e também se fazem presentes redes com características relacionais e de sociabilidade ricas e dinâmicas. Locais mais segregados, por outro lado, não tendem a ter redes diferentes sob o ponto de vista do tamanho e da coesão, mas abrigam redes mais integradas em termos urbanos (contrariamente ao que seria intuitivo considerar), assim como com sociabilidade mais variada do que locais menos segregados, sugerindo que as redes têm efetivamente integrado indivíduos espacialmente segregados.

A questão colocada inicialmente, portanto, desdobra-se na investigação dos padrões de variação das redes. O quarto capítulo desenvolve essa análise, ao delimitar os tipos de redes e de sociabilidade presentes. Os dados sugerem a existência de tipos diferentes de redes segundo o tamanho, a estrutura, a inserção urbana e a sociabilidade nelas contida.

O quinto e último capítulo completa a resposta às perguntas iniciais, analisando as conseqüências das redes para os padrões de vida dos

indivíduos e, em especial, para a definição das situações de pobreza e de precariedade social. Utilizando as tipologias anteriores e variáveis sócio-econômicas classicamente consideradas como centrais da caracterização da pobreza, analiso quantitativamente os principais condicionantes dos indivíduos terem emprego e, em especial, de terem emprego com alguma proteção, estarem em situação de precariedade social, assim como disporem de rendimentos. Os resultados sugerem a centralidade das redes e da sociabilidade para a definição dessas importantes dimensões das situações sociais, demonstrando a necessidade da sua integração aos estudos sobre o tema, assim como às políticas que pretendem combater a pobreza e promover o bem-estar.

Capítulo 1: Construindo pontes conceituais entre pobreza, segregação e redes

O objeto dessa tese se situa em um ponto de interseção entre os campos temáticos da pobreza, das redes sociais e dos estudos urbanos. Por essa razão, a pesquisa apresentou desafios conceituais consideráveis, envolvendo a especificação do objeto de estudo e a relação considerada entre os elementos estudados. O presente capítulo tem por objetivo montar este quebra-cabeça analítico a partir das literaturas respectivas. Não se trata, de forma alguma, de resenhar os debates, alguns deles já bastante consolidados e conhecidos, mas de delimitar precisamente o objeto e a abordagem a ser seguida.

O capítulo se inicia por uma localização geral da questão da pobreza, com especial interesse para a dinâmica urbana e o caso de São Paulo. A pobreza é considerada como multidimensional e a sua produção como influenciada por diversos processos sociais ligados à inserção dos indivíduos em estruturas de oportunidades. O acesso a essas estruturas é mediado, entre outras coisas, pela localização dos indivíduos no espaço urbano e pelas redes sociais em que estão incluídos. Por isso, a segunda seção discute o debate sobre a produção do espaço e a maneira como a relação entre pobreza e espaço tem sido tratada pelos estudos urbanos. A discussão da pobreza se faz presente na literatura de estudos urbanos desde o seu início, tanto internacionalmente quanto no Brasil. Mais do que recuperar o debate, entretanto, tento destacar e precisar aqui as conexões entre condições de vida e localização no território da cidade, com especial ênfase para a segregação.

A terceira e última seção do capítulo apresenta as literaturas sobre redes sociais e pessoais. As redes sociais e pessoais têm sido objeto de uma ampla literatura que tem focado a importância dos padrões de relacionamento entre indivíduos e entidades sobre diversos fenômenos sociais. A aplicação da análise de redes sociais ao nosso objeto sugere como elas podem participar da integração social dos indivíduos a circuitos mais ou menos amplos, impactando as situações de pobreza.

1. A pobreza urbana

A pobreza é um dos fenômenos mais analisados pela literatura sociológica e econômica nos últimos anos. Em termos empíricos, como demonstrado amplamente pela literatura sobre o tema (Rocha 2003, 2006a e 2006b), as condições de pobreza no Brasil têm se alterado substancialmente em período recente. Essas alterações se associam às intensas transformações registradas no país no mundo do trabalho, na migração, nas dinâmicas intra-urbanas e nos papéis do Estado, da família e do mercado na provisão do bem estar dos indivíduos nas últimas décadas. Os resultados desses processos são complexos e aparentemente paradoxais, apontando para várias direções nem sempre coerentes, com a deterioração nos mercados de trabalho e a melhoria dos padrões de acesso a políticas estatais e ao consumo, mesmo via mercado. O resultado desse processo é a presença de uma melhora disseminada dos indicadores sociais, excetuados os relacionados ao trabalho e à violência. Apesar dessas mudanças nos níveis de pobreza, estudos como Ribas e Machado (2007) sugerem que a grande maioria (73%) da pobreza urbana relativa entre 1995 e 2003 permanece crônica, com os mesmos indivíduos se mantendo nessa condição.

Observemos primeiramente a dinâmica da pobreza medida pela renda para depois acompanharmos as suas demais dimensões e os processos que a produzem. Em termos gerais, Rocha (2006a) sustenta a existência de uma redução da proporção de pobres e indigentes no Brasil ao longo dos últimos 15 anos, embora com variações sazonais importantes. As informações da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) sugerem a existência de um momento de queda concentrada logo após a implantação do Plano Real, sendo 1995 o ano de menor proporção de pobres da história recente do país,

seguido de uma suave elevação até 2003, ano a partir do qual as proporções de pobres e indigentes voltam a se reduzir. Ao longo do período, a pobreza rural caiu continuamente (assim como a indigência para o conjunto do país) e os hiatos de renda também se reduziram, sugerindo uma pequena melhoria de condições, mesmo para quem permaneceu pobre. A pobreza metropolitana, entretanto, que já vinha aumentando relativamente na primeira metade da década de 1990, se elevou significativamente entre 1995 e 2003, respondendo por grande parte da pequena elevação da pobreza observada no conjunto do Brasil na segunda metade da década de 1990 (Rocha, 2006a). A partir de então, entretanto, as informações existentes sugerem que as proporções de pobres e indigentes voltaram a cair significativamente, influenciadas em especial pela melhora da situação na região metropolitana de São Paulo (Rocha, 2006b).⁷

A visão mais tradicional sobre a pobreza a considera como produto apenas de atributos e comportamentos individuais, na conformação do que denomino de visão atomista da pobreza. Diferentemente, considero que a dinâmica das condições sociais é produzida por processos complexos que envolvem não apenas o mercado de trabalho como também as políticas estatais e transformações significativas de natureza demográfica.

A questão apresenta similaridade com o debate realizado no início da década de 1990 a respeito da chamada “década perdida”. A questão então colocada era explicar como durante a década de 1980, marcada por períodos recessivos e por crescimento econômico instável (Fiori e Kornis, 1994), poderiam se observar melhoras tão expressivas nos indicadores sociais (Guimarães e Tavares, 1994 e Tavares e Monteiro, 1994). Para alguns autores, esse aparente paradoxo seria causado pelos importantes avanços na política, com o retorno à democracia e a presença de movimentos sociais pujantes. Para outros, a inércia das políticas do regime militar explicaria ao menos parcialmente os avanços (Faria, 1992, Silva, 1992 e Marques, 2000). De uma forma geral, entretanto, podemos localizar a questão como um momento em que a utilização de modelos explicativos que derivam as condições sociais

⁷ Segundo Rocha (2006b), a proporção de pobres em São Paulo entre 2004 e 2005 caiu de 41,6 para 35,5. No conjunto do país, a proporção da população abaixo da linha de pobreza em 2005 era de 30,5%, contra 44,2% em 1990 e 33,2% em 1995, mas no Brasil metropolitano era de 34,5% em 2005, contra 31,2% em 1995 e 28,9% em 1990, confirmando ao mesmo tempo a redução da pobreza e a sua metropolização (Rocha, 2003 e 2006b).

diretamente das dinâmicas econômicas se mostrou fortemente limitada para a compreensão dos processos empíricos.

A década de 1990 segue basicamente a mesma dinâmica, embora com cores próprias. As liberdades democráticas são vividas já de maneira continuada há algum tempo e a maior parte dos sistemas de políticas públicas herdados do regime militar se transformaram substancialmente (Arretche, 2000). Por outro lado, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho foram muito mais intensas do que as vivenciadas nos anos 1980, impulsionados pelos processos de ajuste à abertura da economia e pela estabilização econômica a partir da segunda metade da década. Como resultado, os níveis de desemprego se tornaram muito mais elevados e persistentes e as coberturas da relação salarial muito mais frágeis (Hoffmann e Mendonça, 2003 e Guimarães, 2004). Por fim, os salários médios tenderam a cair, tornando os deslocamentos do mercado de trabalho extremamente dramáticos e negativos em praticamente todas as dimensões (Hoffmann e Mendonça, 2003 e Baltar, 2002). Em mais uma aparente contradição, os indicadores sociais continuaram a melhorar, tanto no que diz respeito às condições de vida que são impactadas pelas políticas estatais, quanto no que diz respeito ao acesso ao consumo via mercado.

Sob o ponto de vista do acesso a serviços, Torres, Bichir e Pavez (2006) mostraram, usando dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), um aumento muito grande nas coberturas dos serviços de água, luz, esgoto e coleta de lixo, caminhando em direção da universalização, mesmo nas piores regiões metropolitanas do país, apesar da manutenção de diferenciais importantes entre elas. No que diz respeito ao acesso via mercado, Torres, Bichir e Pavez (2006) mostraram ainda que em dez regiões metropolitanas o acesso da população mais pobre a bens duráveis tais como fogão, geladeira, televisão, máquina de lavar e outros bens comercializados elevou-se substancialmente. O ritmo de elevação tendeu a ser maior nas regiões que apresentavam patamares inferiores, sugerindo um lento processo de equalização. Utilizando dados diferentes, associados a uma pesquisa por amostragem realizados pelo CEM entre os 40 % mais pobres do Município de São Paulo, Figueiredo, Torres e Bichir (2006) também observaram elevação de acesso a políticas, mesmo entre os mais pobres.

Um outro conjunto importante de deslocamentos ocorrido ao longo das últimas décadas emoldura essas transformações. Como é amplamente conhecido, os intensos processos de migração do rural para o urbano que caracterizaram a dinâmica demográfica brasileira dos anos 1940 aos 1970 tenderam a se desacelerar intensamente desde então (Martine, 1995), levando a taxas de crescimento demográfico bastante baixas nas grandes cidades nas últimas décadas. Se as grandes cidades cresceram pouco, entretanto, a desagregação intra-urbana do fenômeno indica uma realidade diferente. Em São Paulo, essas taxas apresentaram crescimento negativo em áreas centrais já nas décadas de 1980 e mais intensamente na década de 1990 (Perillo e Perdigão, 1998 e Januzzi e Januzzi, 2002) e a continuação de taxas elevadíssimas em áreas muito periféricas localizadas nas franjas urbanas (Torres, 2005a). Uma outra novidade das últimas décadas foi o ressurgimento das migrações internacionais para São Paulo, agora originárias de países latino-americanos (Lazo, 2003). A fecundidade, por outro lado, continuou a sua trajetória de queda já verificada nas últimas décadas (Seade, 2000 e Berquó e Cavenaghi, 2006), reduzindo o tamanho das famílias e tornando a estrutura etária substancialmente mais idosa e menos jovem (Seade, 2000).

O conjunto dessas transformações exerce grande influência sobre as condições de vida e a pobreza em particular, tornando os modelos explicativos da pobreza baseados exclusivamente em atributos individuais, como a escolaridade e os rendimentos, e na dinâmica econômica, amplamente insuficientes, levando à necessidade de incorporar outras dimensões na análise da pobreza urbana. A questão, na verdade, é bastante conhecida e debatida, inclusive no interior da comunidade dos economistas, que são os que mais frequentemente se envolvem em mensurações (Boltvinik, 1996 e Rocha, 2003). Na verdade, a persistência da ênfase nos rendimentos se liga à sua relevância (Rocha, 2003), mas se associa também às dificuldades de incorporação de outras informações (Boltvinik, 1996). Estabelecer uma única unidade de medida facilmente mensurável e padronizada é um passo importante para o desenvolvimento de estudos comparativos regionais e internacionais, e por isso os estudos utilizando a distribuição dos rendimentos e as chamadas linhas da pobreza são tão disseminados (Rocha, 2003 e Hoffman, 2000), embora autores como Levitas et al. (2007) se envolvam em esforços

significativos de mensuração multidimensional. O presente estudo não tem por interesse mensurar a pobreza, mas como pretendo analisar a importância de um mecanismo na sua reprodução, é importante desenvolver o ponto de maneira mais precisa conceitualmente.

A pobreza é considerada aqui como um fenômeno multidimensional (Mingione, 1999 e Levitas et al., 2007) influenciado por várias dimensões, inclusive supra-individuais e extra-econômicas, a sua definição depende dos enquadramentos culturais e dos patamares de justiça aceitos por uma dada sociedade (Paugam, 2005). O fenômeno envolve a existência de certas características e faculdades dos indivíduos e a presença de patamares mínimos de bem estar entendido de maneira ampla. O acesso ao bem estar não é apenas definido pelos recursos oriundos do mercado de trabalho via rendimentos, mas depende do Estado e de dimensões sociais. O conceito de pobreza multidimensional enquadra com maior plasticidade aqueles indivíduos que, apesar de conseguirem sobreviver acima do mínimo necessário, não têm acesso aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas como educação, saneamento básico, saúde, cultura e integração social. Além disso, diversos acontecimentos⁸ podem transformar a situações de vulnerabilidade que não chegam a caracterizar pobreza em situações de privação social. O sentido de vulnerável aqui é a existência de uma condição de fragilidade frente a contingências e/ou crises, tornando muito provável a passagem desses indivíduos para situações de privação em sentido estrito, no futuro. Na verdade, o provável é que tais indivíduos transitem entre situações, localizando-se próximos ao limiar da privação durante a maior parte do tempo.

Ao contrário de existir uma única forma de pobreza, portanto, podemos considerar várias pobrezas distintas, associadas a características sociais diversas ligadas à estrutura etária, à composição familiar, à inserção no mercado de trabalho, etc. A distribuição espacial destas formas de pobreza aumenta ainda mais a complexidade do fenômeno, como discutiremos mais adiante, já que facilita ou dificulta o acesso a bens, serviços e oportunidades aos vários grupos sociais localizados espacialmente. Uma outra fonte de

⁸ Levitas et al (2007) diferencia esses acontecimentos entre fatores de risco, associados a dimensões sociais mais de fundo como o envelhecimento, a inserção precária no mercado de trabalho, e gatilhos causais, eventos que provocam diretamente a privação, como a doença, a perda do emprego ou a dissolução da família, por exemplo.

heterogeneidade está no fato da privação social tender a se superpor e se acumular em determinadas regiões (Bichir, Torres e Ferreira, 2005), embora não de uma forma completa ou perfeita. Consequentemente, certas regiões concentram a precariedade de maneira mais intensa do que outras.

A pobreza envolve ainda dimensões relacionais, ligadas às relações que os indivíduos estabelecem com os coletivos sociais mais amplos em que se inserem (Sen, 2000), mas discutirei essa dimensão na terceira seção desse capítulo, quando abordar a importância de um enfoque relacional baseado nas redes de sociabilidade dos indivíduos para o estudo da pobreza.

Em termos de estratégia de pesquisa, o estudo detalhado e combinado dessa multidimensionalidade só pode ser obtido através de escolhas metodológicas que privilegiem os detalhes e a complexidade dos padrões, inclusive em termos de sua distribuição no espaço. Nos últimos anos, a combinação de análise estatística com técnicas de geoprocessamento tem permitido o desenvolvimento de estudos desse tipo. Em estudos como CEM (2004), por exemplo, foram produzidas tipologias das situações de vulnerabilidade presentes em unidades espaciais bastante desagregadas a partir de uma série de indicadores sociais médios dessas unidades. Essa tipologia indicou a existência de conteúdos sociais diferenciados em situações de pobreza e vulnerabilidade, segundo a estrutura familiar e etária, e não apenas rendimento e escolaridade. O mapeamento da distribuição espacial desses tipos de áreas vulneráveis sugeriu a presença de intensa heterogeneidade social nos espaços, inclusive periféricos, como discutirei mais adiante. O mesmo tipo de técnica pode ser utilizado para analisar a distribuição da estrutura social no espaço, como em Marques (2005) e Marques, Scalon e Oliveira (2007).

Essa estratégia é oposta à da construção de indicadores sintéticos, como o IDH do PNUD/ONU, os quais propõem a construção de uma escala única que capture ao mesmo tempo todas as carências sociais.⁹ Algumas iniciativas nessa linha têm representado importantes instrumentos políticos, sintetizando um grande número de carências de uma forma muito eloqüente, tanto em comparações internacionais quanto em estudos do intra-urbano (ver

⁹ Ver, por exemplo, Pnud/Ipea (1998), Pochman e Amorim, (2003). Consultar também <http://www.pnud.org.br/atlas/>.

Pnud/Onu (2003) e Sposati (1996), respectivamente). Entretanto, a sua disseminação no Brasil como ferramenta para políticas públicas tem contribuído mais para mascarar do que explicitar as situações sociais existentes. Isso porque, se é verdade que a precariedade social é cumulativa e espacialmente especificada, também é verdade que existem várias formas e tipos diferentes de precariedade especificados social e espacialmente. Pela utilização de uma única escala de classificação de espaços, os estudos desse tipo tendem a homogeneizar artificialmente realidades heterogêneas, construindo falsas sínteses totalizantes. O problema é aumentando pela escolha de estratégias analíticas que diluem a heterogeneidade em áreas maiores, desprezando os problemas da escala e, conseqüentemente, ocultando o próprio problema estudado (Marques e Bitar, 2002). O detalhe, neste caso, é absolutamente fundamental, e não é capturado pelos indicadores sintéticos.

Se tudo o que foi relatado até o momento sugere a existência de um amplo campo de estudos sobre a pobreza, os debates a respeito das causas da pobreza são ainda mais heterogêneos.

Um amplo conjunto de autores destacou a importância, para a explicação da pobreza, da existência de diversos efeitos de afiliação a grupos (Durlauf, 2001). O primeiro deles envolve os chamados efeitos de exemplo – *role model effects* – que descreveriam a importância, para os comportamentos individuais, da existência de exemplos, negativos ou positivos, entre as pessoas próximas a um dado indivíduo. Uma outra forma de compreender a influência grupal está na consideração dos efeitos de grupos de pares – *peer group effect*. Esses dizem respeito à influência, sobre as atitudes individuais, de comportamentos coletivos em pequenos grupos com configuração fechada, identidades fortes e comportamentos coletivos marcados material e simbolicamente.

Embora em ambos os casos a idéia tenha sido aplicada inicialmente para jovens, a relevância das duas dimensões é potencialmente mais ampla e abrange todos os grupos sociais. Os estudos de grupos de pares apresentam usualmente uma dificuldade em separar os efeitos de influência dos grupos dos efeitos de seleção, visto que indivíduos mais propensos a certos de tipos de comportamento tendem a ser agrupar e conectar, como discutirei mais

adiante quando tratarmos da questão da homofilia (McPherson et al. 2001). Alguns autores têm desenvolvido métodos de delimitação de *peer groups* através de redes sociais, inclusive de grande tamanho (Moody, 2001), mas a questão da causalidade permanece como um problema que só pode ser resolvido a partir da formulação teórica precisa dos processos envolvidos.

Para outros autores, as situações de pobreza poderiam ser explicadas pela existência dos chamados efeitos de vizinhança, demonstrados pela existência de regularidades empíricas entre unidades de vizinhança para uma dada variável ou processo. A similaridade do argumento geral dessa literatura com a abordagem ecológica é grande, embora os processos de causalidade postulados não sejam os mesmos (Sampson e Morenoff, 1997). Apesar de essa literatura ter produzido contribuições importantes em termos do conhecimento da associação entre variáveis e processos no estudo da pobreza,¹⁰ apresenta limitações sérias de ordem conceitual que limitam a abrangência dos seus achados e avanços.

A questão está no fato de que a existência de regularidades empíricas de uma determinada variável entre unidades contíguas no espaço pouco ou nada nos informa sobre os processos sociais que explicam essas regularidades. Autores como Yinger (2001), por exemplo, localizam como causa da pobreza a questão da discriminação residencial que pode levar a certas preferências locacionais por parte de grupos em desvantagem (Ross, 2001), enquanto essa discriminação no máximo pode causar segregação e isolamento, sendo esses os possíveis mecanismos causais por trás da pobreza. Na verdade, ao elevar ao patamar de conceito uma associação empírica, essa literatura contribui para certo fetichismo que oculta as causas e confunde os processos sob análise. O foco da análise deve se orientar para a determinação dos processos singulares e dos mecanismos causais associados aos fenômenos que cercam a pobreza (Durlauf, 2001). Nesse sentido, quando os efeitos de vizinhança estão presentes como evidência empírica, na verdade podem estar em ação redes sociais, efeitos de exemplo (*role model*), efeitos de grupo de pares (*peer group*) ou outros processos, como os efeitos negativos da concentração espacial da pobreza. Conseqüentemente, mesmo quando essa tradição empreende estudos de grande qualidade (ver Morenoff, 2003, por

¹⁰ Ver, por exemplo, Case e Katz (1991). Para uma crítica que tenta construir pontes explicitando elementos causais ver Sampson e Morenoff (1997).

exemplo), realiza apenas correlações entre elementos que são indicadores indiretos de mecanismos causais, ou invés de analisar os mecanismos e seus efeitos. Trata-se exatamente do que Mahoney (2001) denomina criticamente de análise de correlação.

Por outro lado, embora a consideração dos efeitos de grupos de pares e de vizinhança introduza elementos coletivos na análise, esses são entendidos apenas como influências ambientais sobre o comportamento individual, não rompendo com uma compreensão atomista da pobreza. A superação dessa visão pressupõe um certo deslocamento de ênfase que privilegie as dimensões sociais da pobreza, destacando a sociabilidade e as relações sociais, ao invés dos atributos.

Esse deslocamento começa a se fazer presente nos estudos sobre a relação entre segregação e pobreza. Os efeitos de concentração espacial na produção de situações de privação social ocorrem pelo fato de que as “famílias têm que dar conta não apenas da sua própria pobreza, mas também do isolamento social e da privação econômica das centenas, senão milhares de outras famílias que vivem perto delas” (Jargowsky, 1997, p.1). A mais importante referência aqui é certamente o clássico trabalho de Wilson (1987). O autor trabalhou em um ambiente intelectual altamente polarizado politicamente entre culturalistas, que defendiam a existência de culturas da pobreza e tendiam a culpabilizar os pobres, e estruturalistas, que defendiam a relevância dos processos de reorganização econômica na elevação da presença de pobreza nas grandes cidades norte-americanas (Moya, 2003). Wilson produziu uma explicação que levava em conta tanto as dinâmicas macro-sociais quanto o cotidiano dos moradores dos chamados guetos negros, desmontando a idéia de cultura da pobreza, assim como da relevância central do racismo para a explicação do aumento da pobreza e dos problemas sociais. O autor demonstrou que o recrudescimento da pobreza em áreas centrais nos Estados Unidos foi o produto combinado das transformações econômicas, com a elevação do desemprego e a queda da renda dos mais pobres, com a elevação da concentração espacial da pobreza e o aumento da homogeneidade social dos chamados guetos negros, evidência destacada detalhadamente posteriormente por Massey e Denton (1993). Com relação a esse último fator, o aumento da concentração

de grupos sociais em desvantagem teria sido produzido pela migração das famílias mais afluentes para regiões da cidade de melhores condições, deixando para trás apenas as parcelas da “comunidade” em piores condições sociais e reduzindo a mistura entre grupos sociais (negros). Embora o argumento central do trabalho contenha uma dimensão relacional muito forte, o autor não utiliza análise de redes, o que seria realizado mais adiante por trabalhos como Briggs (2001).

Como já discutido, o bem estar dos indivíduos e das famílias não é originário apenas dos recursos econômicos que os indivíduos retiram do mercado de trabalho. A respeito disso todos os autores se põe de acordo. A questão, na verdade, está em que medida isso é incorporado em seus modelos explicativos. Para um conjunto amplo de autores, hoje hegemônico no debate brasileiro, atributos que poderiam ser utilizados como ativos na busca de rendimentos monetários seriam a chave para o entendimento (e o combate) à pobreza (Barros, Henriques e Mendonça, 2000 e Neri, 2000). Esses ativos seriam compostos por capital físico – acesso à moradia, posse de bens duráveis; capital humano – educação, experiência profissional; assim como por capital social – participação em entidades associativas e atividades políticas, acesso à informação (Néri, 2000). Segundo essa visão, a pobreza seria gerada pela ausência de ativos, sendo os locais geográficos da sua concentração marcados pelo que Wacquant (1996, p.149) denominou criticamente de “premissa da desorganização”.

Para outros autores, entretanto, a questão envolveria também elementos coletivos (e da sociedade) que influenciam inúmeros processos sociais capturáveis pela categoria capital social. Embora a literatura sobre capital social seja tão ampla quanto heterogênea (Durston, 2003), faço referência aqui à sua utilização para descrever elementos coletivos que acabam por produzir, direta ou indiretamente, coesão social (Briggs, 2003), confiança e condições potenciais de cooperação (Putnam, 1996) e controle social (Sampson e Raudenbush, 1997). Esses elementos são oriundos do conteúdo de certas relações sociais que “combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação” (Durston, 2003, p. 147). Os efeitos benéficos dessas características são os mais variados, e se considera que impactam desde a qualidade da democracia até o desenvolvimento

econômico, passando pela melhor ou pior implementação das políticas públicas. Essa tradição, que em sua versão coletivista remonta às referências fundadoras de Putnam (1996), converge para a importância de dois elementos amplos – normas/valores cívicos; e redes sociais. Sob o ponto de vista das relações econômicas, essas características presentes na sociedade contribuiriam para reduzir os custos de transação no sentido de North (1990). Voltarei a esse ponto mais adiante, quando discutir a análise de redes, enfocando os autores que destacam as redes sociais na construção de capital social, em especial Lin (1999a e b), Briggs (2003) e PRI (2006), mas seriam três os efeitos das redes: nas estratégias individuais (Lin, 1999a e b), na construção de coesão no interior dos contextos sociais (*bounding social capital*) e na inserção desses contextos nas comunidades sociais mais amplas (*bridging social capital*). Para muitos, a existência desses tipos de capital social pode ajudar a superar as situações de pobreza (Briggs, 2001 e 2005 e PRI, 2006).

Um dos destaques dessas dimensões coletivas aponta, portanto, para a necessidade de considerarmos, nos processos de produção da pobreza, a existência de elementos que conectam os indivíduos a estruturas mais amplas. Não há dúvida alguma que os ativos são muito importantes e a sua posse incide sobre diversos processos que ajudam a reproduzir a pobreza, em especial as credenciais que podem ou não serem sancionadas no mercado de trabalho, gerando rendimentos monetários. Entretanto, ao menos duas outras esferas além do mercado provêm os recursos materiais e imateriais fundamentais para o bem estar e para a presença de pobreza – o Estado e a sociedade. Não se trata aqui exatamente da presença ou ausência de ativos (mesmo que pensados como coletivos e imateriais, como o capital social no sentido de Putnam), mas de acesso a estruturas que fornecem bem estar.

O Estado provê inegavelmente um amplo leque de políticas e serviços, que embora variem muito entre países, descomodificam uma parte importante do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas (Esping-Andersen, 2000), tornando a pobreza urbana em cada caso dependente fortemente de sua ação (Wacquant, 2001). O segundo conjunto de elementos – societários – pode incluir tanto características das famílias, completando o tripé de produção do Bem Estar sustentado por Esping-Andersen (2000),

quanto elementos mais coletivos e localizados em níveis superiores às unidades familiares, como na comunidade de Kaztman (1999). Para este último autor, mercado, Estado e comunidade compõem as estruturas de oportunidades que definem o bem-estar dos indivíduos em uma coletividade. A vulnerabilidade social, nesse sentido, pode estar na inexistência de ativos, gerando o que Moser (1998) denomina de vulnerabilidade de ativos (tanto tangíveis quanto intangíveis como relações familiares e capital social), mas também no baixo acesso às estruturas de oportunidades existentes. Em outras palavras, a vulnerabilidade pode ser causada por insuficiências nas estruturas de oportunidades ou por dificuldades dos indivíduos em acessá-las (Briggs, 2001).

Os dois elementos que serão discutidos nas próximas seções – a segregação espacial e as redes sociais – podem ajudar ou dificultar o acesso a tais estruturas. Nesse sentido, eles representam aqui o papel de possíveis mecanismos causais para as situações da pobreza. Por mecanismo, não me refiro a algo associado às redes ou ao espaço ontologicamente, mas ao seu lugar em nossas explicações. Considerando a importância desse ponto para o argumento central dessa tese, me permitirei uma rápida derivação metateórica para explicitar o sentido de mecanismo utilizado aqui.¹¹

Uma das grandes clivagens presentes nos estudos de ciências sociais em geral diz respeito ao estatuto e às estratégias de nossas explicações. O ponto está em vários autores de forma dispersa e em Tilly (2001) de maneira explícita. Embora a classificação que o autor proponha apresente alguns problemas, é bastante útil como ponto de partida.

Para Tilly, há basicamente quatro tipos de explicação, além da perspectiva cética (que representa, na verdade, a recusa da possibilidade de explicações). Em primeiro lugar há as leis gerais, onde o esforço está na construção de generalizações amplas baseadas em informações empíricas de grande envergadura. Neste caso, a pesquisa é organizada metodologicamente como uma grande coleção de informações, controlando as variações em torno do que seriam médias estatísticas e apontando para as condições associadas à ocorrência de um dado fenômeno. As informações podem ser qualitativas ou quantitativas, mas ao final passam por alguma

¹¹ Este ponto é desenvolvido mais detalhadamente em Marques (2007).

forma de quantificação. Quando as leis gerais centram a sua atenção na existência de motivações e cognições, Tilly as considera como um segundo tipo de explicação denominado de explicação por propensões. Com grande frequência, em ambos os casos os estudos mobilizam o que Mahoney (2001) denomina em um sentido lato de análise de correlação.

Um terceiro conjunto de explicações de grande generalidade incluiria o que Tilly denomina de explicações sistêmicas. Nesse caso, as análises compreendem a ocorrência de um dado fenômeno a partir do lugar que ele ocupa em uma estrutura ou em um sistema com funcionamento pré-estabelecido pela teoria. Nesses casos, o funcionamento dos fenômenos é considerado como automático ou auto-regulado, sendo derivado de processos e eventos que ocorrem sem a necessidade direta de ação social ou atores.

Por fim, um quarto e amplo conjunto de explicações mobiliza mecanismos e processos, indicando elementos singulares como causas e recorrendo a analogias explicativas parciais e localizadas. Nesses casos, os elementos mobilizados na explicação estão localizados próximos à ação social e se situam, portanto, em nível menos abstrato do que nos três tipos de explicação anterior. Mahoney (2001) nos ajuda a precisar ainda mais o ponto, ao definir que um “mecanismo causal é uma entidade não observada que, quando ativada, gera um resultado de interesse” (p. 580). Essa definição me parece bastante interessante, pois não apenas chama a atenção para a dimensão suficiente dos mecanismos (que os diferencia de meras variáveis intervenientes), mas principalmente por destacar que “os mecanismos causais são relações postuladas que o pesquisador imagina que existam” (p. 581). Esse ponto é de fundamental importância e diz respeito à ontologia dos mecanismos, indicando que eles não estão no mundo social, mas em nossas teorias. As explicações por mecanismos, portanto, não intencionam descobrir a existência de um dado elemento da sociedade, mas abrir a “caixa-preta” da causação de determinados fenômenos, levando a uma melhor compreensão das dinâmicas sociais.

Tilly descreve três tipos de mecanismos: ambientais, cognitivos e relacionais. No primeiro caso, temos elementos que se vinculam aos contextos nos quais ocorre a vida social. Dentre esses podemos incluir as instituições,

destacadas pelo neoinstitucionalismo, e o espaço ou o território, destacados pela geografia e os estudos urbanos e regionais. Os mecanismos cognitivos se relacionam com as percepções e estados mentais dos indivíduos e grupos sociais, englobando as várias explicações derivadas da teoria da escolha racional e suas aparentes violações, como o devaneio e a compensação. A maior parte dos elementos classificados por Elster (1986) como mecanismos pode ser incluído nessa categoria. E, por fim, temos os chamados mecanismos relacionais, que de alguma forma mobilizam explicativamente as relações entre indivíduos, grupos e organizações, assim como os padrões gerais formados por tais conjuntos de relações, conformando redes sociais.

Parece-me que a classificação de Tilly confunde a ambição das explicações (presente nos três primeiros conjuntos de explicações) com a localização do elemento causal (presente nos mecanismos). Assim, é possível que sustentemos que um dado mecanismo é de tal forma importante que ocorre sempre e, portanto, é o fundamento de uma lei geral. Nesse sentido, as explicações por mecanismos, apesar de se localizarem em níveis de abstração inferior aos descritos pelo primeiro conjunto, podem almejar generalização elevada. A força de sua classificação, entretanto, diz respeito à proposição dos tipos de mecanismos, que me parece bastante importante para organizarmos as explicações que temos produzido.

Dito isso, podemos retornar ao nosso objeto. Postulo que as redes e a segregação funcionam como mecanismos (relacionais e ambientais, respectivamente) na causação e na reprodução da pobreza. Como veremos na próxima seção, inúmeros trabalhos têm demonstrado a importância da localização no espaço urbano, e, em especial da segregação social no espaço, para a produção e reprodução de situações de pobreza. Na última seção desse capítulo, observaremos como as redes sociais, ao inserir diferenciadamente os indivíduos em diversos contextos sociais, também operam como mecanismos de integração dos indivíduos. Em ambos os casos, o acesso às estruturas de oportunidades depende do funcionamento dessas dimensões. A compreensão do efeito conjunto dessas dimensões é fundamental para analisarmos as situações de pobreza.

2. A segregação e a periferia

A segregação no espaço diz respeito à separação constituída pelos padrões de localização dos grupos sociais no território da cidade.¹² Em um sentido mais forte, a segregação aponta para a idéia de isolamento social completo na constituição de guetos. (Grafimeyer, 1996) Esses podem ser produzidos pela existência de barreiras físicas intransponíveis entre os grupos, assim como por institutos legais que restrinjam a circulação. Quando o isolamento é voluntário e usualmente associado a estratégias exclusivistas de grupos sociais que recorrem à auto-segregação, diz-se que ocorreu a formação de uma cidadela. Em ambos os casos, há barreiras físicas ou institucionais a serem transpostas para se sair (do gueto) ou para se entrar (na cidadela) e, muito frequentemente, há regras legais limitando a circulação e o acesso (Marcuse, 1997a e 1997b). Sob o ponto de vista social, entretanto, os fenômenos são completamente distintos.¹³

Em período recente, os processo de auto-segregação têm criado cidadelas ou enclaves fortificados inseridos no tecido urbano de inúmeras cidades do mundo, inclusive em São Paulo (Davis, 1992; Sabatini, 2001; Caldeira, 2000 e Salgado, 2000). No caso da zona oeste da metrópole paulistana, a extensão dessas ocupações é muito significativa, embora os volumes populacionais envolvidos não sejam tão grandes relativamente, quando comparados com o estoque populacional de classe média localizado no centro expandido, ao menos até o ano 2000 (Marques e Bitar, 2002).

Com relação aos guetos, há polêmicas se os bairros negros e latinos nas grandes cidades norte-americanas dos dias de hoje representam guetos (Massey e Denton, 1993; Marcuse, 1996; Jargowsky, 1997; Briggs, 2001 e Wacquant, 1996), embora a maior parte dos autores defenda que os graus de segregação ali existentes, embora elevados, não representam limites físicos suficientes e principalmente dispositivos legais que sustentem a existência de tal fenômeno, exceto em sentido metafórico. Com relação às principais

¹² Essa discussão conceitual é feita em detalhes em Marques (2005), sendo recuperados aqui apenas alguns elementos para o melhor entendimento da relação entre o tema e as redes sociais.

¹³ Sobre a categoria gueto, ver também Wacquant, 1996 e Morlichio, 1996 e sobre cidades específicas consultar Fainstein et al., 1992, Marcuse, 1996, Waldinger, 1996, Wacquant, 2001, Häusserman e Kazepov, 1996, Zajczyk, 1996; Davis, 1990; Rieff, 1991, Jenks, 1993 e Sassen, 1991. Para o argumento mais geral da segregação ver Massey e Denton (1993).

concentrações de pobreza urbana em cidades européias, a literatura parece ser unânime em rejeitar a qualificação de gueto, embora destaque a elevada presença de situações de pobreza em cidades como Nova Iorque, Paris, Stuttgart, Berlim, Milão e Los Angeles. A pobreza que marca esses espaços não é produzida por qualquer tipo de atraso econômico mas, ao contrário, resulta das transformações desiguais dos setores mais avançados do capitalismo contemporâneo (Wacquant, 2001). De forma similar, a inexistência de dispositivos legais nas nossas cidades nos leva a rejeitar o conceito de gueto para caracterizar nossas periferias, embora possamos observar graus de separação muito elevados e resilientes no tempo (Bichir, Torres e Ferreira, 2005; Torres, 2005c e Marques, Gonçalves e Saraiva, 2006).

Embora usualmente não se especifique diretamente na definição de segregação a existência de grande distância física (ou de transporte) entre os grupos sociais separados em espaços homogêneos, considero que essa dimensão deve ser considerada se pretendemos dar sentido sociológico à segregação.¹⁴ Na ausência de barreiras físicas ou institucionais (como as presentes em um gueto), a separação dos grupos sociais em espaços homogêneos socialmente só ganha sentido se houver dificuldades para o estabelecimento de contato freqüente entre eles. Embora possamos postular a existência de outros elementos dificultando as conexões, me parece que as distâncias físicas ou de transporte apresentam grande importância e representam um "atrito", no sentido dado ao termo pelos economistas urbanos.

Empiricamente, a segregação se apresenta muitas vezes associada às desigualdades de acesso e à pobreza urbana. Nesses casos, ocorre acesso diferenciado dos grupos segregados às oportunidades e equipamentos vigentes na cidade, com inúmeras conseqüências negativas para eles (Pinçon-Charlot et al., 1983; Massey e Denton, 1993; Briggs, 2001; Kaztman e Retamoso, 2005; Morenoff, 2003 e Sabatini et. al., s.d.). Simultaneamente, os diferenciais de acesso também são causa da separação, visto que em um espaço urbano marcado pela escassez de amenidades, os grupos sociais de menor renda se dirigem de forma maciça para espaços destituídos de serviços

¹⁴ Os autores que trabalham com a quantificação da segregação através de índices, por exemplo, desconsideram a dimensão da distância, pois essa não é capturada pelos indicadores utilizados usualmente, como o Índice de Dissimilaridade.

(ou servidos de pior forma), pois estes são os de menor renda da terra, gerando maior concentração e homogeneidade social. Portanto, não é apenas a segregação que especifica acesso desigual, mas também (e ao mesmo tempo) a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a segregação. Entretanto, quando um dos problemas é eliminado, o outro pode persistir, como nas grandes cidades norte-americanas e européias, onde a universalização do acesso a bens e serviços providos pelo Estado não solucionou a segregação. Mais adiante desenvolverei a conexão entre pobreza e segregação.

Essa associação empírica dos fenômenos faz com que uma parte da literatura os trate de forma indiferenciada. Na produção brasileira sobre o tema, não é possível encontrar uma única posição sobre o problema, sendo a expressão utilizada tanto para designar separação quanto desigualdade de acesso. Em Lago (2002) e Maricato (2003), por exemplo, segregação significa ao mesmo tempo separação e desigualdade de acesso, enquanto em Vetter (1979), Smolka (1983), Ribeiro (2002), Caldeira (2000) e Villaça (1998), segregação ganha o sentido de separação social.

Para maior precisão conceitual e capacidade de análise, entretanto, considero que como fenômeno em si a segregação diz respeito à separação e ao isolamento espacial dos grupos sociais em áreas relativamente homogêneas internamente. Ao longo dessa tese, a segregação é tomada como um fenômeno distinto da pobreza e da existência de desigualdades sociais no espaço da cidade.

Em um sentido estrito, a análise da segregação pode ser realizada pela mensuração da separação e da homogeneidade (como em Sabatini et. al., s.d.; Sabatini, 2004, Torres, 2005c e Preteceille, 2003), ou da concentração e da predominância (Jargowsky, 1996 e Preteceille, 2006) considerando alguma característica social (renda, escolaridade, raça etc.). Esses estudos geram por vezes um conjunto de medidas, sendo o mais importante o chamado índice de dissimilaridade, utilizando para São Paulo por Torres (2005) e calculado para inúmeras cidades norte-americanas por John Logan.¹⁵ A questão envolve algumas dificuldades analíticas, visto que a escala de análise da segregação

¹⁵ O índice de dissimilaridade mede a proporção de uma dada população que deveria ser movimentada entre unidades espaciais para que a incidência de um dado atributo alcançasse em todos os locais a média da cidade. Os dados podem ser acessados em <http://mumford.albany.edu/census/data.html>.

altera significativamente os resultados obtidos (Sabatini et al., s.d. e Bichir, 2006). A questão, no entanto, não é meramente técnica, visto que a segregação pode ocorrer na escala do conjunto da cidade (macro segregação), ou no interior dos bairros e locais separadamente (micro segregação). Conseqüentemente, os instrumentos de medida e a metodologia devem ser escolhidos de forma apropriada (Sabatini et al., s.d., Bichir, 2006 e Torres, 2005c). Quando a segregação é citada ao longo deste trabalho, me refiro à macro-segregação, ou segregação na escala do conjunto da cidade. Nessa escala, a dimensão da distância entre grupos já citada anteriormente está implicitamente incorporada.

A segregação está presente na literatura brasileira desde o surgimento de nossa sociologia urbana, embora indiretamente e por vezes de maneira implícita. No centro da agenda de pesquisa do final dos anos 1970 e início dos 1980 situava-se na questão das periferias – locais afastados do centro, habitados pela população responsável por “fazer girar a maquinaria econômica”, desprovidos de serviços e equipamentos públicos e marcados por condições sociais e urbanas muito precárias (Bonduki e Rolnik, 1982; Kowarick, 1979). Nesses espaços, segregação, pobreza e desigualdades sociais se sobrepunham pela sua própria definição como locais da chamada espoliação urbana (Kowarick, 1979). A origem dessa tradição analítica remonta aos debates sobre a marginalidade urbana e à sua crítica pela sociologia latino-americana, sendo o espaço entendido como uma das dimensões dos processos de reprodução ampliada de nosso capitalismo periférico (Maricato, 1977; Bonduki e Rolnik, 1982).

Desde então, o assunto foi objeto de intenso debate, que acabou por construir uma longa tradição, iniciada com os estudos de influência estruturalista nos anos 1970 e mais tarde com a influência das análises antropológicas que tentaram incorporar o olhar da periferia sobre si própria e o restante da cidade (Durham, 1988). Ao longo dos anos 1980, foram desenvolvidas inúmeras monografias temáticas sobre loteamentos, bairros, favelas e regiões de nossas cidades (Chinelli, 1980; Santos, 1982; Santos, 1985), assim como sobre os novos atores (que) entraram em cena, para usarmos a feliz expressão de Sader (1988). Nessa linha devem ser citados os trabalhos de Santos (1981), Nunes (1986), Jacobi (1989) e, sobretudo Sader (1988). Em um

outro patamar analítico, estudos como Santos (1980), Santos e Bronstein (1978), Brasileiro (1976), Taschner (1990), entre outros, lançaram luz sobre os padrões gerais de segregação em nossas cidades, ao observar as suas configurações territoriais.

Mais recentemente, certos trabalhos atualizaram esse último debate a partir de detalhadas análises empíricas, lançando mão de análise de dados sócio-econômicos e de técnicas inexistentes no início dos debates. Por um lado, trabalhos como Villaça (1998), Bógus e Taschner, 1999 e Marques e Torres (2005) e Carvalho, Souza e Pereira (2004), retornaram às estruturas territoriais urbanas, observando as principais dimensões dos padrões gerais de segregação em nossas cidades. Por outro lado, em outra escala de análise, outros autores descobriram elevados padrões de concentração espacial de pobreza e de condições sociais adversas em determinados locais (CEM/CEBRAP e SAS/PMSP, 2004, Bichir, Torres e Ferreira, 2005 e Torres e Marques, 2001), convivendo com importantes melhorias dos indicadores sociais médios da cidade. De maneira sumária, podemos dizer que essa nova geração de estudos tem destacado simultaneamente permanências e transformações. No campo das condições sociais, o destaque tem sido ao mesmo tempo para a melhora das condições médias e para a manutenção de locais muito precários, embora mais localizados do que anteriormente. Sob o ponto de vista da estrutura da segregação, as análises sugerem a permanência das condições gerais de segregação, mas com elevação da heterogeneidade social dos espaços periféricos e de outros habitados pela população de baixa renda (Marques e Torres, 2005; Saraiva e Marques, 2005; Taschner, 2002 e Valladares e Preteceille, 2000). Nesse particular, parece ser cada vez mais urgente seguir a sugestão de Vetter (1981) formulada há muito tempo atrás, e passar a considerar periferias e favelas no plural.

Um tema importante que surgiu no bojo desses trabalhos recentes, levantado no caso brasileiro em especial pelos trabalhos dos pesquisadores do Centro de Estudos da Metrópole (Marques e Torres, 2005), diz respeito à relação entre pobreza e segregação social no espaço. Trabalhos como Torres, Ferreira e Gomes (2005) e Gomes e Armitrano (2005) mostraram que indivíduos e famílias igualmente pobres, mas submetidos a condições diferentes de segregação acabam por ter probabilidades diferentes de apresentar

características negativas como atraso e baixo desempenho escolar e desemprego. Apontando na mesma direção, Bichir (2006) avaliou os efeitos da segregação sobre os diferenciais de acesso a serviços públicos, mostrando a existência de diferenciais importantes de acesso segundo local de moradia. De uma forma geral, esses trabalhos demonstraram a existência de uma faceta territorial da pobreza urbana (Marques e Torres, 2005), exigindo das políticas sociais a incorporação de estratégias territoriais (Torres, 2005b).

Essa faceta seria provocada por duas dimensões combinadas. A primeira diz respeito ao efeito da concentração, já discutido na seção anterior. Em segundo lugar, o isolamento geográfico e a distância levam a um acesso mais difícil às oportunidades produzida na cidade (Briggs, 2001). Entretanto, como sabemos que os padrões de contigüidade no espaço não determinam os padrões de conexão entre indivíduos e grupos sociais, devemos incorporar simultaneamente as redes sociais e a segregação social no espaço.

3 . Redes sociais e pessoais

A preocupação das ciências sociais com os efeitos dos padrões de conexões entre indivíduos existentes nas sociedades é bastante antiga e remonta a clássicos como Simmel (1972). A análise sistemática desses padrões, entretanto, baseando-se em estudos empíricos detalhados, data das primeiras décadas do século XX, em especial dos trabalhos pioneiros de Jacob Moreno a respeito do que ele denominou de geografia psicológica e, posteriormente, sociometria (Freeman, 2004, p. 39). No campo mais específico das ciências sociais, o estudo sistemático de relações em contextos sociais específicos foi introduzido pela antropologia e pelos estudos de organizações a partir dos anos 1930, e apenas nos anos 1970 e 1980 alcançou a sociologia e a ciência política (Scott, 1992 e Freeman, 2004).

A partir dos anos 1970, entretanto, se desenvolveu um programa de pesquisas focado no nível intermediário e concentrado na análise dos padrões de relações de indivíduos, organizações e entidades que cercam as situações sociais (Knoke, 1990 e Johnson, 1994). Esses padrões de relação estariam presentes em praticamente todas as dimensões sociais, sendo muito difícil estudar fenômenos sociais sem considerá-los, como no caso dos fenômenos

econômicos, por exemplo (Granovetter, 2000). Em termos concretos, a análise de redes tenta reproduzir através de representações gráficas e matemáticas os contextos relacionais mais variados nos quais se inserem os atores sociais. Nas análises desse tipo, pessoas, grupos, organizações e entidades são representadas como nós e as relações são representadas como vínculos de tipos diversos. Os vínculos podem ser materiais e imateriais, podem apresentar conteúdos múltiplos e usualmente são pensados como em constante transformação.

Na verdade, as análises tentam sempre reproduzir através das redes certas estruturas relacionais de médio alcance, que podem ser levantadas e estudadas de forma dedutiva, construindo um nível analítico intermediário entre estrutura e ação social. A tarefa é de certa forma similar metodologicamente à estabelecida com o espaço pelos sociólogos urbanos marxistas nos anos 1970 (Castells, 1980) ou com as instituições pelos neoinstitucionalistas nos anos 1980 (Skocpol, 1985).

a. As redes sociais

As redes podem ser consideradas apenas de maneira metafórica (como no caso das diversas tradições das ciências sociais que usam as redes em termos descritivos e discursivos), normativamente (como nos estudos de administração de empresas que objetivam melhorar as redes) ou como método para o estudo de situações sociais específicas através do estudo das conexões sociais nelas presentes. No caso dos fenômenos com padrões relacionais de baixa complexidade, o uso de metáforas é, na maior parte das vezes, o mais proveitoso analiticamente. Entretanto, o avanço mais importante possibilitado por essa literatura está na utilização das redes como método de investigação, iluminando situações sociais nas quais os padrões de relação apresentam complexidade tão elevada que não podem ser analisados satisfatoriamente através de narrativas que explorem as redes metaforicamente.

O fundamento teórico básico da análise de redes sociais é que os fenômenos sociais têm como suas unidades básicas as relações sociais, e não os atributos dos indivíduos. Neste sentido, o mundo social seria constituído ontologicamente por padrões de relação de vários tipos e intensidades em

constante transformação. Na formulação das primeiras sínteses teóricas sobre o problema, atributos e relações eram pensados como ênfases analíticas excludentes (Emirbayer, 1997) de uma forma até certo ponto reducionista. Contemporaneamente, os dois elementos são pensados em associação, visto que entidades com atributos comuns têm maior probabilidade de estabelecer relações pela presença de mecanismos de homofilia (Kadushin, 2004). Ao mesmo tempo, relações ajudam a construir atributos de vários tipos, sendo muitas vezes difícil se estabelecer uma direção causal única (McPherson et al., 2001).

No caso específico dos estudos sobre pobreza, as duas dimensões - atributos e relações - são absolutamente fundamentais. Podemos enunciar a questão da seguinte forma. O acesso dos indivíduos às estruturas de oportunidades que conduzem às condições sociais em geral, e às situações de pobreza em particular, é mediado pelos padrões de relação que esses indivíduos têm com outros indivíduos e com organizações de variados tipos. Dado que esses indivíduos se localizam no espaço (uma propriedade das redes denominada *propinquidade*), as conexões de rede também funcionam como elemento de ligação entre espaços mais ou menos segregados. Nesse sentido, redes com maiores proporções relativas de pessoas não habitando o mesmo local de moradia do ego tenderiam a integrar mais intensamente os indivíduos.

Isso nos leva a uma importante propriedade das redes que pode ser enunciada como a proporção dos nós de uma dada rede pessoal que habitam o mesmo local que o ego. Denomino essa propriedade de localismo e embora ela se relacione fortemente com a segregação, diz respeito a uma dimensão distinta. Enquanto o localismo é uma propriedade das redes, a segregação é uma propriedade do espaço. Na verdade, o localismo é um tipo de homofilia relativo à coincidência de atributos - de lugar de moradia - entre os indivíduos presentes em uma dada relação.

Em muitos casos empíricos, esses elementos aparecem associados, mas como dizem respeito a processos sócio-espaciais distintos podem variar separadamente. Assim, em nossas cidades encontramos muito frequentemente locais segregados (e, portanto, homogêneos socialmente) com redes com elevado grau de localismo (com poucas pessoas de fora) e

marcadas por alto grau homofilia social. Essa situação é a que esperaríamos encontrar mais corriqueiramente. Entretanto, como veremos nos próximos capítulos, nesses mesmos locais segregados é possível encontrar redes com menor localismo e mais elevada inserção urbana. As combinações diferenciadas dessas características têm importantes efeitos sobre a condição social dos indivíduos.

No que diz respeito ao acesso a políticas e serviços do Estado, como demonstrado por Figueiredo, Torres e Bichir (2005), ao menos na cidade de São Paulo, o acesso se dá de forma direta e com baixíssima intermediação, mesmo entre os mais pobres. Esses achados contrariam as percepções da política que sustentam a centralidade do clientelismo entre nós na distribuição dos benefícios do Estado. Por outro lado, a existência de um tecido denso nas relações entre o Estado e a sociedade parece ser uma dimensão fundamental na implementação de políticas em áreas de pobreza (Long, 1999). Ao menos em parte, a questão envolve a tradução ou mediação cultural entre as duas esferas envolvidas, como sugeriram Kuschnir (2000) e Lotta (2006). As pesquisas sobre mercado de trabalho, por outro lado, indicam que o acesso a esse é intensamente mediado pelas redes sociais nas quais os indivíduos se inserem, confirmando os trabalhos de sociologia econômica desde os estudos pioneiros de Granovetter nos anos 1970 (Guimarães e Picanço, 2006). Além disso, elementos sociais como apoio social (Dujisin e Jariego, 2005), informação e repertórios em um sentido amplo, são mais ou menos acessados dependendo em grande parte das conexões que os indivíduos têm. Por todas essas razões, o estudo das redes é imprescindível para entendermos os padrões de reprodução das situações de pobreza e vulnerabilidade social.

Em termos bem gerais, a questão remete à forma como representamos a estrutura social em nossos estudos. Para os estudos sobre estratificação social, desde os inspirados no marxismo até os contemporâneos baseados em classificações ocupacionais mais ou menos complexas, a compreensão da estrutura social passa pela análise e correlação de atributos dos indivíduos formando grupos (Santos, 2005) ou grupos no espaço (Preteceille, 2006 e Preteceille e Ribeiro, 1999). Na verdade, há certo descompasso entre essa forma de compreender a estruturação da sociedade e o estudo da ação,

focado em processos, ações e relações.¹⁶ Para autores como Bian et al (2005) a saída para a compreensão da estrutura social estaria na integração entre os estudos dos atributos e das relações, trazendo de volta as relações sociais para os estudos de estratificação. Isso não quer dizer de forma alguma o abandono dos atributos, pois, como sabemos, os chamados efeitos de homofilia tornam mais elevada a probabilidade da existência de relações entre pessoas com atributos comuns (Ortiz, Hoyos e Lopez, 2004 e Kadushin, sd). O objetivo, portanto, estaria na integração entre essas duas dimensões, superpondo à estratificação por atributos uma segunda estrutura construída e reconstruída pelas redes sociais. Evidentemente, as duas estruturas se conectam e influenciam mutuamente de forma contínua, tornando a questão bastante complexa em termos metodológicos.

Em um nível mais concreto, o estudo das redes sociais remete diretamente aos padrões de sociabilidade presentes em um dado contexto. Esta dimensão foi destacada pela primeira vez nos clássicos trabalhos de Simmel (1972 [1908]). Para ele, a sociabilidade moderna era baseada em uma grande quantidade de vínculos secundários bastante heterogêneos em conteúdo, fracos em intensidade e não mais necessariamente organizados territorialmente. O epíteto desses padrões de vínculo estaria na vida da metrópole moderna, que propiciaria aos indivíduos uma significativa liberdade de circulação e escolha social, ao contrário dos padrões característicos do mundo rural e das cidades pequenas (Simmel, 1973 [1902]). O processo de construção da modernidade teria, portanto, um impacto direto nos padrões de relações dos indivíduos, constituindo o que Wirth (1972 [1938]) denominou de “urbanismo como modo de vida”.

Recentemente, Wellman (2001) revisitou esses argumentos, na tentativa de especificar a sociabilidade no final do século XX, sustentando que as novas técnicas de comunicação e transportes teriam intensificado a importância das relações sociais na superação das barreiras físicas da vizinhança e das comunidades e reduzido a presença do localismo, no sentido definido anteriormente. Para ele, o declínio da comunidade baseada na localização em período recente levou erroneamente os pesquisadores a considerarem o

¹⁶ O problema naturalmente aparece de forma expressiva nos campos teóricos que têm pretensões a interpretar conjuntamente a estrutura e a ação. Para o marxismo, por exemplo, este problema está resolvido quase que por definição, visto que tanto as posições na estrutura quanto da ação social e política se originam na compreensão de uma relação social singular, compreendida teoricamente – as relações de classe.

fim da comunidade em geral e daí derivarem efeitos sobre a solidariedade, a democracia ou mesmo a sociedade como um todo. Para o autor, as comunidades, diferentemente, não desapareceram em período recente, mas apenas se transformaram. Esses resultados, na verdade, já se faziam presentes em seu estudo clássico sobre as redes de uma comunidade em Toronto (Wellman, 1979), onde as relações encontradas haviam sido distantes geograficamente e assimétricas, embora a ajuda e o apoio social fossem tipicamente fornecidos por um círculo fechado e íntimo.

Se considerarmos as interpretações clássicas de Simmel e trabalhos recentes como Blokland (2003), entretanto, somos levados a considerar que nas sociedades modernas nunca existiu uma identidade entre comunidade de vizinhança, embora a vizinhança como contexto de formação e manutenção de vínculos e sociabilidade possa ter declinado ainda mais em período recente em determinados contextos sociais. Estudos de contextos de pobreza, por outro lado, têm demonstrado que a vizinhança pode permanecer como elemento fundamental na construção da sociabilidade (Verbrugge, 1983 apud McPherson et al, 2001, p. 430). Como veremos mais adiante, os resultados de São Paulo vão exatamente nessa direção, sugerindo que grupos sociais diferentes estão submetidos a condições diversas nesse aspecto, mas que para os pobres a vizinhança permanece muito importante.

Mas de que forma as redes se relacionam com a pobreza? O enquadramento mais geral entre redes e sociabilidade em contextos de pobreza nos remete de volta ao esforço de alguns autores que discutem redes sociais utilizando o conceito de capital social já citado anteriormente. Essas seriam uma das facetas do capital social, também presente e definível pelos valores e normas de uma dada coletividade e pelo seu estoque de comportamento cívico (Putnam, 1996 e Durston, 2003). O capital social de corte relacional incluiria os recursos mobilizáveis potencialmente pelas redes sociais.

A primeira referência obrigatória nessa direção é o trabalho de Burt (1992), para quem a competição econômica entre firmas também depende das posições das empresas nas redes de relações por onde circulariam informações, insumos e colocação de produtos no mercado. Nessas redes, certas características dariam lugar a buracos estruturais, onde haveria a

separação entre contatos sem redundância de vínculos. A lucratividade de uma dada empresa seria maior quando ela conseguisse explorar esses vazios estruturais entre fornecedores e entre compradores, o que dificultaria a cooperação entre eles, aumentando o seu poder nas negociações.

Mais tarde Burt (2004) retornou ao tema, explorando a importância das posições de intermediação nas proximidades de buracos estruturais para a geração de inovação. Para ele, visto que opiniões e visões de mundo tendem a ser similares no interior de grupos, indivíduos cuja posição estrutural os situa nas ligações entre buracos estruturais tendem a ter acesso a múltiplas visões, sendo mais propícios à geração de novas idéias. Segundo a sua concepção, esse mecanismo transformaria intermediação em capital social. Ambas as explicações, obviamente, podem ser utilizadas em diversas outras situações sociais.

Os trabalhos de Nan Lin avançam adiante na operacionalização da idéia de capital social através das redes sociais. Para ele, as situações sociais expressam as maneiras pelas quais os indivíduos obtêm status (*status attainment*), entendido como “um processo pelo qual os indivíduos mobilizam e investem recursos visando retorno em posições sociais” (Lin, 1999b, p. 467). Esses recursos incluem recursos pessoais e sociais, sendo esses últimos especificados como elementos acessíveis através dos vínculos diretos e indiretos de suas redes de relações. Ao longo das últimas décadas, o autor especificou um conjunto de proposições para explicar os efeitos dos recursos sociais: a) recursos sociais exercem efeito nos resultados de ações instrumentais de busca de status; b) recursos sociais são afetados pelas posições dos indivíduos na estruturas de recursos; c) recursos sociais tendem a ser mais impactados por vínculos fracos do que por vínculos fortes (Lin, 1999b, p. 470). A obtenção de status, portanto, envolve tanto o acesso a capital social, entendido como o conjunto de recursos acessados por um dado indivíduo pela sua origem e suas redes (educação, status iniciais e da família e recursos relacionais iniciais), quanto a sua mobilização, que é influenciada pela utilização das redes (estrutura e força dos vínculos e o status dos contatos).

Briggs, por outro lado, também trabalha operacionalizando o capital social como rede, mas explora especificamente a relação entre pobreza, redes sociais e segregação na cidade. No seu entender, a relação entre

capital social, desigualdades e pobreza pode ser entendida com três ênfases (Briggs, 2001 e 2005). A primeira está no apoio individual e na obtenção de status de Lin (1999a), baseada na melhoria de atributos individuais através do que pode ser obtido por contatos na rede. Usualmente estudos desse tipo enfocam redes pessoais ou de pequenos grupos, em sua maioria tematizando busca de empregos e ocupações (obtenção de status), assim como busca de cuidados, confiança e companheirismo (apoio social) (Briggs, 2005). O segundo enfoque analisa as capacidades das comunidades e a sua eficácia coletiva em exercer controle social, como em Sampson e Raudenbush (1997), discutindo organização e confiança no nível da comunidade ou de pequenas áreas. O terceiro enfoque é o único a se concentrar no nível macro, investigando performance cívica e econômica em nível nacional ou regional, no sentido de Putnam (1996). Os temas, nesse caso, são a confiança generalizada e a participação em amplas associações e redes sociais.

Em Briggs (2003), são investigados os laços entre indivíduos socialmente diferentes, que produzem pontes. O autor destaca a existência de um tecido denso de vínculos entre iguais como fonte importante de coesão social, mas diferencia esses vínculos (*bonding ties*) dos vínculos que produzem pontes entre grupos distintos (*bridging ties*). Retomando um argumento anterior apresentado em Briggs (2001), sustenta-se a importância dos primeiros para os indivíduos darem conta de suas atividades e situações cotidianas (*get by*), mas indicam-se os segundos como chave para a melhora das situações dos indivíduos produzindo mobilidade (*get ahead*). Utilizando informações sobre redes sociais em 29 localidades em todos os EUA, o autor explora dados de pesquisa por amostragem realizada por telefone para investigar os principais condicionantes dos vínculos de “ponte racial”. A pesquisa indica que a existência de vínculos inter-raciais tende a crescer com o nível educacional, a participação em associações não religiosas e em atividades com colegas de trabalho. A segregação residencial tende a aumentar a homogeneidade dos padrões de vínculo dos indivíduos. Isso se deve, ao menos em parte, ao fato das preferências se organizarem espacialmente, para além de representarem uma barreira ao contato e às oportunidades (Briggs, 2005).

Uma das questões centrais, portanto, está na presença de vínculos dos pobres com indivíduos socialmente diferentes, o que aparentemente é

dificultado pela segregação. A questão nos remete à clássica discussão sobre a tendência de que indivíduos com características similares se relacionem entre si, ou nas palavras de Robert Burt “*birds of a same feather flock together*” – pássaros de mesma plumagem se agrupam (Burton apud McPherson et al., 2001, pg. 417).¹⁷ A literatura tem trabalhado a questão através do conceito de homofilia – a evidência de que os indivíduos tendem a construir e manter contatos mais freqüentemente com indivíduos de características sociais (atributos) similares (McPherson et al., 2001). Como a segregação agrupa indivíduos socialmente similares, a homofilia é provocada primeiramente por um efeito numérico, que diz respeito à maior disponibilidade de indivíduos similares para a construção de contatos, no que a literatura denomina de *baseline homophily*. Entretanto, a esse efeito se acrescentam ao menos outros dois, ligados às preferências dos indivíduos (Ortiz, Hoyos e López, 2004) e ao comportamento das organizações e instituições que, de diversas formas, levam à construção e reconstrução de relações homofílicas, escolhendo e mantendo mais facilmente relações entre iguais.¹⁸ A questão não está relacionada apenas, portanto, à constituição diferenciada de vínculos, mas à tendência diferenciada de manutenção de laços. Como a maior parte da literatura sobre o tema é norte-americana, e como naquele país a principal clivagem social passa pela raça (Massey e Denton, 1993), essa é objeto da maior parte dos estudos (Briggs, 2005). Entretanto, a questão também se coloca fortemente com relação ao sexo, a origem migratória, aos credos religiosos, às etnias, à renda e à localização geográfica (McPherson et al., 2001). A homofilia seria reproduzida por efeitos geográficos, organizacionais, processos cognitivos e pela quebra seletiva de vínculos (McPherson et al., 2001).

Metodologicamente, há duas formas de investigar a relação entre padrões de vínculo e sociabilidade: através das chamadas redes totais, estudando parcelas ou redes inteiras de contextos sociais específicos, ou através de redes pessoais, que incluem os contatos da sociabilidade de cada indivíduo.

¹⁷ Nas palavras de um entrevistado de Sapopemba, na Zona Leste de São Paulo apareceu uma formulação local da mesma máxima - “Aqui é cada um com o seu cada qual”.

¹⁸ A existência de tal padrão organizacional é apresentado por Tilly (2000) como um dos elementos que explica a persistência das desigualdades sociais categorias.

A primeira linha de análise inclui uma vasta gama de estudos. Em primeiro lugar, devo citar as análises sobre organizações, incluindo estudos sobre as suas dinâmicas internas, sobre a sua inserção em seus campos de ação, sobre as interações de organizações em estruturas de lobby (Heinz et. al., 1997) ou em comitês gestores de bacia (Schneider et. al., 2003), assim como internamente a agências estatais e suas políticas (Marques, 2000 e 2003). Além disso, podem ser estudadas comunidades específicas, delimitadas temática ou fisicamente, como as relações de amizade no interior da elite financeira (Kadushin, 1995) ou as redes locais em uma favela sob intervenção do poder público (Pavez, 2006). Por fim, e estudando as dinâmicas políticas e sociais em um sentido mais amplo, os estudos podem focar campos de ação política e social tão distintos como a consolidação de um partido político em nível nacional (Hedstrom et al., 2000), as relações sexuais entre adolescentes (Bearman et. al., 2004) ou mobilizações políticas (Mische e Pattison, 2000).

Uma outra forma de abordar a questão, entretanto, está em investigar as redes individuais, centradas conceitual e empiricamente em torno de indivíduos específicos, denominados egos. Essas redes podem ser egocentradas, quando se considera apenas as relações diretas desse indivíduo e eventuais relações entre eles, ou pessoais, quando não se limita previamente a extensão da rede, levantando as relações do ego e os vínculos entre quem se relaciona diretamente com ele, tendo sempre a sociabilidade do ego em mente. A maior parte dos estudos de redes individuais existentes trabalha com redes egocentradas, em especial pelo fato dessas redes poderem ser reproduzidas a partir de dados de survey. O General Social Survey norte-americano, realizado regularmente desde 1972 e cobrindo uma grande quantidade de assuntos, por exemplo, inclui dados que permitem discutir as redes egocentradas dos indivíduos (Bearman e Parigi, 2004; Beggs, 1996 e Moore, 1990).

Embora essa estratégia analítica seja importante, inclusive por permitir a realização de estudos representativos para grandes populações, considero que podemos avançar bastante utilizando outras ferramentas, visto que uma parte importante dos fenômenos associados à sociabilidade dos indivíduos ocorre no âmbito de relacionamentos pessoais mais amplo do que o

egocentrado nos indivíduos. Por essa razão, essa pesquisa foi desenhada para caracterizar e analisar os contextos de relações que os indivíduos reconhecem como seus, mas que não são ligados diretamente a eles. Nesse sentido, as redes pessoais incluem as relações e indivíduos listados por um dado ego como participantes de suas esferas de sociabilidade. Em quase todos os casos, elas são maiores e mais abrangentes do que as redes egocentradas, por incluírem indivíduos que distam mais do que um passo do ego, e podem inclusive ser submetidas à análise de suas estruturas.¹⁹

b. As redes pessoais

Considerando que os capítulos seguintes analisam redes pessoais, resenho aqui a literatura sobre o assunto, focando em especial dois temas principais: os condicionantes sociais das redes pessoais, e a promoção de integração e apoio social através das redes. Observemos as principais contribuições.

Explorando os condicionantes sociais das redes individuais se inclui o trabalho de Fontes e Eichner (2004), único estudo brasileiro publicado sobre o tema. Os autores analisam as redes egocentradas em uma comunidade de baixa renda do Recife, de forma a avaliar a contribuição das redes pessoais para a construção de capital social. Trata-se de um conjunto habitacional construído há 20 anos para moradores removidos de uma favela, e que foi conquistado pela luta dos moradores. A estabilidade da comunidade é muito grande e uma parte significativa dos moradores mora na comunidade há bastante tempo, embora tenha renda familiar muito baixa. Foram aplicados questionários a respeito de seus relacionamentos e sobre apoio social. Os autores encontram elevada homofilia nas redes egocentradas, tanto de sexo, quanto de idade e escolaridade. A homofilia tendeu a ser mais elevada nos indivíduos com idade e escolaridade mais altas. A pesquisa indicou que a maior parte dos vínculos é com pessoas da própria comunidade, sendo mais presentes os vizinhos e os parentes. A partir de tais resultados, os autores destacaram a centralidade da territorialidade nas redes, sugerindo a existência de distinções importantes com as redes estudadas pela literatura internacional. Por fim, os autores avaliam os efeitos da força dos vínculos

¹⁹ Para uma defesa do estudo estrutural de redes pessoais ver McCarty (2005), que explorou as diferenças entre as estruturas de 46 redes individuais.

(baseados em auto-classificação) sobre a mobilização de recursos e o apoio social, tematizados como formas distintas de capital social. Como veremos, parte desses resultados é confirmado pelas redes de São Paulo.

Na mesma linha de análise se inclui o estudo de Beggs (1996), que utiliza informações do General Social Survey para 1985 sobre contatos de indivíduos que habitam contextos urbanos e não urbanos. Os resultados sugerem que as redes sociais fora de cidades tendem a ser menores e mais densas, e agregam vínculos mais antigos e mais baseados em parentesco e vizinhança. Dada a menor dimensão das redes não urbanas, o autor encontrou uma tendência à presença de papéis múltiplos mas, ao contrário do que esperava, as redes não urbanas não apresentaram conteúdos mais homogêneos que as urbanas. Este último resultado pode se dever ao caráter inclusivo da definição de urbano utilizada.

Partindo dos mesmos dados, Moore (1990) explora as diferenças entre as redes pessoais de homens e mulheres. Os resultados sugerem que de uma maneira geral as redes de mulheres são mais fortemente baseadas em familiares e as dos homens em colegas de trabalho. Entretanto, quando os dados são controlados pela inserção no mercado de trabalho e por idade, as diferenças se reduzem significativamente, embora as redes de mulheres ainda mantenham a presença mais elevada em indivíduos da família. Como veremos, há diferenças das redes pessoais de homens e mulheres, embora os resultados sugiram padrões diversos dos reportados por Moore.

Com objetivos similares, mas utilizando pesquisa por amostragem em Toulouse (França), Grossetti (2004) explorou a origem dos vínculos das redes. O autor focou a sua análise no que denominou de círculos sociais, definidos como: organização, grupo, família ou contexto (onde ocorre reconhecimento mútuo). A pesquisa visou avaliar em que medida os vínculos sociais são originados nos círculos, em preocupações comuns ou são construídos através de outras relações. Os entrevistados foram solicitados a fornecer nomes aos quais estariam ligados e a detalhar os vínculos com uma amostra dos indivíduos citados. Em termos gerais, cerca de um terço dos vínculos se originou no interior da família e quase dois terços foi adquirido em círculos. A presença das origens, entretanto variou socialmente, sendo os vínculos obtidos através de rede de forma decrescente com a escolaridade, ao contrário dos

educacionais, de trabalho e associativos. Com relação ao ciclo de vida, evidenciou-se uma ampla predominância dos vínculos familiares na infância, seguidos de uma explosão dos laços de sociabilidade (redes) e de estudo e mais adiante uma elevação relativa da importância do trabalho, em especial para os indivíduos com escolaridade mais alta.

Finalmente, utilizando uma outra estratégia analítica, Bidart e Lavenu (2005) analisaram o impacto de eventos sobre as redes na passagem da juventude para a vida adulta, baseados em um painel com jovens em 3 momentos na Normandia (França). Os resultados apontaram para a existência de reduções, aumentos e oscilações a partir da ocorrência de tais eventos. De uma forma geral, contribuem para aumentar as redes: permanecer ou estender a vida escolar; obter um emprego longamente desejado e sair da casa dos pais ou se separar. A redução das redes, por outro lado tende a acontecer quando: se concluem os estudos; se começa a trabalhar; ocorre imigração; se iniciar uma relação emocional estável (e casar em particular) e dedicar-se à vida familiar e à casa (nascimento de filhos, por exemplo). Mudar o padrão de sociabilidade pode contribuir para aumentar ou reduzir as redes. Os autores afirmam que as redes de indivíduos de renda mais baixa se reduzem mais cedo pela ocorrência mais precoce no ciclo de vida de elementos redutores das redes. Embora me pareça que os autores confundem por vezes evento que afeta a rede com o resultado sobre a sociabilidade de tal evento (como, por exemplo, dedicar-se à família ou mudar a sua sociabilidade), o trabalho sugere alguns elementos importantes para serem testados em pesquisas posteriores.

Um segundo conjunto de trabalhos enfoca a relação entre redes pessoais e integração social e apoio. Primeiramente, vale reportar os interessantes resultados de Campbell e Lee (1992). Os autores entrevistaram pessoas que habitavam diferentes bairros de Nashville (EUA). As entrevistas coletaram informações sobre os conhecidos na vizinhança e os assuntos discutidos com eles, para avaliar os principais condicionantes sociais das redes. O estudo avalia se as características dos indivíduos impactam a sua integração social, influenciada também pela disponibilidade de tempo para contatos e a necessidade de manter relações para apoio social. Os resultados de análises quantitativas com informações relacionais e diversos atributos dos

indivíduos sugerem que pessoas mais integradas (mulheres, pessoas mais velhas, casadas e com rendimento mais elevado) têm redes mais extensas na vizinhança, mas pessoas menos integradas, em especial as de renda e escolaridade mais baixas, tendem a ter contatos mais freqüentes e mais demorados.

Molina e Gil (2005), por outro lado, analisaram o papel das redes de relações na promoção de apoio social, estudando as redes de unidades domésticas de idosos e família imigradas berberes do Marrocos que habitam uma pequena cidade catalã – Vic. Foram analisadas unidades domésticas com graus diferentes de dependência dos serviços sociais, sendo apresentadas as suas estruturas e analisadas as suas composições em termos de esferas de sociabilidade. O pequeno número de casos (11), entretanto, impede a retirada de lições mais gerais do trabalho.

Ignácio Jariego investigou em vários trabalhos a influência das redes nos padrões de integração social de imigrantes. Em Jariego (2002), estudou as redes pessoais de apoio de imigrantes de origem marroquina, filipina e senegalesa em Marbela (Espanha). A partir da aplicação de técnicas de análise de agrupamento a variáveis sócio-econômicas e de rede, o autor delimitou cinco tipos de redes pessoais: pequenas de compatriotas com amizade e família; étnicas especializadas com predomínio de amigos; étnicas com predomínio de familiares; redes mistas com predomínio de amigos e mistas de reagrupamento familiar integradas com a comunidade receptora. Em seguida o autor analisou a relação entre as redes e a presença de problemas psicológicos, mostrando que esses eram mais freqüentes em contextos relacionais de menor integração e apoio.

O mesmo tipo de análise foi desenvolvido em Jariego (2003). O autor pesquisou as redes de imigrantes latino-americanos e africanos na Espanha que participavam de um curso de treinamento profissional, e construiu uma tipologia das redes de apoio social de imigrantes chegados há menos de 10 anos ao país. A tipologia baseou-se no tamanho e na composição das redes e em variáveis de atributo dos indivíduos (egos e alters), em especial no seu caráter mais ou menos endogâmico e na presença de espanhóis nas redes. A investigação foi complementada com um olhar mais detido sobre as redes de mulheres peruanas e marroquinas. O autor encontrou 6 tipos de redes, desde

as denominadas “mínimas” com menos de 3 indivíduos (e predominantes entre mulheres marroquinas divorciadas e viúvas), até as chamadas “redes amplas de reagrupamento familiar integradas com a comunidade local” (já presentes no estudo anterior) com entre 12 e 15 indivíduos e típicas de jovens solteiros do sexo masculino.

Em termos teóricos, o processo migratório é retratado pelo autor como um processo de adaptação a um novo ambiente cultural, social e relacional. Nesse processo, os indivíduos parecem experimentar uma dificuldade grande para manter os vínculos com suas redes nos locais de origem, atingindo diretamente as redes de apoio dos indivíduos, alterando o seu tamanho e tornando-as mais centradas na família. Neste sentido, as redes dos imigrantes de variadas origens diferem segundo a sua composição (familiares, conterrâneos e espanhóis), a sua estrutura (densidade e formato), multiplicidade de determinados *alters* e tamanho. O tempo tende a relaxar essas características, levando ao aumento da rede, assim como a uma maior presença relativa de não compatriotas. Entretanto, isso ocorre de forma muito heterogênea, e entre diversos grupos de origens diferentes temos redes de apoio diferentes. O papel das redes no apoio instrumental e psicológico também varia significativamente. Os resultados encontrados em São Paulo apresentam grande semelhança com estes.

Dujisin e Jariego (2005) seguem a mesma linha de análise, mas investigam um caso de processo de adaptação mais suave. O artigo investiga as redes pessoais de estudantes que se deslocam regularmente entre Alcalá e Sevilha para estudar nesta última cidade. O universo da pesquisa foi composto por indivíduos jovens, solteiros e que vivem em sua maioria com os pais. Em termos gerais, o artigo avaliou os efeitos da vida metropolitana sobre as redes de indivíduos no momento de conquista da independência pessoal. A ênfase, portanto, esteve na análise das transformações das redes de não locais com maior ou menor integração social, a exemplo dos estudos sobre imigrantes. Nesse caso, entretanto, tanto as redes de origem quando as de destino se mantinham ativas conjuntamente, embora separadas pelo território.²⁰

²⁰ A discussão conjunta de redes e território é ainda abordada tecnicamente por Mollina (2005). O autor realiza um exercício de cruzamento dos dois tipos de informações com dados de uma amostra de acadêmicos que subscrevem uma lista de discussão sobre análise de redes sociais em espanhol. Em termos técnicos, além da utilização de atributos geográficos dos nós de uma rede (país, cidades etc), o artigo sugere a utilização de coordenadas geográficas como coordenadas de apresentação em um programa de visualização de redes.

Os resultados de Blockland (2003) também ajudam bastante a organizar nosso quadro conceitual. A autora realizou uma detalhada pesquisa qualitativa, e embora não tenha desenvolvido análise de redes em termos metodológicos, chegou a resultados muito interessantes sob o ponto de vista desta pesquisa.²¹ Seguindo as pistas deixadas por Ulf Hannerz (1983) em um clássico trabalho de antropologia urbana, Blockland delimita quatro tipos de redes pessoais: especializadas, integradas, encapsuladas e isoladas. Embora esses tipos sejam construídos nas trajetórias individuais, são influenciados por gênero e por fase no ciclo da vida.

As redes especializadas ou segregadas são baseadas em vários clusters (ou camadas de sociabilidade) com diferentes indivíduos e usualmente são ligadas a temas diversos (por exemplo - um para jogar, outro para sair à noite etc). Seriam típicas de indivíduos que a autora classifica como *modern city dwellers*, ou cosmopolitas. Esses indivíduos realizam constantes traduções entre linguagens, ligadas às redes especializadas construídas ao longo de trajetórias pessoais que lhes fornecem multiplicidade de atributos. Eles circulam entre essas esferas, mas não pertence a elas, o que lhes permite flunar entre elas.

As redes integradas são redes que apesar de não serem fechadas, apresentam agrupamentos que promovem encontros regulares. Tendem a ser as redes da maior parte dos indivíduos, se situando entre as dos especializados e dos encapsulados. Em geral a distância temática entre as várias esferas existentes não é muito grande (caso contrário eles se tornariam especializados).

As redes encapsuladas são similares a *peer groups* – redes densas e fechadas com poucos membros e contatos freqüentes. As esferas de sociabilidade ligadas a essas redes são marcadas por caráter fortemente ritualístico e por vezes iniciático.

E por fim as redes isoladas são muito pequenas e pouco densas, típicas de indivíduos bastante isolados e solitários, sendo bastante comuns entre idosos.

Em uma linha analiticamente similar, Dominguez (2004) realiza um estudo sobre os contextos relacionais de mulheres imigradas de baixa renda em Boston, avaliando a importância de suas redes pessoais para a construção

²¹ Os resultados que se seguem representam apenas um passo intermediário e metodológico no trabalho da autora, interessada em problematizar, na verdade, as relações entre comunidade e vizinhança.

de trajetórias de mobilidade social. A autora realizou pesquisa etnográfica com mulheres imigrantes ao longo de 4 anos. Os resultados sugerem a grande importância da existência de redes heterogêneas socialmente que incluam pontes para indivíduos localizados em outros locais na estrutura social, não apenas para veicular oportunidades, mas também para acessar repertórios e informação. A mera existência de laços, entretanto, parece não garantir a efetividade das pontes, que dependem de outras dimensões, como características do ego e dos indivíduos-ponte. Por outro lado, a autora mostra que estruturas familiares patriarcais contribuem decisivamente para bloquear os contatos e a mobilidade. Embora não tenha sido possível explorar a fundo essa dimensão, as entrevistas realizadas em São Paulo também evidenciaram os problemas relacionais sobre as mulheres advindos de estruturas familiares patriarcais.

Alexis Ferrand (2002), por fim, também explora a questão das pontes, mas definidas geograficamente. O autor defende a importância de se estudarem o que chama de dualidade dos sistemas locais de relação – a presença de relações internas e externas (locais e não locais). A sua preocupação empírica liga-se ao estudo dos sistemas de saúde, em especial às redes de consulta e apoio relacionadas ao tema. Tanto o modelo conceitual quanto o material empírico se vinculam a comunidades locais, embora a conexão dessas seja entendida como função da conexão pessoal dos seus componentes. Para o autor, portanto, a composição típica das micro-estruturas nos ensina sobre as meso-estruturas que conectam as comunidades a contextos sociais mais amplos. O autor defende que as redes pessoais podem ser classificadas segundo os padrões de vinculação interna e externa, gerando 4 possibilidades pelo cruzamento entre conexão alta/baixa e local/externo. O autor analisa as redes em duas comunidades, encontrando seis tipos de redes dependendo da presença de laços locais e não locais. As duas comunidades apresentam composições médias muito diferentes, sendo uma caracterizada por intensa conexão interna e externa e a segunda com escassa conexão interna e externa.

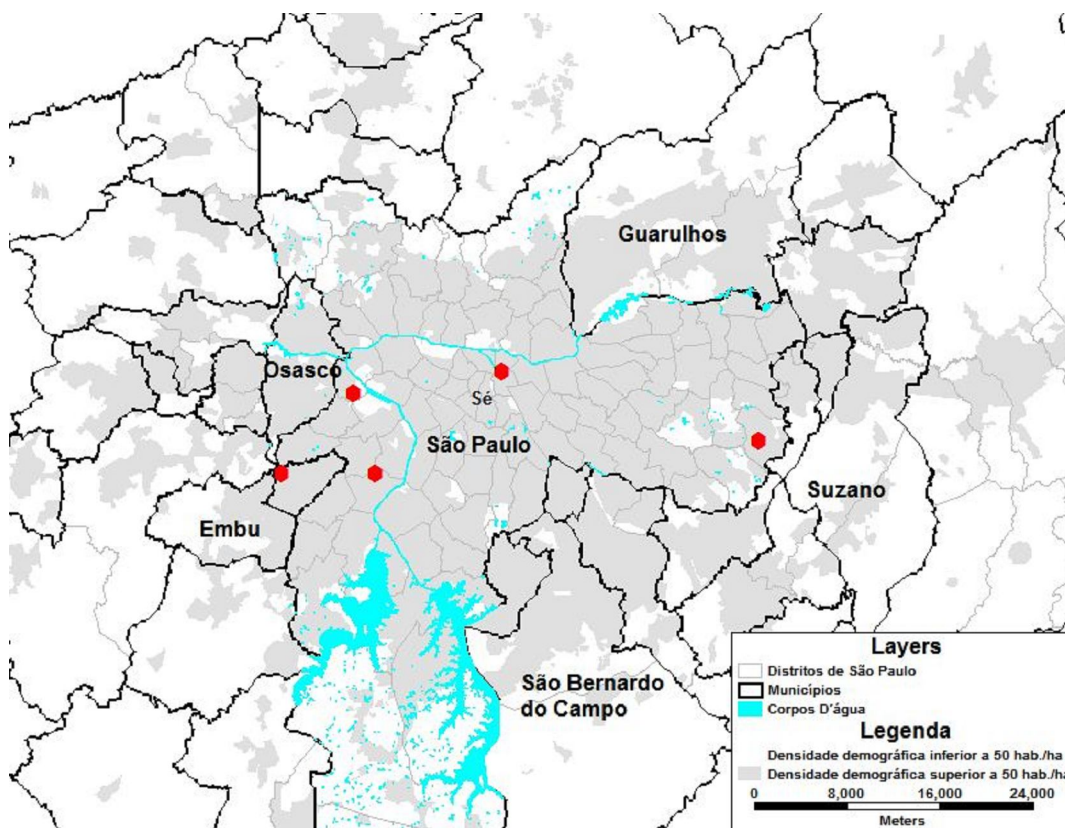
Capítulo 2. A pesquisa e as áreas estudadas

De maneira a explorarmos os efeitos da segregação espacial sobre as redes pessoais, escolhemos para o levantamento das redes locais bastante distintos sob o ponto de vista da inserção urbana. Os indivíduos de classe média entrevistados, por outro lado, se encontram dispersos pelo território da cidade. Na verdade, se controlássemos a localização de suas moradias encontraríamos um padrão concentrado no centro expandido, mas a sua localização na cidade não foi controlada. Como veremos, as suas redes apresentam um padrão bastante próximo das comunidades pessoas de Wellman (2001), espalhando-se por um amplo território e não incluindo praticamente nenhum indivíduo da sua vizinhança física.

Foram levantadas aproximadamente 30 redes pessoais em cada local estudado, além de um grupo de controle com o mesmo número de redes de classe média. A localização mais central inclui cortiços do Centro da cidade. As localizações mais segregadas e distantes incluem uma favela na franja peri-urbana do extremo Oeste da região metropolitana, entre os municípios de Taboão da Serra e São Paulo – Vila Nova Esperança - e um conjunto habitacional de grande porte na franja urbana da Zona Leste do Município de São Paulo – Cidade Tiradentes. Além desses, foram pesquisadas redes pessoais em duas favelas de grande porte com localização relativamente central no centro expandido – Paraisópolis e Vila Nova Jaguaré. Todos estes locais representam concentrações importantes de pobreza, considerando mapeamentos dos grupos sociais e da pobreza produzidos anteriormente no Centro de Estudos da Metrópole como Cem/Cebrap e Sas/Pmsp (2004) e Marques, Gonçalves e Saraiva (2005).

O Mapa 1 a seguir apresenta a localização dos locais estudados na região metropolitana de São Paulo.

Mapa 1. Região Metropolitana de São Paulo (áreas pesquisadas indicadas)



Fonte: Elaboração própria a partir de bases cartográficas do CEM/Cebrap, 2007.

Para facilitar a visualização do padrão de ocupação do espaço e do grau de segregação dos campos, o mapa destaca em cor cinza as áreas com densidade demográfica superior e inferior a 50 habitantes por hectare.²² Como podemos ver, embora a região envolva uma área geográfica mais ampla com 39 municípios, o território ocupado por tecido urbano

²² Essa densidade é bastante baixa e tenta delimitar os espaços com ocupação muito esparsa. Apenas para termos um padrão de comparação, as densidades dos bairros da Bela Vista em São Paulo e de Copacabana no Rio de Janeiro eram de 240 e 360 habitantes por hectare, respectivamente. O Jaraguá (distrito que inclui uma parte do Parque do Pico do Jaraguá), por outro lado, tinha densidade de 56 habitantes por hectare em 2000. Como no mapa as densidades são calculadas por setores censitários (unidades bastante desagregadas) os números tendem a ser menos sensíveis aos efeitos de médias dos cálculos por distritos, visto que as áreas vazias são usualmente separadas em setores próprios. Em termos de ocupação, a densidade escolhida para discriminar a alta densidade corresponderia a um quadra quadrada com 100 metros de lado e ocupada por menos do que 50 indivíduos.

relativamente denso e contínuo é menor. As áreas de densidade mais baixa no interior da área densa contínua mais central se referem a parques ou áreas institucionais de porte, como o Aeroporto de Congonhas, a Universidade de São Paulo e os Parques do Estado, do Ibirapuera, Vila Lobos e do Carmo (a Leste), entre outros. O mapa indica também os nomes de alguns municípios e a localização do distrito da Sé, região central da cidade, de forma a facilitar a orientação do leitor. Junto ao distrito da Sé se localiza o local estudado mais central, dos cortiços. Nos extremos Leste e Oeste se localizam os mais segregados, respectivamente, a Cidade Tiradentes e a Vila Nova Esperança. Antes dessa, mas a Oeste do centro se localizam as favelas do Jaguaré (próxima a Osasco, ao norte) e de Paraisópolis (ao sul). Como podemos ver pela escala gráfica, as distâncias envolvidas são substanciais.

Antes da descrição das áreas estudadas, entretanto, é necessário apresentar alguns elementos conceituais que especificam os procedimentos de pesquisa. Assim, na próxima seção apresenta-se detalhadamente o universo da pesquisa, e na seguinte são indicados os procedimentos de pesquisa adotados. A terceira seção descreve os locais de moradia dos indivíduos cujas redes são analisadas nos capítulos seguintes, enquanto a quarta e última seção resume comparativamente indicadores entre os diversos locais estudados, sumarizando os campos e verificando a eventual presença de vieses.

1. Algumas definições operacionais de pesquisa

O estudo considera a percepção dos indivíduos sobre suas redes utilizando, portanto, dados de tipo cognitivo (Marsden, 2005). Essa particularidade metodológica tem duas conseqüências. Em primeiro lugar, as redes levantadas são as representações dos entrevistados sobre seus contatos. Para alguns, esse tipo de informação pode soar pouco confiável, visto que não acessamos os contatos dos indivíduos em si. Não concordo com essa postura, visto que os contatos e a rede de um dado indivíduo não existem em si, de maneira substantivista, como que guardados em algum lugar à espera da sua descoberta pela pesquisa. Eles existem na medida em que são vividos pelos indivíduos como tal, e sob o ponto de vista da sociabilidade e da

utilização da rede pelos indivíduos, os contatos de um dado ego não existem dissociados da sua percepção a respeito deles. Assim, ao contrário dessa faceta da pesquisa representar uma limitação de método, considero que significa justamente o contrário: a utilização do instrumento apropriado para capturar as redes da forma que elas podem ser usadas cotidianamente e da maneira pela qual contribuem potencialmente para a integração social, a reprodução da pobreza e a superação da segregação social no espaço.

Uma segunda dimensão dos dados cognitivos, entretanto, diz respeito ao tempo e à permanência dos vínculos. Esse tipo de informação é fortemente influenciado pela memória dos entrevistados. A pesquisa enfoca a rede de cada indivíduo no momento atual, mesmo que os contatos tenham sido construídos há muito tempo e possam inclusive estar “adormecidos”. Novamente vale aqui a percepção dos indivíduos sobre os seus vínculos e, desde que o indivíduo considere que esse vínculo possa ser ativado, ele pode ser citado como participando da rede. Aparentemente, essa é uma das dimensões que separa fortemente as redes de classe média das de indivíduos em situação de pobreza, visto que para os primeiros tramos das redes construídos há muito tempo são mantidos na compreensão cognitiva das redes, diferentemente do caso de indivíduos pobres. Voltaremos a esse ponto mais adiante, mas aparentemente essa dimensão tem relação com a dificuldade e os custos de manter contatos, assim como com a compreensão das pessoas sobre a sua sociabilidade.

Um outro destaque importante diz respeito à frequência dos contatos. Estou interessado nessa pesquisa em levantar as estruturas relacionais que podem ser utilizadas pelos indivíduos em suas atividades, e em analisar os condicionantes da sua variação. Ao contrário de pesquisas como Campbel e Lee (2001), portanto, não estou interessado na frequência ou a duração dos contatos, que são percebidos aqui como potências. Considerando a quantidade de informações já levantadas nas entrevistas, optei por não adicionar esse tipo de informação aos instrumentos de coleta de dados.

De forma similar, não foram levantadas ou modeladas as forças dos vínculos existentes, em parte por razões ligadas à coleta das informações, em parte derivada das perguntas da pesquisa. Dado o instrumento de pesquisa construído, que será apresentado a seguir, não seria possível considerar a

força como correspondendo à frequência relativa dos vínculos, como fiz em Marques (2000 e 2003). Por outro lado, a obtenção da informação da força dos vínculos por autoclassificação do entrevistado envolveria a duplicação das entrevistas, com a apresentação em um segundo momento de todas as díades ao entrevistado. No caso dessa pesquisa, o número de díades das redes varia entre 14 e 608 (com média 212) o que tornaria as entrevistas de retorno extremamente longas. Assim, dado que as questões que norteiam a pesquisa não envolvem centralmente a questão da força, optei por também não buscar e não analisar essa dimensão.

Um ponto central da pesquisa diz respeito à sociabilidade dos indivíduos. Para permitir a análise da sociabilidade, estabeleci princípios de classificação que padronizassem a sociabilidade nas entrevistas. Os elementos que se seguem foram incorporados nas entrevistas e levantados como atributos dos indivíduos.

Entendo por esfera de sociabilidade uma região da sociabilidade em geral organizada a partir de algum processo de especialização (funcional, de práticas, cultural e de idéias, etc). As esferas são produto da especialização das atividades sociais e humanas em sentido amplo, incluindo círculos de interesse (círculos de discussão e de práticas específicas), círculos de sociabilidade e convivência (grupos de amigos) e instituições específicas (como a família). Em termos concretos as esferas incluem certos conjuntos de indivíduos e organizações, as relações que se estabelecem entre eles (de vários tipos e em constante transformação), assim como determinadas identidades, conjuntos de signos e padrões discursivos no sentido de Mische e White (1998) e White (1995). Nesse sentido, as esferas guardam semelhança com os *network domains* daqueles autores, embora busquem descrever contextos mais específicos, estruturados e duradouros. Talvez seja possível dizer que as esferas, conforme definido aqui, incluem as versões mais estáveis dos *netdoms* de Mische (1995). Em alguns casos, as esferas podem se superpor pela existência de indivíduos que participam de mais de um contexto de sociabilidade ao mesmo tempo.

A delimitação de esferas não tem relação com o conteúdo (o tipo) dos vínculos, nem com a sua força, mas diz respeito aos espaços sociais reconhecidos pelos indivíduos em suas atividades e sociabilidade. A existência

de uma esfera de vizinhança, por exemplo, não inclui todos os vizinhos de uma dada rede, nem inclui necessariamente apenas vizinhos. Ela inclui aqueles indivíduos que o entrevistado compreende que encontra juntos, em um espaço da sua sociabilidade que denominada por ele próprio como vizinhança. Trata-se, portanto, de uma vizinhança como espaço social cognitivamente compreendido, e não vizinhança física no sentido de distância física mensurável como em Wellman (2001).

As esferas também se distinguem dos contextos de entrada nos nós na rede, informação que também foi incluída como atributo a ser levantado nas entrevistas. O contexto nos informa como um dado nó entrou na sociabilidade do ego: se por acaso na vizinhança, se apresentado por alguém ou no interior da família, por exemplo. Essa informação tenta capturar a maneira pela qual os indivíduos adquirem nós e expandem a sua rede.

Algumas esferas de sociabilidade merecem menção especial, dado o seu impacto nas redes. As comunidades profissionais são esferas de sociabilidade que circunscrevem contextos profissionais. Elas incluem conjuntos de indivíduos e organizações no interior dos quais ocorrem atividades relacionadas com determinadas práticas profissionais, embora nem toda profissão circunscreva necessariamente uma comunidade (Marques, 2000 e 2003). A maior parte das profissões, na verdade, envolve a existência apenas de locais de trabalho, que são espacialmente localizados e apresentam escala muito mais restrita do que as comunidades. Essas últimas são produtos da especialização das profissões e envolvem não apenas a participação e filiação a organizações, como a realização de atividades e práticas concretas. Usualmente estão associadas a identidades, visões de mundo e formas discursivas e incluem diversos locais de trabalho, embora sejam muito mais amplas do que eles. Em termos conceituais a comunidade se relaciona com os domínios da *policy analysis*, embora seja mais ampla e geral e não se centre apenas em áreas de política. Como veremos nos próximos capítulos, a participação de um indivíduo em comunidades profissionais, ao invés de locais de trabalho, tem impacto direto sobre as suas redes. Esse efeito, entretanto, está praticamente restrito às redes de classe média, como discutirei mais adiante.

Quando os indivíduos, seus vínculos, as identidades e as linguagens que compõem uma certa esfera de sociabilidade (ou uma parte de uma esfera de sociabilidade) apresentam sociabilidade e especialização mais intensa que delimitem tipos específicos de interação, podem levar à constituição do que denomino de círculos sociais. Esse sentido da expressão tema aqui, portanto, um sentido mais delimitado do que os círculos de Simmel (1972) ou mesmo de Kadushin (2004), embora se assemelhem a eles. Os círculos não são especificados por padrões de vínculo ou densidade de vínculos (como os cliques ou clusters), nem mesmo por tipos de vínculo (como no surgimento da intimidade destacada por Blokland, 2003). A sua delimitação é produto da narrativa da situação social e da trajetória de vida dos indivíduos, embora possam também ser o resultado do cruzamento entre tipos de vínculo, atributos dos indivíduos e trajetórias, como em Kadushin (1995). Naturalmente, círculos podem aparecer no interior de esferas de sociabilidade (vários por esfera), ou fora delas e de forma isolada nas redes pessoais.

2. Procedimentos de pesquisa e aspectos metodológicos

A determinação dos locais a estudar envolveu a escolha intencional de locais de concentração de pobreza submetidos a diferentes condições de segregação, na escala da cidade (macrosegregação). A idéia aqui, como já referida anteriormente, não era necessariamente representar estatisticamente os locais de moradia da população pobre na cidade de maneira a se expandir posteriormente a amostra e determinar os tipos de redes de pobres existentes no conjunto de São Paulo, mas sim cobrir a variabilidade das situações de pobreza urbana, com a lógica dos estudos de caso. Em cada local estudado, os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, mas sem um sorteio prévio de domicílios, e sim com a abordagem direta nas ruas ao longo de percursos. Esses foram escolhidos de forma a cobrir a maior variabilidade de situações possível no interior do local estudado. O conjunto de entrevistas em cada campo, entretanto, foi sendo controlado através dos atributos sexo, faixa de idade, status empregatício e migratório e região da área estudada, quando existente (piores ou melhores regiões definidas em estudos anteriores, por exemplo), de forma a que o conjunto de entrevistas de

cada local expressasse aproximadamente a variabilidade da população estudada. Foram realizadas entrevistas tanto durante a semana, quanto em fins de semana. Como veremos no próximo capítulo, a comparação de indicadores escolhidos dos entrevistados e dos locais estudados sugere que esse procedimento de coleta alcançou resultados bastante satisfatórios, não sendo observado viés importante entre a amostra levantada e a população dos locais estudados.

Foram realizadas entrevistas egocentradas (em que se pergunta a um dado indivíduo sobre a sua própria rede) sobre a rede total de seu convívio pessoal, incluindo as várias esferas de sua sociabilidade.²³ As entrevistas completas duravam tipicamente entre 50 minutos e 1 hora e envolviam duas partes. Em primeiro lugar era aplicado um questionário semi-aberto referente às características gerais do entrevistado incluindo dados biográficos, composição familiar e do domicílio, status empregaticio, trajetória no mercado de trabalho, trajetória migratória, vínculos associativos e práticas de sociabilidade dos entrevistados.²⁴

A segunda parte das entrevistas incluiu a aplicação de uma ferramenta de coleta de dados relacionais com um gerador de nomes e perguntas sobre atributos dos nomes gerados. O gerador de nomes, por sua vez, envolveu duas etapas. A primeira visou construir uma semente de nomes para a segunda fase a partir das esferas de sociabilidade. As esferas incluíram pelo menos: familiar, vizinhança, amizade, associativa, diversão/lazer, estudos e profissional/trabalho. Caso ao longo da entrevista outras tivessem sido sugeridas, seriam acrescentadas à lista. Por exemplo, se a entrevista indicou que a atividade de jogar vôlei organizava uma parcela da sociabilidade do indivíduo, uma esfera vôlei era acrescentada à lista. Em seguida, solicitou-se a cada entrevistado pensar em suas relações e citar inicialmente um conjunto de no máximo 5 nomes para cada esfera de sociabilidade apresentada pelo entrevistador.

Esses nomes constituíram a semente do gerador de nomes, e se solicitou que os entrevistados indicassem até três nomes associados a cada nome da

²³ As entrevistas foram realizadas entre março de 2006 e fevereiro de 2007 por uma equipe que incluía, além de mim, Renata Bichir, Thais Pavez, Miranda Zoppi, Encarnación Moya e Igor Pantoja. Agradeço a todos pelo inestimável trabalho realizado.

²⁴ Os procedimentos descritos representam um refinamento dos instrumentos estabelecidos originalmente e submetidos a um pré-teste principalmente com indivíduos de classe média envolvendo 12 indivíduos.

mente, sendo aceitas repetições livremente, assim como a indicação de si próprio. Os nomes novos se constituíram na semente de uma nova rodada de entrevista com a mesma pessoa. O procedimento foi repetido três vezes, ou até que não houvesse mais nomes novos. O método nos forneceu um conjunto de díades, indicando a presença ou ausência de vínculos no interior de uma determinada rede pessoal, mas não a força dos vínculos ou a frequência dos contatos.

Por fim, solicitamos aos entrevistados para classificar os nomes gerados segundo três atributos: contexto de entrada do nó na rede pessoal, se o indivíduo é de fora ou de dentro da área estudada e a esfera de sociabilidade a que pertence. Em todos os casos, os valores pré-estabelecidos para os atributos podiam ser alterados na própria entrevista, considerando a alta especificidade das trajetórias, esferas de sociabilidade e das próprias redes.

Posteriormente, utilizando técnicas de análise de redes sociais, reproduzi cada rede individualmente em uma matriz de conectividade e em um vetor de atributos. A partir desses dados foram geradas estatísticas e sociogramas para cada rede individual. O conjunto da pesquisa envolveu, portanto, a construção de 180 redes pessoais de tamanho e estrutura muito variados. As informações de todas as redes foram organizadas em um banco de dados do qual constam as características gerais do entrevistado e dados referentes à sua rede pessoal – número de vínculos, diversidade de esferas e contextos, entre outras características. A partir desse banco, foram geradas as análises cujos resultados são apresentados nos próximos capítulos.

3. As localizações

Essa seção apresenta sucintamente os locais estudados, de forma a melhor situar o leitor com relação a suas características e à sociabilidade de seus moradores.

a. Cortiços da região central

Os cortiços cujos moradores foram entrevistados se situam próximos à esquina da Rua João Teodoro com a Avenida do Estado, no distrito do Pari no

centro de São Paulo, distando menos de 200 metros entre os mais distantes. Trata-se de uma região de obsolescência, com grande quantidade de casarões do início do século XX em precário estado de conservação e galpões abandonados. A região apresenta pequenos serviços que exploram o fluxo de veículos da Avenida do Estado (borracheiros, oficinas mecânicas, lojas de autopeças), além de alguns bares.

Imagem 1. Região central (locais de cortiços com entrevistas indicados)²⁵



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano/ Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo. Ano 2000. Escalas de voo 1:6.000/1:5.000

Os cortiços estão instalados em construções antigas não reformadas ou reformadas apenas precariamente de modo a se adaptarem ao papel de moradia coletiva. Tem usualmente entre 10 e 20 quartos, situados em um primeiro andar, acima do nível da rua e acessível por pequenas escadarias, e um porão, cujo acesso pode se dar pela frente ou pelos fundos do imóvel. O que mais impressiona nas condições habitacionais dos entrevistados é a

²⁵ As imagens incluídas neste capítulo me foram fornecidas por Renata Gonçalves, a quem agradeço.

grande insalubridade e a quase completa falta de privacidade dessa forma de moradia. Exceto por raras exceções, os banheiros e as áreas de preparo de alimentos e de lavagem de roupas são comuns a todo o cortiço, resultando em um grande congestionamento, o que interfere na sociabilidade intensamente.

Em geral, o estado de conservação das edificações é péssimo e as condições das instalações sanitárias são igualmente calamitosas, embora haja significativas diferenças de qualidade entre cortiços e dentro de cada um deles. Os preços dos aluguéis expressam essas diferenças, tendo sido encontradas pessoas entrevistadas que pagavam aluguéis de até R\$250 por quarto. Apenas como parâmetro de comparação, em 2000, o Ibge indicava que o rendimento médio do chefe de domicílio do setor censitário que incluía vários dos cortiços pesquisados era de R\$ 750.

Um dos principais definidores da precariedade diz respeito à localização do quarto, se no primeiro andar ou no porão. Na verdade, o primeiro andar se situa usualmente a meio andar acima da rua, e o porão se encontra semi-enterrado. Essa estrutura construtiva foi introduzida pelo Código Sanitário de 1894 (Ribeiro, 1993), onde se previa um porão não habitado semi-enterrado que tinha por objetivo distanciar o piso das edificações do solo, impedindo a subida da umidade por capilaridade. Por essa razão, embora os pés direitos dos andares superiores sejam muito elevados (uma característica das construções da época), os dos porões são muito baixos, sendo necessário se abaixar para passar sob as vigas. Os porões usualmente têm apenas uma entrada em uma das extremidades, a partir das quais se acessa um corredor sem iluminação ou ventilação natural e grande comprimento. A maior parte dos quartos desse andar não tem janelas e, por se situar parcialmente enterrado, é muito úmido, escuro e totalmente sem ventilação. Os mais variados vetores de doenças proliferam e as ratazanas são visíveis durante o dia. As condições de densidade e salubridade nesses casos são mais do que precárias.

Os quartos do andar de cima, por outro lado, embora variem com relação à qualidade, são usualmente muito menos úmidos e mais ventilados. São quase todos dotados de janelas e, dado que obedecem aproximadamente à divisão dos cômodos das edificações originais, tendem a

ser bem maiores. Apesar disso, com raras exceções, estão igualmente sujeitos aos mesmos problemas de acesso às instalações sanitárias e hidráulicas e à mesma precariedade de conservação e dos materiais. Em um dos cortiços pesquisados, por exemplo, o chão de um quarto localizado no primeiro andar ruiu sob o peso de um fogão e, no momento da entrevista, o chão do quarto permanecia com um buraco aberto de aproximadamente um metro de diâmetro.

Embora as condições habitacionais em sentido estrito sejam muito piores nos porões, todas as moradias em cortiço representam problemas graves com relação à sociabilidade, advindos da falta de privacidade e da excessiva densidade. O espaço privado de cada morador é muito pequeno e a interdependência muito grande, não apenas pelo uso comum dos banheiros e lavanderias, mas também pelo ruído que a mínima atividade gera sobre a vizinhança. A situação é mais grave quando há crianças, que utilizam os poucos espaços coletivos – corredores e pátios - para brincar, gerando ruído e conflitos freqüentes entre vizinhos. Essa dimensão dos conflitos de vizinhança parece ser a característica mais marcante da sociabilidade dos cortiços. A impressão predominante das entrevistas é que os cortiços apresentam um cotidiano de grande anomia, brigas freqüentes e desconfiança mútua.

Uma diferença importante dos cortiços está em que ao contrário das outras regiões pesquisadas, não se trata aqui de uma localização física delimitada, reconhecida pelos moradores e formadora de identidades, como “no Jaguaré” ou “na Cidade Tiradentes”. Entretanto, resultados de pesquisas recentes (Kowarick, sd) sugerem que os moradores de cortiços circulam entre cortiços por longos períodos de tempo, permanecendo praticamente toda a sua trajetória posterior à migração em habitações desse tipo na área central ou em subcentros como Santo Amaro ou a Penha. Tudo indica que o que leva os indivíduos a esse tipo de solução de moradia, ao invés de se instalarem em favelas ou loteamentos clandestinos, por exemplo, são preferências locacionais pela centralidade. Essas soluções, portanto, não representam um passo intermediário em uma trajetória de mobilidade social (e habitacional) na cidade, mas tem caráter definitivo, embora a circulação entre cortiços seja relativamente freqüente. Os dados da pesquisa confirmam esse padrão, tendo sido encontrados moradores há mais de dez anos no mesmo cortiço, assim

como uma grande quantidade de pessoas que já haviam habitado 3 ou 4 cortiços passando vários anos em cada um deles. Dado esse padrão, enquadrei conceitualmente os cortiços como a unidade básica de localização estudada, ao invés de considerá-los separadamente.

b. Vila Nova Jaguaré

A Vila Nova Jaguaré começou a ser ocupada nos anos 1950, no contexto da industrialização da região Oeste da região metropolitana de São Paulo. A favela ocupa uma área de 15 hectares reservada para uso institucional e doada à Prefeitura, mas que permaneceu sem utilização. Em 2000, a favela contava com 10.863 habitantes em 2.838 domicílios particulares permanentes, o que resultava em uma densidade domiciliar de 3,8 habitantes por domicílio.²⁶ Em termos de infra-estrutura, a favela contava com abastecimento universal por redes de água.²⁷ A renda média mensal dos chefes de domicílio era de apenas R\$ 415 e a escolaridade média do chefe era bastante baixa – 4,1 anos de estudos. O analfabetismo alcançava cerca de 23% dos chefes e 38,7% destes tinham concluído no máximo o primeiro ciclo do ensino fundamental (4 anos de estudo). O analfabetismo no conjunto da população alcançava 8,9%. A estrutura etária era bastante jovem - 12,7% da população tinham menos de 4 anos de idade - e apenas 3,4% dos moradores tinham mais de 60 anos. A proporção de indivíduos autotclassificados pelo Censo como pretos e pardos nas áreas de ponderação que incluíam a favela era de cerca de 38% da população.

Em termos urbanos, o Jaguaré é uma favela situada junto ao centro expandido da capital, contígua à Universidade de São Paulo e separada do bairro do Alto de Pinheiro praticamente apenas pelo Marginal Pinheiros. Em termos de deslocamentos, a favela dista menos de 10 minutos a pé de ambos, embora o trajeto para o Alto de Pinheiros envolva a travessia do Rio pela Ponte do Jaguaré. Seguindo esse caminho, é possível se alcançar também o Parque Vila Lobos, parque público de grande porte e o Shopping Center Vila

²⁶ Dados do Censo Demográfico do Ibge considerando os setores censitários que em 2000 correspondiam à favela. Apenas no caso de cor da pele, a informação é originária do questionário da amostra e se refere à áreas de ponderação que incluem a favela. Esse e os demais dados demográficos desse capítulo foram gerados pela arquiteta Renata Gonçalves, a quem agradeço de coração toda a ajuda prestada.

²⁷ As informações das variáveis domicílios serviços por rede de esgoto e atendidos por serviços de limpeza urbana para o Jaguaré apresentaram discrepância significativa e não foram consideradas.

Lobos, embora esse esteja longe do padrão de consumo das famílias da favela, por ser um centro comercial de alto padrão. Em termos de inserção urbana, é possível viajar de ônibus partindo de 500 metros da favela até a Praça da Sé em aproximadamente 1 hora e 10 minutos sem trânsito ou 1 hora e meia nos momentos de maior tráfego, em média, segundo as informações oficiais da empresa municipal responsável pelo transporte público.²⁸

Imagem 2. Jaguaré e imediações (locais de entrevistas indicados)



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano/ Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo. Ano 2000. Escalas de vôo 1:6.000/1:5.000

²⁸ As informações oficiais relativas aos tempos de trajeto foram obtidas no site da empresa SP Trans- (<http://200.99.150.164/PlanOperWeb/>). É bastante possível que os reais tempos de transporte sejam substancialmente superiores aos das estatísticas oficiais, mas essas fornecem um critério padronizado para a informação.

O Jaguaré se desenvolve em uma colina junto à margem Oeste da Marginal Pinheiros, descendo até à via de tráfego. A favela apresenta alguns setores bastante distintos entre si. Na parte alta se situa a parte mais consolidada, com um viário principal relativamente largo, centro comercial e casas de alvenaria. Nessa região a favela apresenta condições urbanas e sociais relativamente boas, com construções de qualidade e sociabilidade intensa nas ruas e vielas. O centro desse setor é a chamada Praça Onze, um ponto do viário principal mais largo onde se situa o comércio de maior porte e uma das unidades de atendimento a jovens mantida pela igreja católica. Nesse particular, vale destacar que embora a organização comunitária não seja muito ativa, a favela é sede de uma série de iniciativas organizadas pela igreja e por um colégio católico de alta renda da região, que mantém três creches e um centro profissionalizante na favela. Talvez graças a essa presença da igreja, não se vejam tantos tempos protestantes na favela quanto em outras comunidades similares.

À medida que se desce a via principal e se afasta da Praça Onze, as condições pioram um pouco, inclusive com relação ao espaço público. Uma bifurcação dessa via nos leva à frente do conjunto habitacional do programa Cingapura da parte mais alta (ver Marques e Saraiva, 2005), conjunto habitacional de 260 unidades iniciado na gestão Celso Pitta (1997-2000) e terminado na gestão Marta Suplicy (2001-2004). O que chama a atenção, além do péssimo projeto de arquitetura, é a baixa integração com o entorno e a ausência de um diálogo mínimo com o espaço público situado à frente do conjunto, que é separado por um alambrado metálico. Nessa região a densidade é mais elevada e as são condições mais precárias. Seguindo adiante se alcança um outro acesso à favela pela Rua Três Arapongas, onde se situa uma outra unidade de trabalho da igreja católica.

Um outro setor da favela se localiza a nordeste da Praça Onze e pode ser acessado desde a Rua Betim por outra via larga com acesso a carros. Seguindo esse caminho, tem-se acesso à parte mais baixa da favela, que leva até junto à Marginal Pinheiros. Nesse setor, de condições muito piores e parcialmente sujeitas a inundações, se situa um outro conjunto Cingapura, localizado diretamente às margens da Marginal Pinheiros. Uma parte desse setor apresenta casas de alvenaria de boas condições, mas que estavam

sendo removidas pela Prefeitura no momento das entrevistas para a construção de uma avenida, com os moradores sendo “indenizados” por R\$ 5.000 diretamente pela construtora.

Uma outra parte desse setor, entretanto, é bem mais precária e se localiza diretamente sobre o leito de antiga ferrovia desativada. Nessa região, os barracos, em sua maior parte de madeira, se situam diretamente sobre os trilhos com densidade muito alta e praticamente sem iluminação, dada a distância das vielas deixadas pelos moradores. Em alguns trechos houve o seu completo fechamento, sendo que as vielas avançam como túneis sob construções no segundo andar. Nessa região, denominada “dos trilhos”, situam-se as condições mais precárias de toda a favela, com barracos de madeira, sem iluminação, com muita umidade e sujeitos a inundações. Os esgotos nesse setor são visíveis a céu aberto em todos os lugares e praticamente não escoam, dada a proximidade com as cotas da Marginal Pinheiros. As inundações nessa região são freqüentes e a presença de ratos constante, tendo sido citados intensamente nas entrevistas. Parece ser também nessa região que as condições de sociabilidade são piores. Nessa região, o espaço público se limita aos (estreitos) espaços de circulação, o comércio é praticamente inexistente e os locais de sociabilidade se limitam aos bares. Os contrastes da sociabilidade com os setores da Praça Onze e das Três Arapongas são visíveis e praticamente só se vê crianças pequenas interagindo no espaço público.

Foram feitas entrevistas com moradores das imediações da Praça Onze e da Rua Três Arapongas e dos trilhos.

c. Favela Paraisópolis

A favela de Paraisópolis é uma das maiores da região metropolitana de São Paulo, alojando em 2000 uma população de aproximadamente 34.000 habitantes em 9.000 domicílios.²⁹ A renda média do chefe era de R\$ 490 e a sua escolaridade média de apenas 4,1 anos. A baixa escolaridade se apresentava também no analfabetismo dos chefes – 21% - e no fato de 47% dos chefes terem cursado apenas no máximo 4 anos de estudo. Cerca de 9%

²⁹ Novamente, trata-se de dados relativos aos setores censitários do Censo de 2000 que incluíam a favela.

dos indivíduos era analfabeto em 2000, uma proporção elevada para São Paulo (média de 7,3% no Município em 2000), mas inferior aos 15,2% da média das favelas do Município (Saraiva e Marques, 2005). Como nas demais favelas da região, a estrutura etária era bastante jovem, com cerca de 25% dos indivíduos com menos de 9 anos de idade e apenas 2% com mais de 60 anos. O abastecimento de água estava universalizado, mas o esgotamento alcançava apenas 56% dos domicílios e a limpeza urbana 74%. A proporção de indivíduos autodeclarados pretos e pardos era de 45%.

Imagem 3. Paraisópolis (locais de entrevistas indicados)



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano/ Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo. Ano 2000. Escalas de vôo 1:6.000/1:5.000

A favela era a única de grande porte na cidade a se localizar em terra privada, remanescente de uma época em que as favelas em área privada eram predominantes em São Paulo (Bueno, 2000). A particularidade mais importante da favela, entretanto, é a sua localização espacial junto ao bairro

do Morumbi. Paraisópolis, na verdade, representa um enclave territorial no interior de um dos bairros de renda mais alta da metrópole, gerando enormes contrastes sociais. Por essa razão, a favela sempre foi a mais intensamente enfocada pela mídia e por estudiosos em geral, representando de certa forma um retrato espacialmente concentrado das desigualdades sociais brasileiras. A contigüidade com uma região de alta renda representa uma vantagem locacional importante para os moradores da favela no que diz respeito ao mercado de trabalho, entendido como fácil acesso a uma das mais importantes estruturas de oportunidades (Almeida e D'Andrea, 2005). Essa proximidade junto a um mercado de trabalho de vulto reduz os efeitos negativos da distância à área central do município de São Paulo, que também são consideráveis. De ônibus até a Praça da Sé o percurso consome em média 1 hora e 20 minutos no horário de pico e 1 hora sem trânsito em dois ônibus, sem se considerar o tempo de transbordo, considerando as informações oficiais sobre deslocamento.

A contigüidade espacial com grupos de alta renda e a projeção na mídia tornam Paraisópolis objeto constante de projetos dos mais variados tipos, tanto do setor público, quanto do setor privado, configurando-se um alvo preferencial das preocupações da parcela socialmente preocupada da elite paulistana, assim como do que a "Revista Isto É" denominou de "empresas do bem". Essa dimensão é interessante, pois trata-se de um caso raro em São Paulo de visibilização da alteridade social para os grupos de alta renda, elemento usualmente ocultado pela elevada macrosegregação e pela virtual ausência de microsegregação nas áreas ricas da cidade (Marques e Torres, 2005).³⁰

A ocupação de Paraisópolis iniciou-se na década de 1930, através de invasões realizadas no interior do recém criado loteamento de Vila Andrade (Baltrusis, 2005). Como a favela foi constituída sobre um território em processo de loteamento, acabou por incorporar o traçado regular em seu sistema viário principal, o que lhe dá raras características de acessibilidade interna. Pelo viário principal circulam hoje ônibus, caminhões e automóveis e a largura da

³⁰ Sobre projetos na favela, ver, por exemplo, <http://www.einstein.br/voluntariado/> e <http://www.portoseguro.org.br/comunidade.asp> e <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/314/empresasdobem/index.Htm>.

maior parte das vias secundárias também dá acesso a carros e aos caminhões dos serviços urbanos.

O associativismo da favela é intenso, sendo impressionante a proliferação de associações e entidades na favela. Em termos de participação associativa, entretanto, os moradores se situam na média do que caracteriza os indivíduos de baixa renda da região metropolitana de São Paulo, embora a frequência a entidades religiosas seja mais intensa (Lavalle e Castello, 2004).

Os 1.500 hectares da favela se desenvolvem por uma vasta área que inclui colinas suaves, os vales de ao menos quatro cursos d'água e algumas encostas acentuadas, em especial em sua parte sudoeste, nas áreas denominadas de Grotão e de Grotinho. Nesse particular, Paraisópolis apresenta grande heterogeneidade interna, em especial entre a área conhecida como Centro e de condições muito boas, e as áreas denominadas com Grotão e Grotinho, de ocupação muito mais recente e condições muito precárias. Enquanto a área do Centro em tudo se assemelha a um bairro popular consolidado, com construções de boa qualidade, densidade não muito alta e comércio variado, uma parte das regiões de piores condições é acessível apenas por vielas estreitas e se localiza em áreas de alta declividade e junto a córregos, estando sujeitas a inundações e risco geotécnico.

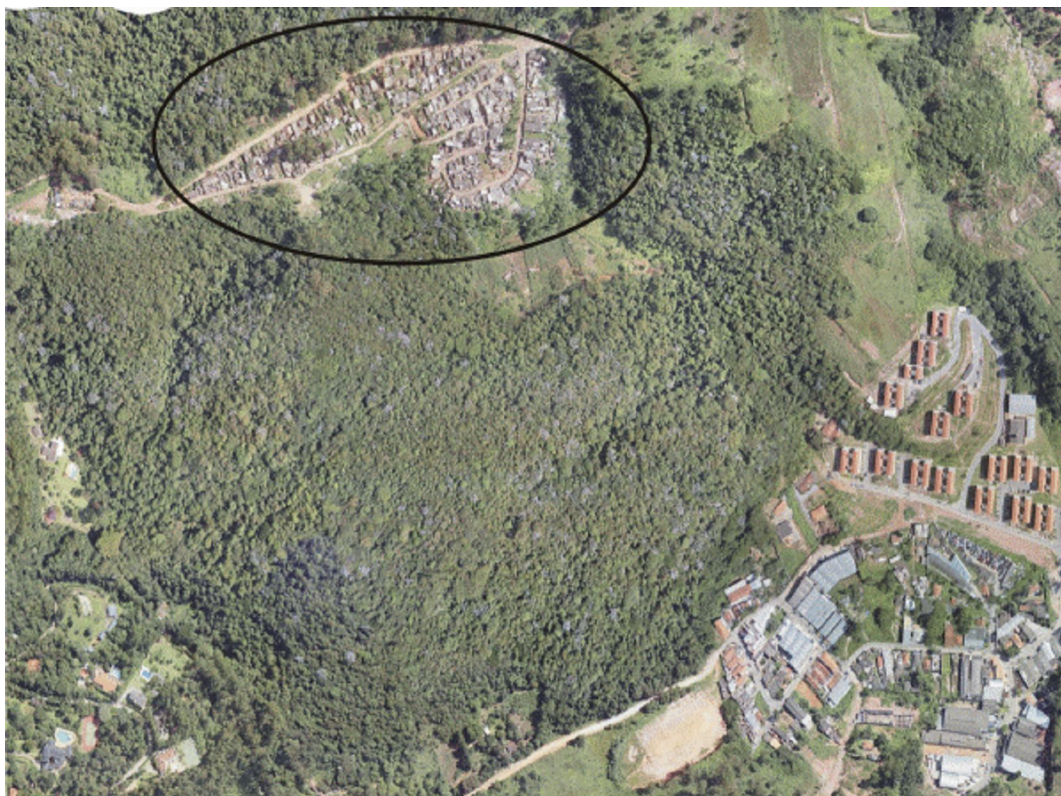
Essas condições evidentemente se expressam nos valores das moradias. Segundo Baltrusis (2005), enquanto imóveis das melhores áreas da favela são postos à venda em média por R\$ 11.5000, a média no Grotão é de R\$ 6.500 e no Grotinho de R\$ 4.900, aproximadamente. O autor também encontrou entre 2000 e 2005 um intenso processo de valorização dos imóveis, assim como o estabelecimento de um ativo mercado de locação, com aluguéis variando “de R\$ 80, por um barraco de madeira praticamente dentro do córrego a R\$ 300 por um sobrado de alvenaria com três dormitórios (Baltrusis, 2005, p. 156)”.

As entrevistas foram realizadas com moradores das áreas do Centro e do Grotão.

d. Favela Vila Nova Esperança

A favela de Vila Nova Esperança se situa em área particular, parcialmente no Município de São Paulo e parcialmente no Município de Taboão da Serra. A denominação Vila Nova Esperança é a reconhecida pela maior parte dos moradores e pela Prefeitura de Taboão, mas a Prefeitura de São Paulo tem a favela cadastrada como "Sem Terra". A favela se localiza em zona peri-urbana, em uma pequena elevação junto a uma estrada não pavimentada, tanto em encosta não muito íngreme quanto no seu topo.

Imagem 4. Vila Nova Esperança (indicada) e o bairro João XXIII



Fonte: Prefeitura do Município de Taboão da Serra/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Ano 2004. Escala de voo 1:5.000

Dentre as favelas estudadas, Vila Nova Esperança é com toda a certeza a menor, apresentando um porte de médio para pequeno. O Censo demográfico de 2000 indicava a existência de pouco mais de 1000 habitantes e quase 300 domicílios, resultando em uma densidade de 3,8 habitantes por

domicílio. As condições de infra-estrutura eram precárias – 65% de cobertura por redes de água e esgotos e 80% por coleta de lixo. O rendimento médio dos chefes era de R\$ 680 e a sua escolaridade média era de 5,1 anos de estudo.³¹ Como a favela é bastante recente e cresceu significativamente nos últimos anos com um padrão de ocupação muito precário, as informações censitárias talvez sugiram uma situação social melhor do que a encontrada, assim como um tamanho menor do que o existente quando da realização das entrevistas.

Segundo os moradores, a área foi ocupada há 10 anos, principalmente por famílias que moravam no bairro contíguo pagando aluguel - João XXIII, pertencente ao Município de São Paulo. A maior parte da favela é composta por moradias de alvenaria de qualidade bastante boa e de tamanho razoável, em especial as pertencentes aos primeiros moradores a chegarem ao local. Entretanto, há dois setores – junto à entrada abaixo e na parte mais alta da favela - que foram ocupados muito recentemente e são compostos por barracos de madeira muito precários. Como a favela se localiza na franja urbana, a expansão da ocupação na área mais alta tem ocorrido com a ocupação direta de área de mata contígua.

Vila Nova Esperança é uma comunidade bastante isolada, distando aproximadamente 1,5 quilômetros por estrada de terra da via pavimentada por onde circula o transporte coletivo mais próximo. Para se chegar à favela, trafega-se até o quilômetro 25 da Rodovia Raposo Tavares, depois por 2 quilômetros no bairro João XXIII e por fim pela estrada de terra que cruza região com aspecto rural e de mata. De ônibus até a Praça da Sé o percurso consome em média 2 horas e meia no horário de pico e 1 hora e meia minutos sem trânsito, sem considerar os tempos de baldeação em dois ônibus, considerando as informações oficiais de tempo de trajeto da Prefeitura Municipal.

A favela conta apenas com comércio muito local, como bares e vendas de pequeno porte, além de igrejas evangélicas. Vila Nova Esperança tampouco apresenta organização comunitária ativa. Segundo as entrevistas

³¹ Nesse caso, os dados dizem respeito ao único setor censitário que envolvia apenas a favela. Havia um outro setor do Censo de 2000 que incluía parcialmente a favela, mas também uma parte do bairro de classe média contíguo. Como a informação é apenas indicativa, optei por incluir apenas esse setor, ao invés de recorrer a técnicas cartográficas para a geração de informação para o restante da favela.

realizadas, a favela consta com algumas lideranças, mas não há institucionalidade constituída, e várias dessas lideranças conflitam intensamente entre si. A localização na fronteira municipal também parece tornar a situação política mais confusa no que diz respeito às competências do poder público e a quem endereçar demandas.

O bairro João XXIII aloja o comércio e os serviços utilizados pelos moradores, assim como uma parte dos empregos. As crianças também freqüentam as escolas de primeiro e segundo grau do bairro. A composição social desse bairro parece ser bastante heterogênea entre classe média e classe média baixa.

O isolamento espacial da favela e a sua localização na fronteira de municípios a fragiliza substancialmente sob o ponto de vista da infra-estrutura. Apenas uma pequena parte das vias é asfaltada e a comunidade tem um problema constante com o fornecimento de energia elétrica, que é feito através de muitas ligações clandestinas com fiações residenciais em paralelo ao longo da estrada de terra. A empresa fornecedora frequentemente destrói as ligações e os moradores as religam.

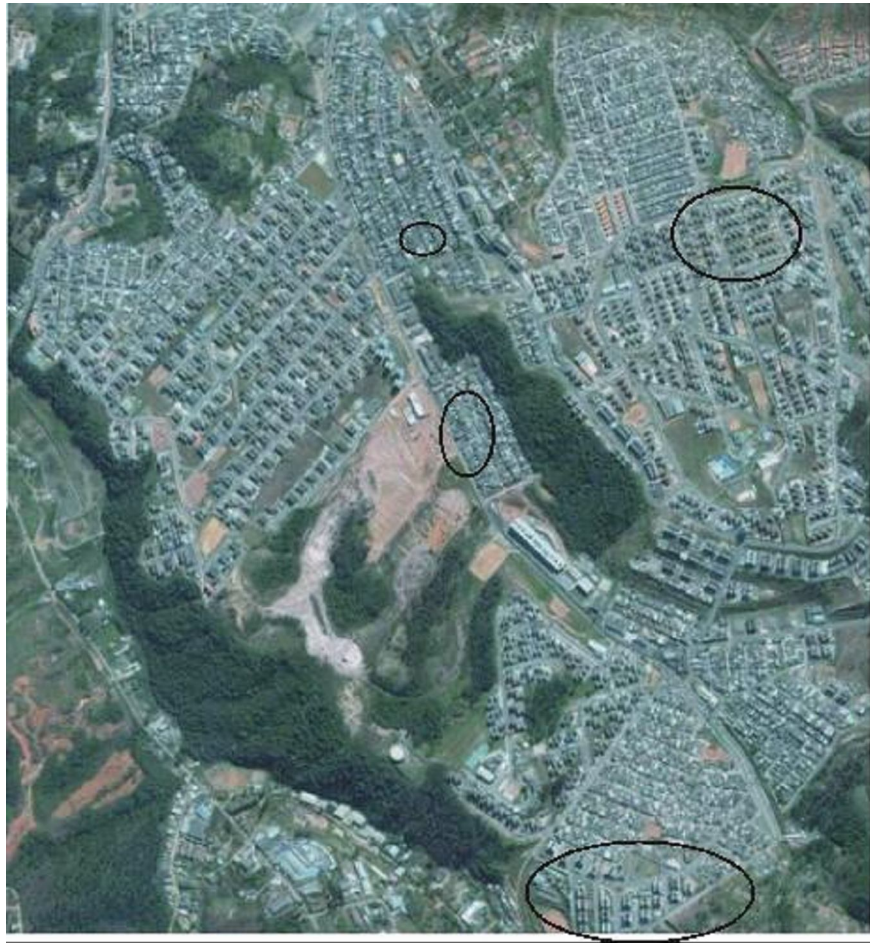
e. Conjuntos habitacionais da Cidade Tiradentes

Duas coisas impressionam a quem chega à Cidade Tiradentes: a sua escala e a sua distância ao centro de São Paulo. A Cidade Tiradentes é um complexo de conjuntos habitacionais construídos em especial a partir da década de 1980, em uma localização extremamente periférica na franja periurbana no extremo leste do município de São a cerca de 40 quilômetros da Praça da Sé. Os conjuntos se desenvolvem ao longo de uma extensa área ao longo de vales e colinas em uma ampla região situada atrás do Parque do Carmo, uma das maiores áreas verdes da cidade. A área, próxima aos limites dos Municípios Mauá e Ferraz de Vasconcelos, foi adquirida em especial pela Cohab no final dos anos 1970 da Fazenda Santa Etelvina, que em seguida transformou diretamente a terra rural em urbana incorporando à malha urbana os terrenos de baixíssimo valor.

Trata-se do caso mais paradigmático em São Paulo da produção habitacional implantada no regime militar e continuada posteriormente - a

produção em larga escala de unidades novas para venda financiada em conjuntos habitacionais massificados localizados na extrema periferia.³² Essa dimensão é visível na grande monotonia da paisagem observável dos pontos mais altos da Cidade Tiradentes. De acordo com dados da Cohab, apenas no Santa Etelvina (de I a VII), um dos locais onde foram realizadas entrevistas, foram produzidas aproximadamente 27.600 unidades habitacionais. Apesar da serialização inerente ao empreendimento, a população se apropriou desses espaços e os resignificou em suas práticas cotidianas, reduzindo o aspecto impessoal dos projetos originais dos conjuntos (D´Andrea, 2004).

Imagem 5. Conjuntos em Cidade Tiradentes (locais de entrevistas indicados)



Fonte: Google Earth, 2007

³² Ver Maricato (1987) sobre o padrão de políticas do regime militar e Marques e Saraiva (2005) sobre a política habitacional recente em São Paulo.

O primeiro conjunto habitacional a ser implantado foi o Prestes Maia, em 1975, e a eles se seguiram o Presidente Juscelino Kubitschek/Jardim São Paulo IA/IIA/IIB (de 1983); o Barro Branco I/Castro Alves (de 1985) e II; o Inácio Monteiro (de 1987); o Santa Etelvina I a VII (de 1992) e o Jd dos Ipês (de 1997). O complexo é apenas um dos existentes na Zona Leste da cidade, que inclui ainda os complexos de Sapopemba (o primeiro de todos, inaugurado em 1968), Itaquera (de 1978) e José Bonifácio (de 1980).³³ Embora os conjuntos apresentem um estado de conservação relativamente ruim, a situação de degradação não é muito grande e é certamente bem inferior à dos conjuntos do programa Cingapura localizados em outros lugares da cidade de São Paulo (e muito mais recentes). Os pequenos espaços intersticiais entre os prédios no interior de cada conjunto sediam uma parte importante da sociabilidade dos moradores, embora uma parte significativa das áreas reservadas para atividades comerciais e de serviços nos conjuntos se encontre abandonada ou amplamente subutilizada.

Segundo estimativas da Prefeitura de São Paulo a partir de dados do Censo de 2000, habitavam a Cidade Tiradentes naquela data cerca de 190 mil pessoas em 49 mil domicílios, sendo 160 mil moradores dos vários conjuntos habitacionais construídos pela Cohab e pelo CDHU. No distrito de Cidade Tiradentes havia 13 favelas quando da elaboração da Cartografia eletrônica de favelas do Município de São Paulo em 2003 e, de acordo com a Prefeitura, outras 16 foram iniciadas desde então (Sehab/Habi e Cem/Cebrap). A renda média dos chefes de domicílio era de R\$ 600 e a escolaridade média de 6,2 anos de estudo. O analfabetismo em geral alcançava 5% da população e 32% dos chefes tinham até 4 anos de estudo. Os serviços de abastecimento de água e de coleta de lixo alcançavam aproximadamente 98% dos domicílios e o de esgoto 88%. Cerca de metade da população se autodeclarava preto ou pardo, a mais elevada proporção dentre as áreas estudadas (49,9%).

A segunda dimensão urbana que se destaca na Cidade Tiradentes é a segregação. A enorme distância e a inexistência de transporte público expresso tornam o trajeto uma verdadeira viagem. De ônibus até a Praça da

³³ Nakano (2002) e informações dos sites da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Cohab-SP.

Sé o percurso consome em média 2 horas e meia no horário de pico e 1 hora e 25 sem trânsito, fora os tempos de baldeação em 3 ônibus, considerando as informações oficiais de tempo de trajeto da Prefeitura Municipal. A acessibilidade à região está sendo aumentada com a construção do Expresso Tiradentes, corredor de transporte coletivo expresso de 32 quilômetros ligando a Cidade Tiradentes ao Terminal Parque Dom Pedro, no centro. A construção se arrastou pelas últimas três gestões municipais e o primeiro trecho, de apenas 8 quilômetros foi inaugurado em 2007. Não há previsão para a conclusão da obra, que consumiu mais de R\$ 800 milhões na sua primeira fase.

Há alguns anos a Cidade Tiradentes era não apenas um espaço extremamente segregado, mas também uma região submetida a grandes dificuldades de acesso a serviços e equipamentos públicos. Ao longo das últimas gestões municipais, entretanto, a região recebeu um conjunto vultoso de equipamentos. Em 2005 a CT contava com 75 escolas sendo 51 municipais, 18 estaduais e 6 privadas, atendendo a 65.050 alunos. Entre as várias unidades municipais se incluíam dos dois Centros Educacionais Unificados (CEUs). Com relação à saúde, havia 10 unidades básicas de saúde, um centro de referência em Dst/Aids e outras duas unidades especializadas, além de um hospital que viria a ser inaugurado em 2006, apesar de até meados de 2007 não estar funcionando.³⁴ Em 2002 o distrito foi transformado em sub-prefeitura (até então pertencia a Guaianases), passando a ter uma gestão autônoma de vários serviços, em especial de zeladoria urbana.

Se a situação de acesso a equipamentos tem melhorado bastante, o acesso ao mercado de trabalho ainda é mais do que precário, sendo a região um dos exemplos mais fortes de descompasso espacial entre oferta e demanda de empregos (*job mismatch*) presente na região metropolitana de São Paulo (Gomes e Armitrano, 2005). Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego relativos a 2004 havia 2.243 empregos formais na Cidade Tiradentes em 247 estabelecimentos. Isso resultava em uma taxa de 0,015 empregos por habitante de 10 anos ou mais (a população em idade ativa, segundo a definição do Ibge), o que sugere que de cada 66 habitantes em idade ativa, apenas 1 conseguia

³⁴ As informações foram obtidas no Infolocal do site da Prefeitura de São Paulo (<http://infolocal.prefeitura.sp.gov.br/>) e as fontes originais são variadas.

arranjar emprego localmente. Conseqüentemente, a esmagadora maioria dos moradores tem que se deslocar regularmente para outras regiões da cidade para trabalhar o que, considerando o isolamento territorial da região, é um problema muito grave. Esse é o caso da grande maioria dos nossos entrevistados que estavam trabalhando.

Assim, a Cidade Tiradentes apresenta especificidades com relação aos demais campos realizados nessa pesquisa. Por um lado se trata do local mais isolado e distante do centro de São Paulo, embora o tempo de deslocamento não seja tão maior do que o da favela Vila Nova Esperança. Por outro lado, trata-se de uma área bastante grande e relativamente heterogênea, incluindo favelas e conjuntos, embora todos os entrevistados morem em conjuntos habitacionais, horizontais ou verticais (a grande maioria). Nesse caso, é de se esperar que os indivíduos empreendam grandes deslocamentos diariamente (excetuados os que estão fora do mercado de trabalho), mas também é provável que os conjuntos da Cidade Tiradentes abriguem em seu interior uma dinâmica social e uma sociabilidade próprias. Como conseqüência, a região deve circunscrever contatos e redes locais de vários tipos com maior probabilidade do que nos demais campos, tanto pela sua escala, quanto pela segregação a que está submetida.

Foram realizadas entrevistas diretamente nos conjuntos com moradores do Santa Etelvina e do Barro Branco/Castro Alves, assim como junto ao centro comercial da Avenida dos Metalúrgicos.

4. Comparando os locais de moradia dos entrevistados

De forma a termos um quadro geral das condições dos locais de moradia dos indivíduos estudados, resumo nessa seção alguns indicadores básicos. A origem das informações é o Censo Demográfico do Ibge de 2000 e as informações foram geradas por técnicas de Sistema de Informações Geográficas a partir de conjuntos de setores censitários nas áreas onde moram os entrevistados e representam a caracterização mais precisa possível, dadas as informações disponíveis, sobre o contexto local dos indivíduos estudados.³⁵

³⁵ Novamente, essas informações foram produzidas por Renata Gonçalves, a quem agradeço explicitamente a ajuda. Os dados médios correspondem respectivamente a 7 setores (Jaguaré); 1 setor (cortiços); 1 setor (Vila Nova Esperança); 7 setores (Paraisópolis) e 15 setores (Tiradentes).

Os dados não correspondem, portanto, às populações das áreas estudadas (como as informações citadas nas seções anteriores desse capítulo), nem tampouco aos entrevistados individualmente (como as citadas nos próximos capítulos). A Tabela a seguir apresenta a informação.

Tabela 1: Indicadores escolhidos dos locais de moradia dos entrevistados, 2000.

Local	Indicadores												
	% pessoas de 0 a 9 anos	% de pessoas de 10 a 19 anos	% de pessoas com 60 anos e mais	% com rede água	% com rede de esgotos	% com serviço de limpeza	Anos médios de estudo do Chefe	% analfabetos	% chefes analfabetos	% chefe com até 4 anos de estudo	Renda média do chefe	% Chefes sem rendimento ou igual ou inferior a 3 salários mínimos	% de mulheres chefes
Cortiços	16,5	13,6	4,3	99,5	99,5	100,0	5,9	6,4	16,2	34,3	747	42,6	24,0
Nova Jaguaré	24,1	21,6	3,4	99,7	(*)	(*)	4,1	8,1	28,1	38,4	429	78,3	28,0
Paraisópolis	25,4	20,6	1,9	99,8	38,3	65,8	4	9,8	24,1	46,7	459	74,1	22,2
Vila Nova Esperança	26,5	18,9	2,2	65,2	66,1	80,3	5,1	5,8	12,8	42,2	677	58,1	16,1
Cidade Tiradentes	19,4	22,1	3,7	99,8	99,5	99,9	6,5	4,0	4,5	32,1	611	52,9	32,3

Fonte: Censo Demográfico de 2000, Ibge.

Nota (*): As informações das variáveis “domicílios serviços por rede de esgoto” e “atendidos por serviços de limpeza urbana” para o Jaguaré apresentaram grande discrepância e não foram consideradas.

Como podemos ver, a estrutura etária mais jovem pode ser observada nas três favelas e a mais velha na Cidade Tiradentes e em especial nos cortiços da área central. Como era de se esperar, as piores condições de infra-estrutura estão na favela de ocupação mais recente e localizada em região de fronteira municipal – Vila Nova Esperança, seguida das demais favelas. O nível geral de escolaridade é muito baixo, mas varia substancialmente entre as piores condições do Jaguaré e de Paraisópolis e as melhores nos cortiços e, especialmente, na Cidade Tiradentes. Apenas para termos parâmetros de comparação, a escolaridade média dos chefes no

conjunto da região metropolitana de São Paulo em 2000 estava em aproximadamente 7,5 anos.

Os rendimentos médios dos chefes também variam bastante, entre o máximo de quase R\$ 750 nos cortiços e um mínimo de R\$ 430 no Jaguaré e R\$ 460 em Paraisópolis. A presença relativa de chefes de rendimento igual ou inferior a 3 salários mínimos acompanha o mesmo padrão, sendo as melhores situações encontradas nos cortiços e em Cidade Tiradentes - 42,6 e 52,9% - e as piores nas favelas do Jaguaré e de Paraisópolis - 78,3 e 74,1%, respectivamente. Apenas para termos um padrão de comparação, a presença de chefes nessa faixa nas favelas do Município de São Paulo em 2000 foi estimada por Saraiva e Marques (2005) em 73,2% e, portanto, Jaguaré e Paraisópolis tinham situação levemente pior do que a média das favelas paulistanas, enquanto a nossa favela pequena extremamente segregada se situava em posição melhor do que a média.³⁶ Por fim, a chefia feminina varia entre a encontrada na Cidade Tiradentes e no Jaguaré de aproximadamente um terço das famílias, à observada na Vila Nova Esperança de apenas 16% famílias.

Saraiva e Marques (2005) também realizaram uma classificação das favelas segundo as suas características médias, resultando em cinco grupos. O rendimento das três favelas desta pesquisa incluiria Vila Nova Esperança entre as favelas de melhores condições, mas localizaria Paraisópolis e Jaguaré no segundo melhor grupo.

De uma forma geral, portanto, podemos dizer que a população de melhores características sociais e urbanas é a dos conjuntos da Cidade Tiradentes, seguida dos cortiços e de Vila Nova Esperança. Dentre os locais do estudo, o que apresenta a população de piores características é a do Jaguaré, seguida de Paraisópolis. Vale destacar a situação da Vila Nova Esperança, que apresenta características médias entre os campos, apesar da localização urbana da cidade ser muito mais segregada do que as duas outras favelas, comprovando que a relação entre segregação e pobreza é mais complexa do que uma relação direta poderia sugerir. Como já comentado, entretanto, o crescimento posterior a 2000 na favela aparentemente envolveu população de condições sociais mais precárias, o

³⁶ Segundo Saraiva e Marques (2005), a média para o Município de Taboão da Serra era bem próxima da de São Paulo - 73,8%.

que pode significar a existência de condições médias piores do que as indicadas pelo Censo de 2000 quando da realização das entrevistas. Por outro lado, como veremos, as redes de Vila Nova Esperança tendem a ser menos locais do que as das outras favelas, apesar da elevada segregação.

Capítulo 3: As redes, suas características e condicionantes

Esse capítulo apresenta as características mais importantes das redes pessoais estudadas, explora analiticamente as principais clivagens e regularidades que as organizam e discute os seus principais condicionantes em termos sociais.

O capítulo começa pela apresentação dos entrevistados, primeiramente os indivíduos em situação de pobreza, e mais adiante os de classe média. A segunda seção define os indicadores de rede utilizados e discute as características gerais das redes analisadas, tanto de pobres quanto de classe média. A seguir, na terceira seção, discuto os principais condicionantes das redes, considerando os principais processos sócio-demográficos que influenciam e condicionam as redes de acordo com a literatura, e investigando o seu impacto sobre as redes estudadas.

1. Os entrevistados e suas características

Foram entrevistados 150 indivíduos nos cinco locais descritos no capítulo anterior. Desses, cerca de 55% eram mulheres e 45% homens, distribuídos de maneira aproximadamente regular pelos campos. A idade média dos entrevistados é de 36 anos e varia bastante pouco entre os campos, embora tenhamos entrevistados de 12 a 77 anos, sendo 29 deles com 20 anos ou menos e 10 com 60 anos e mais. De uma forma geral as únicas diferenças entre os campos são uma idade média levemente menor nos cortiços e a presença de mais entrevistados idosos no Jaguaré e em Paraisópolis. A escolaridade média dos entrevistados era baixa – 6,1 anos de estudo, mas variava bastante, entre 4,7 nos cortiços do centro e 8,7 anos na Cidade Tiradentes. A renda familiar média per capita dos entrevistados era de R\$ 296, mas variava entre R\$ 25 (havia 28 casos com renda igual ou inferior a R\$ 100) e

R\$ 1.600 (havia 3 casos com renda igual ou superior a R\$ 1.000). A renda familiar era em média de R\$ 1125.

Vale explicitar aqui duas particularidades relativas à renda. A primeira é que considerei como renda familiar a renda de todos os indivíduos do domicílio, sem estabelecer repartições caso houvesse mais de uma família coabitando um mesmo domicílio. Não tenho indicação de que isso tenha ocorrido com frequência e, embora haja domicílios com muitos indivíduos, trata-se de famílias extensas. Entretanto, em termos técnicos estritos, a renda familiar a que me refiro ao longo do trabalho é, na verdade, a renda domiciliar.

Em segundo lugar, vale destacar que o rendimento dos indivíduos levantado nas entrevistas e utilizado na pesquisa corresponde à renda média familiar per capita, ao invés dos rendimentos individuais, pois considero que as dimensões estudadas nessa pesquisa – as situações sociais e a pobreza em particular – são produzidas no interior dos núcleos familiares e não apenas pelas dinâmicas individuais. Embora a pobreza e o bem-estar estejam evidentemente associados a essas últimas, são fortemente influenciados pelos contextos próximos que cercam os indivíduos, incluindo a família. As redes pessoais, similarmemente, geram acessos que podem ser utilizados não apenas pelos indivíduos, mas pelos integrantes de seus círculos mais próximos, com destaque para a família.

Mas voltemos para a caracterização dos entrevistados. Dentre eles, 57% tinham companheiros conjugais no momento da entrevista, proporção que variou bastante, entre 70% no Jaguaré e 43% na Cidade Tiradentes. Dentre os com relações conjugais regulares, 44 % vivia há menos de 10 anos com o cônjuge e 28% há menos de 5 anos. Aproximadamente um terço dos com companheiro – 33% - o conheceu apresentado por outros, 26% conheceram na vizinhança, 14,2% em atividades de lazer e apenas 9% na família. A grande maioria dos casais foi construída em São Paulo - apenas 28% conheceram o cônjuge em seu local de origem migratória, indicando que mesmo para uma grande parcela dos migrantes os núcleos familiares se constituíram aqui.

A maior parte dos entrevistados era migrante – 66%, embora essa proporção variasse entre 71 e 80% em Paraisópolis e no Taboão, respectivamente, e apenas 33% em Cidade Tiradentes. Dentre os migrantes, a

grande maioria (72%) chegou a São Paulo há mais de 10 anos, 12% chegou entre 5 e 10 anos e 16% há 5 anos ou menos. O local que aloja os migrantes mais recentes é o centro, com 24% dos migrantes chegados há 5 anos ou menos. Esse também é o local de chegada mais recente ao bairro: 37% chegaram ao bairro há 5 anos ou menos. Essa mesma proporção de chegada ao bairro é encontrada em Vila Nova Esperança, o que já seria de se esperar, considerando que se trata de uma favela de ocupação recente, confirmando análises como Torres (2005) que sustentam a continuidade do crescimento por migração recente na chamada franja urbana. Os locais mais consolidados são o Jaguaré, a Cidade Tiradentes e o Paraisópolis, onde respectivamente 83; 80 e 68% dos entrevistados chegaram há 10 anos ou mais a São Paulo. No conjunto dos campos, o tempo de chegada ao local atual tende a ser grande, e 78% dos entrevistados já moravam no local onde residem há mais de 5 anos e apenas 4% chegaram há menos de 1 ano. O conjunto dessas informações migratórias é condizente com o arrefecimento da migração para a região metropolitana de São Paulo nas últimas décadas (Januzzi e Januzzi, 2002), mesmo nos locais de moradia da população mais pobre nas áreas mais centrais.

Em termos de credo religioso, 62% dos entrevistados se diziam católicos, 27% evangélicos e 9% sem religião. A maior presença de católicos era no Jaguaré (87%) e de evangélicos na Cidade Tiradentes (40%). Quando se analisa a frequência a templos, 41% freqüentavam ao menos quinzenalmente e 44% muito raramente ou nunca. As mais altas frequências a templos coincidem com as mais altas proporções de católicos e evangélicos, ambas com 50%, respectivamente no Jaguaré e na Cidade Tiradentes. Dentre os credos, a frequência entre os evangélicos era muito mais alta (70% têm frequência mais do que quinzenal) do que entre os católicos (apenas 34% freqüentam mais do que quinzenalmente). Entretanto, mesmo entre os autodenominados evangélicos, 23% afirmavam nunca ou muito raramente ir a templos.

No que diz respeito à habitação, cerca de metade - 53% - dos entrevistados moravam em casa de alvenaria, enquanto 19% moravam em apartamento, 13% em quarto sem banheiro, 9% em barraco de material precário e 7% em quarto com banheiro. Ao menos em parte, essa distribuição

é produto da própria escolha intencional dos campos. A densidade domiciliar era relativamente baixa – 3,7 habitantes por domicílio, e variava pouco, entre 3,5 em Paraisópolis e 4,2 em Vila Nova Esperança.

Com relação à inserção dos entrevistados no mercado de trabalho, 18% faziam bicos (proporção que chegava a 27% em Taboão), 13% eram empregados com carteira e 8% sem carteira, assim como 3% domésticos sem carteira e 7% com carteira. Os desempregados alcançavam 11% no conjunto das áreas, mas a sua presença virava de 3% em Taboão (não por acaso onde a presença dos bicos era maior) a 20% na Cidade Tiradentes. O conjunto dos entrevistados incluía ainda 14% de donas de casa, 11% de estudantes e 4% de aposentados. Dentre os que se encontravam empregados no momento da entrevista, nada menos do que 77% das pessoas haviam conseguido o emprego atual via rede de contatos, contra apenas 5% via anúncio e 3% via agência de empregos. Aproximadamente a metade dos empregados (53%) trabalhava na comunidade, o que indica a importância das economias locais. Entretanto, os empregos de melhor qualidade se encontravam fora da comunidade e dentre os com carteira assinada, domésticos incluídos, 80% trabalhavam fora da comunidade. Por outro lado, dentre os envolvidos com bicos e os empregados sem carteira (domésticos ou não), respectivamente 52% e 61% trabalhavam no próprio local pesquisado. Não havia diferença significativa entre a renda familiar per capita de quem trabalhava dentro e fora do local de moradia. A duração dos empregos atuais dos entrevistados era bastante polarizada, com 27% dos indivíduos no emprego atual há menos de 1 ano e 39% no emprego atual há 5 anos ou mais.

De forma a dar conta das situações de precariedade existentes, construí indicadores que pudessem apontar para a incidência de precariedade social e a sua possível relação com as redes. É importante levar em conta que, considerando o grupo populacional objeto dessa pesquisa, os níveis de precariedade considerados são bastante baixos e tentam diferenciar quem está em situação muito ruim de quem não está. Foram consideradas quatro situações de precariedade – familiar, habitacional, de trabalho e de renda, além de uma dimensão síntese de precariedade social.

Em primeiro lugar, para destacar a presença de fragilidade nos arranjos familiares que geram conseqüências sobre a situação social, foi criado um

indicador de precariedade familiar quando o núcleo familiar era composto por um único adulto com filhos ainda crianças. Dentre os entrevistados, 14% se encontravam nessa situação, sendo que ela estava mais fortemente presente na Cidade Tiradentes (23%) e completamente ausente do Jaguaré. Apenas mulheres (21 casos) se enquadravam como os chefes de família nessa condição.

Em termos habitacionais, definimos como precária a situação de habitar em barraco de madeira ou em quarto sem banheiro. Este tipo de precariedade se mostrou presente em 23% da amostra, e é obviamente mais incidente no centro da cidade, pela própria definição do indicador (66% dos entrevistados dos cortiços estão nessa condição). As mulheres novamente estão mais sujeitas a essa condição do que os homens (27% das mulheres contra 18% dos homens).

A condição de precariedade mais comum estava relacionada com a inserção no mercado de trabalho. Estabeleci como condições precárias: desemprego, viver de bicos ou ter emprego sem carteira assinada. Essa condição incidiu sobre 63% daqueles com vínculos com o mercado de trabalho, mas era mais presente no centro (78%). Os locais que abrigam indivíduos com menor precariedade do trabalho (e, portanto, inseridos em empregos de melhor qualidade) são o Jaguaré e a Cidade Tiradentes com 57 e 55% respectivamente. Os homens estão mais sujeitos a essa precariedade (51 contra 40% das mulheres), assim como a situações de desemprego (59% dos desempregados são homens).

Além disso, quando o rendimento médio familiar per capita era igual ou inferior a R\$ 120, considerei a situação dos indivíduos precária sob o ponto de vista dos rendimentos.³⁷ Um quarto dos entrevistados (25%) apresentava precariedade de rendimento, sendo que essa proporção variava entre 33 e 30% no Taboão e em Paraisópolis, respectivamente, e 17% em Cidade Tiradentes. Mais uma vez, as mulheres estavam mais sujeitas a essa precariedade.

Por fim, quando os indivíduos apresentavam duas ou mais dentre as quatro condições de precariedade anteriores, considerei a situação social

³⁷ O valor corresponde ao patamar usado pelo Programa Bolsa Família para transferência direta de renda para famílias pobres com crianças ou jovens de idade inferior a 15 anos. Ver http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-inclusao.

como precária em geral. Essa condição incidu sobre 32% da amostra, embora tenha alcançado 59% no centro, mas apenas 17% na Cidade Tiradentes. A precariedade em geral é mais incidente entre as mulheres (40%) do que entre os homens (22%).

Dado que já temos uma caracterização de nossos entrevistados em situação de pobreza, estamos em condições de comparar rapidamente os atributos dos entrevistados na pesquisa com os dos moradores das áreas pesquisadas, para checarmos a existências de algum viés significativo na amostra de nossos entrevistados que possa ter sido causado pelas estratégias de coleta de dados. Embora os dados não sejam comparáveis diretamente, a comparação sugere conteúdos sociais bastante similares e ausência de viés, utilizando indicadores do Censo do IBGE produzidos por geoprocessamento. A escolaridade média do chefe do domicílio nas áreas pesquisadas era de 5,1 anos de estudo, enquanto entre os nossos entrevistados era de 6,1 anos. Dado que a escolaridade tende a ser mais elevada em grupos de idade mais jovens e esses tendem a não ser chefes, as duas escolaridades podem ser consideradas como ainda mais próximas. Por outro lado, a renda média do chefe nas áreas pesquisadas era de R\$ 585 e a renda familiar média dos entrevistados R\$ 1125, o que resultaria em igualdade se cada domicílio tivesse em média 1,9 pessoas gerando renda, o que é bastante razoável, em especial considerando uma média de 3,7 indivíduos por domicílio. Dentre os entrevistados se incluíam 22% de pessoas morando em domicílios chefiados por mulheres, enquanto a média nos locais estudados era de 24%.

Em termos etários, as áreas pesquisadas tinham 3% de indivíduos com 60 anos ou mais, mas considerando que não foram entrevistadas crianças com menos de 12 anos, os indivíduos com 60 anos ou mais representavam 4,5% das faixas de idade estudadas nos locais analisados. A amostra de nossos entrevistados inclui 6,5% de indivíduos nessa faixa etária. Por outro lado, no outro extremo das idades, as áreas estudadas tinham 25% de indivíduos entre 10 e 19 anos, enquanto a pesquisa envolveu 19% de pessoas entre 12 e 19 anos. Levando-se em conta a diferença de amplitude entre as faixas, a presença de jovens também pode ser considerada bastante satisfatória. Portanto, considerando atributos sociais básicos dos entrevistados, é possível

dizer que a amostra da pesquisa não apresenta viés com relação à população das áreas estudadas.

Os indivíduos de classe média estudados tinham evidentemente atributos muito diferentes. Os indivíduos entrevistados eram 57% mulheres e 43% homens. A sua idade média era de 41 anos e suas idades variavam entre 24 e 79 anos. No momento da pesquisa, 47% tinham companheiro estável. Dentre os com companheiro, cerca de 17% estavam nessa condição há 10 anos ou menos. A escolaridade média era de 14 anos e a renda média familiar per capita de R\$ 2250.

A grande maioria era não migrante (73%) e a maior parte dos migrantes morava na cidade atual há mais de 10 anos (86%). O número médio de pessoas no domicílio era ainda inferior ao dos indivíduos pobres – 2,3. Dentre os entrevistados, 57% afirmavam não ter religião, 33% se diziam católicos e, 3% evangélicos e 7% espíritas. Apenas 13% afirmavam freqüentar templos mais do que quinzenalmente e apenas 10% participavam de algum tipo de associação, o que indica que mesmo nesse grupo social a participação associativa é bastante baixa.

Dentre os empregados, 43% estavam no emprego atual há mais de 5 anos e outros 13% entre 3 e 5 anos. A obtenção do emprego através de contatos de rede foi a mais importante para o conjunto dos entrevistados, mas em proporção inferior à dentre os pobres – 50% dos que trabalhavam, contra 12% via anúncio e 14% por concurso público. Apenas 37% dos entrevistados eram empregados com carteira, sendo outros 43% autônomos (que nesse caso incluem profissionais liberais e de ocupações intelectuais terceirizadas), 10% donas de casa, 7% eram pequenos proprietários e cerca de 3% estudantes.

2. As redes e a sociabilidade

Antes de iniciar a discussão das características das redes, cabe a apresentação de alguns elementos conceituais relativos às medidas e indicadores de rede utilizados, para situar o leitor pouco familiarizado previamente com o tema. Para cada rede foi gerado um conjunto de indicadores, todos organizados posteriormente em banco de dados junto com

as demais variáveis características das redes. Essas medidas apontam para características específicas das redes e, dado o sentido do presente trabalho, os detalhes técnicos e operacionais para a produção das medidas importam pouco, sendo muito mais importante termos em mente o seu significado em relação aos processos sociais envolvidos.³⁸

Considerando as características das redes sociais, esses indicadores tendem a ser correlacionados entre si, embora apontem para processos sociais distintos. Nesse sentido, para aumentar a compreensão sobre as dinâmicas capturadas pelos indicadores e melhor situar o leitor quanto ao seu comportamento e sentido, separei os indicadores em cinco grupos a partir de análise fatorial e de suas correlações entre si (medidas por coeficientes de correlação simples e parciais). A análise fatorial é uma técnica amplamente conhecida de exploração de similaridades no comportamento estatístico de variáveis, reduzindo a sua quantidade e sugerindo as dimensões subjacentes que organizam os seus padrões de associação entre si.³⁹ O cruzamento das dimensões estudadas nesse e no próximo capítulo com os fatores gerados por essa análise indicou que a utilização de variáveis originais como sínteses de cada dimensão apresentava resultados mais estáveis do que os obtidos pelo uso dos fatores, razão pela qual optei pelo uso direto das medidas consideradas como síntese. Apresento a seguir as dimensões, listando os indicadores que as capturam e as medidas escolhidas como sínteses. Naturalmente, dentro de cada grupo os indicadores se apresentam intensamente correlacionados. Foram capturadas as seguintes dimensões pelos indicadores:

1. Tamanho da rede – O tamanho nos dá idéia de maneira direta da extensão das redes. A dimensão do tamanho aparece nos n^{os} de nós, n^{os} de vínculos, diâmetros (maior dentre as menores distâncias entre dois nós quaisquer em uma rede), n^{o} de 2-clans de tamanho mínimo 3 da rede dividido pelo n^{o} de nós da rede (n^{o} de grupos com tamanho mínimo 3 que têm no máximo diâmetro igual a dois, dividido pelo n^{o} de nós da rede), n^{o} de 3-clans de tamanho mínimo 3 da rede dividido pelo n^{o} de nós da rede (n^{o} de grupos com tamanho mínimo 3 que têm no máximo diâmetro igual a três, dividido

³⁸ Para maiores detalhes técnicos relativos a cada medida, remeto a Wasserman e Faust (1994), a Hanneman e Riddle (2005) e a Borgatti, Everett e Freeman (2002).

³⁹ Para maiores detalhes, ver Johnson e Wichern (1992).

pelo nº de nós da rede), densidades (proporção entre os vínculos existentes e os teoricamente possíveis) e índice de centralização (grau máximo de uma dada rede comparado com o grau máximo de uma rede estrela de igual tamanho). Os dois últimos indicadores variam inversamente com o tamanho - quanto maior a rede, menor a densidade e a centralização. A dimensão de tamanho é capturada sinteticamente pelo comportamento da variável nº de nós.

A princípio, redes maiores poderiam veicular mais bens materiais e imateriais para os indivíduos. Apenas o tamanho isoladamente, entretanto, não indica nada, visto que contatos podem ser redundantes, assim como tendem a ser muito diferenciados em sua capacidade de veicular acessos.

2. Coesão da rede - A coesão está associada a padrões de conectividade mais intensos. Foi medida por: coeficiente de clusterização (média das densidades das vizinhanças de todos os nós da rede), grau médio (número médio de vínculos por nó na rede) e informação (proporção de todos os caminhos entre quaisquer nós na rede que passam por um dado nó. No caso, foi considerada a medida do ego). Essa dimensão também se correlaciona com o nº de vínculos, mas com menor correlação. O coeficiente de clusterização é tomado como indicador dessa dimensão.

3. Rede egocentrada - A dimensão captura a extensão e a estrutura da rede ligada diretamente ao ego em questão (é a parcela da rede com os contatos primários do ego e as relações entre eles). Foram levantados os indicadores: densidade da rede egocentrada (similar à densidade em geral, mas apenas considerando essa rede) e tamanho eficiente da rede egocentrada (medida que leva em conta a redundância dos vínculos, determinando o controle do ego sobre sua rede imediata. Utilizou-se a medida de Burt, 1992). O indicador dessa dimensão utilizado foi o tamanho eficiente.

4. Diversidade da sociabilidade - Essa dimensão capta em que medida a rede dos indivíduos apresenta diversidade de inserções sociais. Em princípio, quanto maior a diversidade, mais rica seria a sociabilidade dos indivíduos. A análise incluiu: os nº de esferas e de contextos diferentes de uma dada rede e os índices E-I relativos a esferas e contextos (os índices E-I são obtidos pela subtração entre os vínculos de uma rede que são externos às esferas e aos

contextos e internos a essas esferas e esses contextos, respectivamente). A síntese dessa dimensão é representada no nº de esferas.

5. Localismo – Nos indica se a rede integra os indivíduos em contextos mais amplos do que o local, sendo um indicador do grau de inserção urbana das redes. Foram usados a proporção de indivíduos de fora da comunidade e o índice E-I relativo a dentro/fora (similar aos anteriores, mas calculado com vínculos externos e internos aos locais de moradia). A proporção de indivíduos externos foi usada como indicador-síntese da dimensão.

Tabela 2: Tabela resumo de dimensões e indicadores-síntese

	Dimensão				
	Tamanho	Coesão	Rede egocentrada	Variabilidade da sociabilidade	Localismo
Indicadores	nº de nós	coeficiente de clusterização	tamanho eficiente (Burt)	nº de esferas	% de fora
	nº de vínculos	grau médio	densidade da rede ego	nº de contextos	E-I de local
	densidade diâmetro índice de centralização o 2-clans/nós 3-clans/nós	informação		E-I de esferas E-I de contextos	

Obs. indicadores síntese hachurados. O indicador "intermediação normalizada" não apresentou correlação elevada com nenhum outro, sendo retirado na análise.

No restante do capítulo, descrevo e discuto o comportamento dos indicadores, resumindo o seu significado segundo as cinco dimensões acima.

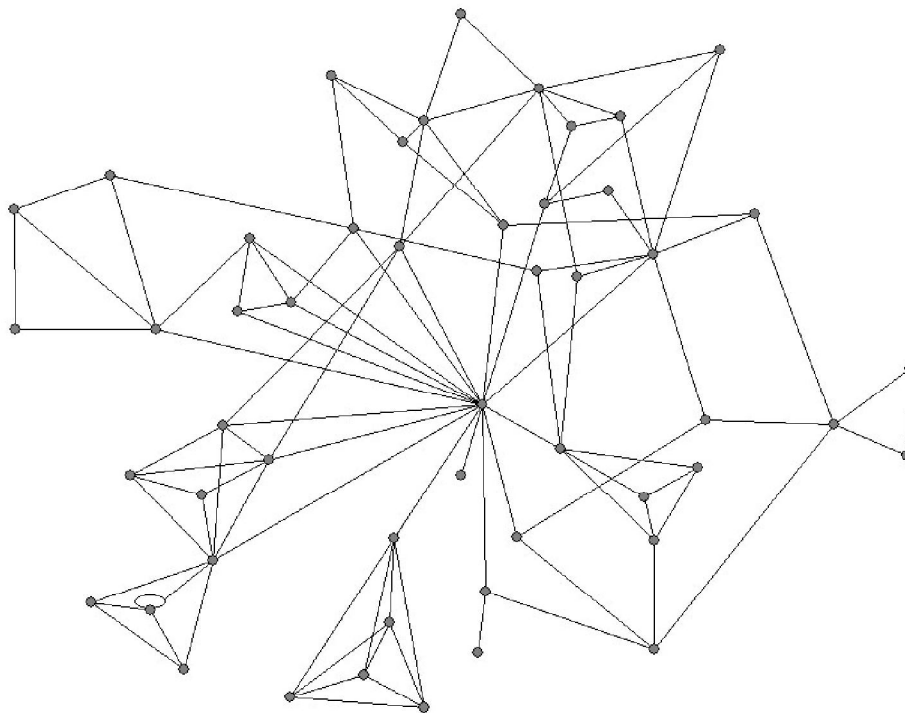
As redes dos indivíduos pobres estudados tinham em média 54 nós. Seus tamanhos variavam relativamente pouco nas médias entre os locais estudados, de 43 nós em Paraisópolis a 63 nós em Cidade Tiradentes. A variação do tamanho na amostra, entretanto era muito grande - entre 5 e 148 nós. O número de vínculos seguia o mesmo caminho, com média de 106 e variação média entre os campos de 92 em Paraisópolis e 130 vínculos em Cidade Tiradentes. O grau médio, ou a quantidade média de vínculos de um nós no conjunto das redes, era de pouco menos do que 2, o índice de

clusterização de 0,47 e a centralização de 36%. A variação entre os campos era bastante pequena em torno dessas médias.

A presença de conterrâneos nas redes era de 8% das redes e a homofilia de gênero média (proporção da rede de um homem que é homem e de mulheres nas redes de uma mulher) de 61%. A presença na rede de pessoas externas ao local estudado era de 37% em média. Essa proporção, entretanto, variava significativamente entre 24% em Paraisópolis e 27% no Jaguaré e aproximadamente 50% nos cortiços da área central e na Vila Nova Esperança.

Apenas a título de exemplo, apresento a seguir o sociograma de uma rede com características muito próximas das médias – 51 nós, 103 vínculos, grau 2 e clusterização 0,50. Trata-se da entrevistada 164, de Cidade Tiradentes, uma mulher migrante, de 46 anos, casada há 23 anos e que se encontrava desempregada no momento da entrevista.

Figura 1. Sociograma da entrevistada 164

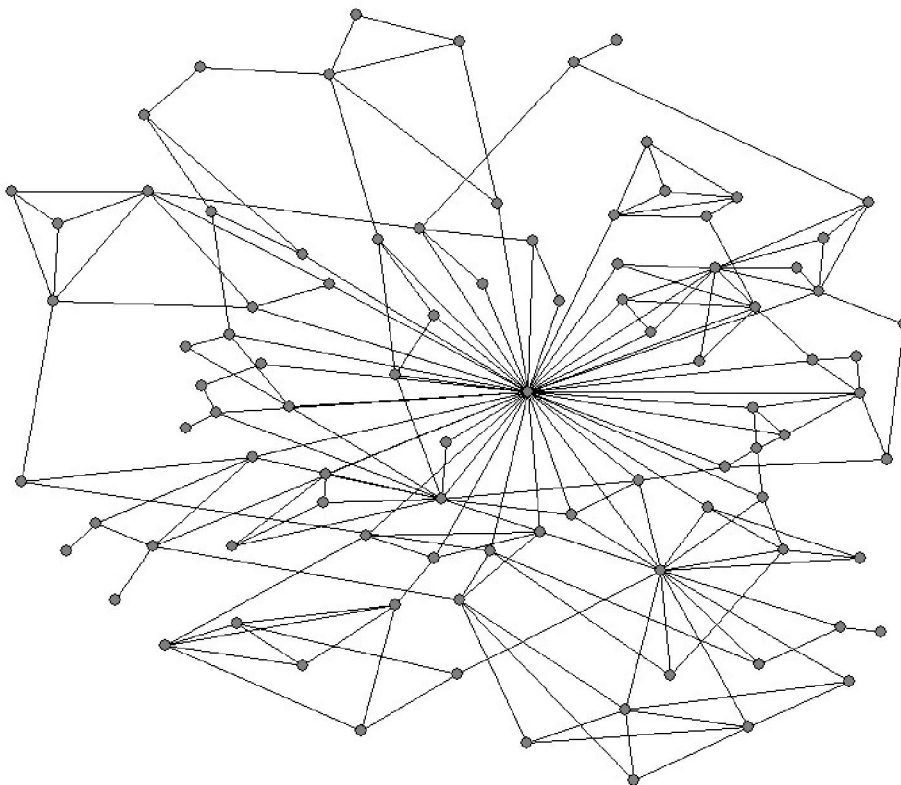


Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado.

Os indivíduos de classe média, por outro lado, tinham redes muito diferentes. Suas redes tinham em média 94 nós, quase o dobro das anteriores e 183 vínculos, números substancialmente mais altos do que nos indivíduos pobres, embora a variação também fosse grande entre indivíduos - entre 26 e 239 nós. As redes tinham diâmetro médio de 7,4 passos e grau médio de 2 vínculos, similar ao das redes das áreas pobres. O coeficiente de clusterização era de 0,56 e de centralização 29,3%. As redes de classe média, portanto tendem a ser bem maiores e levemente mais coesas.

A figura a seguir apresenta a título de ilustração um caso de classe média próximo dos valores médios referidos. Trata-se do caso 93, uma mulher de 38 anos casada e que trabalha no setor administrativo de uma organização. Como podemos ver comparando com a Figura anterior, a rede é substancialmente maior e muito mais complexa.

Figura 2. Sociograma da entrevistada 93



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado.

Embora discutir as redes de classe média não seja parte do objetivo dessa pesquisa, vale registrar que uma dimensão importante que apareceu como clivagem no interior dessas redes é o fato dos indivíduos trabalharem ou não em atividades profissionais associadas a comunidades profissionais, ao contrário de meramente a locais de trabalho. Dentre os indivíduos cujas atividades os inseriam em comunidades profissionais, a média de nós era de 131 contra 70 entre as pessoas cujo trabalho se ligava apenas em locais de trabalho. A variabilidade da sociabilidade medida pelo número de esferas diferentes também era maior dentre os que circulavam profissionalmente por comunidades profissionais, mas as diferenças não eram significativas estatisticamente. Uma possível explicação para esses resultados é o fato das conexões de rede no caso de trabalhos que envolvam comunidades profissionais serem mantidas ativas por longos períodos, se superpondo no tempo como camadas cuja ativação mais intensa está separada no tempo, mas que coexistem no presente das redes. Embora esses resultados sejam sugestivos da importância de vários processos, apenas a realização de uma pesquisa específica que conceitue mais precisamente a classe média, represente melhor as suas formas de inserção profissional e obtenha um número de casos mais elevado, permitirá especificar a importância desse mecanismo.

As redes de indivíduos de classe média são basicamente associadas a pessoas de fora do local de moradia, nesse caso definido com certa região da cidade – cerca de 80% dos indivíduos presentes nas redes moravam fora da região. O localismo, portanto, é muito menor do que o de indivíduos em situação de pobreza e as redes desse estrato social se coadunam com o que Wellman (2001) denomina de comunidades pessoais. A proporção de conterrâneos é mais elevada do que nas redes de indivíduos pobres – 11% - sugerindo a permanência maior de pedaços das redes prévias à migração para os indivíduos migrantes. A homofilia de gênero é substancialmente menor do que no caso dos pobres – em média 55%, quase a igual participação de homens e mulheres em redes.

Observemos agora o que os dados nos sugerem com relação à sociabilidade dos indivíduos pesquisados. Com relação aos mais pobres, os

contextos de entrada de indivíduos nas redes mais importantes são rede, família e vizinhança, todos com proporções muito próximas (28, 26 e 25%, respectivamente), embora haja variações substanciais entre locais. No Centro, o contexto rede se apresenta muito acima da média (38%), assim como o contexto família em Paraisópolis (32%). O contexto vizinhança varia de 18% no Centro a 30% em Vila Nova Esperança. O trabalho explica o início de apenas 6% dos nós das redes, mas chega a 9% em Cidade Tiradentes. Os estudos são o início de apenas 4% dos nós, proporção que varia de 2% no Jaguaré a 6% em Tiradentes. O contexto igreja apresenta em média importância similar – 4%, e varia de 2% nos cortiços do centro até 10% em Vila Nova Esperança. Os demais contextos apresentam presença relativa igual ou inferior a 1% de todos os nós das redes. As mais importantes origens de vínculos fora da família, portanto, são as redes e a vizinhança. Em um patamar muito inferior na aquisição de relações ficam o trabalho, os estudos e a igreja.

O número total de esferas de sociabilidade é de 3,9, variando pouco entre os campos, embora entre os indivíduos tenha variado entre 1 e 7. O número de contextos originais dos vínculos tem média 4,5 e varia entre 2 e 9. A esfera com mais indivíduos proporcionalmente, em termos médios, é a da família, com 38%, seguida da vizinhança com 31%. Se a primeira varia pouco entre os locais estudados, entretanto, a segunda varia entre 26% na Cidade Tiradentes e 38% em Vila Nova Esperança. Entre os indivíduos, entretanto, a presença de ambas as esferas varia muito, de inexistente a praticamente toda a rede (97%). O patamar médio das demais esferas é muito mais baixo, sendo de 7% da esfera trabalho, 6% da amizade e da igreja, 3% de estudos e 2% de associações.

A variação entre os indivíduos é novamente muito grande, embora os valores altos se concentrem em um conjunto limitado de indivíduos, mas não nas mesmas pessoas.⁴⁰ As esferas da família e da vizinhança funcionam como denominador comum da sociabilidade da maior parte dos indivíduos, que se especializa através das demais. Para 29 indivíduos, por exemplo, a esfera igreja inclui mais de 10% dos nós de sua rede, enquanto para 14 inclui mais de 20%. Para 17 pessoas, por outro lado, a esfera lazer inclui mais de 10% dos nós. A sociabilidade em associações é mais restrita, e apenas 12 indivíduos

⁴⁰ As correlações simples entre as proporções de indivíduos em esferas distintas não apresentaram resultados significativos para nenhum par de esferas.

apresentam participações de mais de 10% dessa esfera. Com estudos acontece algo parecido e apenas 18 indivíduos têm participações maiores que 10% dessa esfera de sociabilidade. No próximo capítulo explorarei mais intensamente esse ponto, detalhando os tipos de sociabilidade existentes.

A sociabilidade da classe média também era muito diferente da dos entrevistados em situação de pobreza. Com relação à sociabilidade, 35% dos indivíduos das redes participavam da esfera da família, seguidas do trabalho com 26% e da amizade com 14%. Em seguida, em um patamar mais baixo se situavam a esfera dos estudos com 10%, do lazer com 6% e da vizinhança com 5%. As esferas igreja e associações alcançavam apenas 1% (cada) dos nós presentes nas redes. Observando as redes individualmente, chegamos a informações que reforçam o padrão, visto que a esfera vizinhança tinha valores não zero em apenas 30% das redes e igreja em apenas 2% dos casos. A participação do trabalho, por outro lado, variava de zero a 59%, mas tinha valores inferiores a 10% em apenas 20% das redes.

Comparando com as redes de indivíduos pobres, portanto, podemos dizer que a sociabilidade da classe média é muito mais fortemente baseada na esfera do trabalho e dos estudos e muito menos associada à vizinhança. A esfera da família envolve basicamente a mesma proporção da sociabilidade nos dois grupos sociais. A classe média tinha redes com 5,5 esferas em média, número muito mais elevado do que nas redes dos indivíduos pobres, sugerindo uma diversificação muito maior de sociabilidade nas redes de classe média.

Dentre as pessoas de classe média, os contextos de entrada mais comuns eram a rede, com 44%, seguidos de longe da família com 18,7%, do trabalho com 16,3% e dos estudos com 10,8%. Vizinhança respondia por apenas 3,9% e igreja, associação e lazer não alcançavam 1%. Comparativamente, portanto, o contexto de redes era muito mais importante na expansão das redes de classe média, e a vizinhança representava um mecanismo residual de expansão das redes, ao contrário das redes de pobres. O trabalho também apresentava importância muito maior, assim como os estudos. Os contextos também tendem a ser mais variados e nas redes de classe média alcançam 5,3 em média, reforçando as tendências a maior encapsulamento da sociabilidade dos mais pobres. Vale lembrar que, como

destacado por McPherson et al. (2001), os locais de trabalho e de estudo representam contextos que geram menor homofilia e maior troca social do que vizinhança e família. Todos esses indicadores apontam para uma maior diversidade social das redes de classe média, quando comparadas com as de indivíduos em situação de pobreza. Esses elementos são ao mesmo tempo marcadores das diferenças entre as redes e reprodutores dessas diferenças para momentos futuros. Como veremos no último capítulo, essas diferenças de sociabilidade estão diretamente associadas às condições de vida presentes na amostra de indivíduos em situação de pobreza.

3. Os principais condicionantes das redes

Observemos de que forma as redes variam segundo algumas dimensões sociais e demográficas básicas, usando-as como eixo para a discussão dos principais elementos que influenciam as redes e a sociabilidade dos entrevistados.

a. Renda

Dado que a criação e manutenção de vínculos envolvem diversas dimensões que importam em custos, seria de se esperar uma relação entre tamanho das redes e o rendimento dos indivíduos. Segundo essa hipótese, as redes de grupos sociais distintos estariam submetidas ao que poderíamos denominar de “economia dos vínculos”. Segundo esse mecanismo, pessoas com menores recursos econômicos teriam maior dificuldade não apenas de construir, mas também de manter vínculos em esferas distintas, sendo mais comum nas redes desses indivíduos que parcelas inteiras da rede sejam abandonadas ao longo do tempo. Como consequência, indivíduos mais pobres teriam redes menores, além de menos variadas em termos de sociabilidade.

Quando analisamos o conjunto dos indivíduos em situação de pobreza, não é possível observar uma relação direta entre rendimento per capita e medidas de tamanho, de sua rede egocentrada ou de coesão (tanto em testes de correlação quanto de covariância). Esses resultados podem estar relacionados à pequena variabilidade da renda no grupo social estudado. De fato, quando incluímos a classe média na comparação, aparecem diferenças

enormes entre as redes, sendo as redes destes entrevistados muito maiores (94 contra 54 nós, em média) e mais coesas (coeficiente de clusterização de 0,56 contra 0,47) do que as de pobres. Mais adiante veremos que quando diversas dimensões são consideradas ao mesmo tempo, aparece uma associação entre rendimentos e tamanho das redes mesmo entre os mais pobres.

A dimensão de diversidade da sociabilidade, por outro lado, se mostra correlacionada diretamente com a renda familiar média per capita, mesmo considerando apenas os pobres.⁴¹ Quando a classe média é introduzida na comparação, evidentemente, essa dimensão se torna ainda mais associada à renda. Os dados indicam médias de 5,5 esferas para a classe média contra 3,9 de indivíduos pobres e de 5,3 contextos contra 4,5 de indivíduos pobres. Esses resultados se mantêm mesmo quando as relações entre renda e características das redes são controladas pela escolaridade, confirmando a relevância da hipótese da economia dos vínculos independente da existência de efeitos do processo de escolarização, que serão discutidos na próxima seção.

Para afirmarmos mais a respeito da variabilidade das redes segundo a renda na sociedade como um todo teríamos, entretanto, que ter mais entrevistados de vários estratos sociais e um desenho de pesquisa totalmente diverso. De qualquer forma, há fortes evidências que apontam para uma maior dificuldade dos indivíduos pobres na criação e na manutenção dos vínculos. As trajetórias de vida indicadas pelas informações das entrevistas sugerem que o problema parece estar mais na manutenção das relações, sendo os indivíduos em situação de pobreza levados a descartar parcelas inteiras de suas redes com o passar do tempo. Poderá ser o caso da transformação das redes ao longo do processo de migração estar relacionada com essa dinâmica. Efetivamente, como veremos a seguir, a maior parte dos indivíduos pobres migrantes descarta parcelas de suas redes originais de uma forma similar ao descrito por Jariego (2003). Por outro lado, dentre as redes de classe média, quando se verifica a presença de comunidades profissionais, a tendência à permanência de regiões antigas na rede se reforça, contribuindo para que a diferença entre as redes seja ainda maior. A questão, portanto, parece não remeter simplesmente à migração,

⁴¹ Coeficiente de Pierson de 0,26, significativo a 99% de confiabilidade. O mesmo resultado é encontrado em teste de covariância, sendo significativo a 99% de confiabilidade.

mas ao tipo de sociabilidade e aos recursos de que dispõem os indivíduos migrantes pertencentes a diferentes grupos sociais.

Considerando que a variabilidade da renda no grupo estudado é relativamente pequena, vale observar como se comportam as redes e a sociabilidade dos mais pobres dentre os pobres. Para testar tal dimensão, separei os entrevistados com rendas familiares per capita iguais ou inferiores a R\$ 120 e R\$ 175.⁴²

Os resultados são praticamente idênticos quando consideramos as duas faixas de renda (inclusive, pois as duas faixas incluem respectivamente 23% e 25% dos indivíduos). Os indivíduos com renda extremamente baixa tendem a ter redes com menos esferas e contextos de sociabilidade, mas as características gerais de suas redes não diferem significativamente das demais em tamanho e coesão. A única diferença estatisticamente significativa entre muito pobres (ou paupérrimos) e o restante dos indivíduos diz respeito à dimensão de variabilidade da sociabilidade, significativamente menor dentre os mais pobres.

Observando as esferas, podemos dizer que a sociabilidade dos muito pobres é mais baseada na vizinhança e menos na família e no trabalho, e a origem dos nós de suas redes provém menos do trabalho e mais da vizinhança. Eles tendem a ter menos pessoas externas à comunidade. Em termos de atributos sociais, eles não diferem significativamente dos demais em médios de estudo, o que não deixa de ser surpreendente. Os muito pobres, mas não os paupérrimos, tendem a ser mais novos que o restante dos entrevistados e tendem a estar com mais frequência desempregados. Dentre os que se encontram empregados, a tendência a trabalhar na comunidade é maior. A frequência à igreja entre os muito pobres é menor do que entre os demais indivíduos em situação de pobreza. Esses resultados encontram paralelo com os obtidos por Fontes e Eichner (2004) para uma comunidade de baixa renda em Recife.

Sumarizando, portanto, podemos dizer que as redes dos muito pobres tendem a ter tamanho similar as demais, mas são menos diversificadas e com sociabilidade mais localizada e mais associada à vizinhança. Vale observar que relatos de entrevistas no Jaguaré sugerem que, por vezes, a vizinhança é

⁴² Que, como já destacado, correspondem a patamares usados por programas de transferência direta de renda.

encarada com grande desconfiança, sendo local de intrigas, de inveja, dos perigos associados ao sexo para as mulheres (estupro, traição dos companheiros, assédio dos vizinhos) e de abuso sexual para crianças. Assim, embora a vizinhança represente uma esfera muito importante de sociabilidade para esse grupo populacional,, em um contexto em que mesmo os laços familiares são menos presentes, ela pode ser vivida com desconfiança e desagrado, indicando uma situação de sociabilidade de cores dramáticas.

De uma forma geral, podemos dizer que a comparação com as redes de classe média sugere a relevância dos rendimentos na construção e manutenção de redes maiores e mais diversificadas social e espacialmente. Essas diferenças continuam significativas mesmo depois que controlamos pela escolaridade.

b. Escolaridade

De acordo com a literatura internacional, a escola é um local importante de aumento de vínculos e de aumento de heterogeneidade nas redes (McPherson et al, 2001 e Bidart e Lavenue, 2005). No caso brasileiro é de se esperar que esse efeito seja muito menor do que o destacado, dada a forte segregação social de nossa escola pública, o que gera fortes efeitos de homofilia. No entanto, as informações das redes de São Paulo sugerem que esse efeito existe realmente e que a maior escolaridade está correlacionada com redes maiores, mais diversificadas e menos locais. Dado que como vimos a renda está correlacionada tanto com a diversidade da sociabilidade quanto com o localismo, controlei os efeitos pelo rendimento dos entrevistados. O efeito continua existindo para o tamanho e para a diversidade da sociabilidade, mostrando que há efetivamente uma relação entre nível de escolaridade de um lado, e tamanho e diversidade da sociabilidade de outro. Esse efeito existe tanto para o conjunto dos entrevistados (incluindo a classe média), quanto considerando apenas os pobres. Essa dimensão acrescenta mais um argumento na especificação da escola e do ensino como mecanismos fortemente reprodutores das desigualdades sociais e da pobreza.

c. Idade e ciclo de vida.

No conjunto dos entrevistados, não há relação entre idade em geral e as mais variadas características da rede (tamanho, clusterização, densidade, número de vínculos, tamanho eficiente, pessoas externas ou conterrâneos, ou números de esferas e contextos). Esse resultado é diferente do previsto a partir da literatura internacional, segundo a qual se espera que as redes aumentem até o início da idade adulta e decaiam posteriormente ao longo do ciclo de vida, seja pela dinâmica da sociabilidade ao longo da trajetória etária (McPherson et al, 2001 e Blokland, 2003), seja pela existência eventos importantes que as vão transformando (Bidart e Lavenu, 2005). Por outro lado, espera-se que não haja tanta homofilia para adultos, dada a sua inserção mais intensa fora da vizinhança e da família (McPherson et al, 2001). No caso de adolescência, diferentemente, espera-se que haja mais homofilia, dado que suas redes tendem a ser mais especializadas entorno de sociabilidades específicas (Bidart e Lavenu, 2005).

Embora não haja diferenças com relação à diversidade da sociabilidade, os dados indicam a existência de uma relação significativa e negativa da idade com certos tipos de sociabilidade, em particular as esferas de amigos e estudos – quanto mais velho o indivíduo, menor a proporção da sua rede nessas esferas de sociabilidade. Considerando a menor escolaridade dentre os nossos entrevistados mais idosos, a presença de esfera e contexto menores para estudos era de se esperar, mas a menor presença relativa de amigos pode sugerir um aumento relativo do isolamento social em idades mais avançadas. Para testar essa dimensão, avaliei como se comportavam os mesmos indicadores por faixas de idade, ficando evidenciada uma grande diferença entre as idades anteriores e posteriores a 60 anos.

No caso de indivíduos com 60 anos ou mais, embora o número de casos seja pequeno (10 entrevistados) as redes são em média menores, têm menos vínculos, os graus são menores e há menos esferas e contextos. Suas redes egocentradas também são menos eficientes em termos de estrutura e seus contatos mais redundantes. Com relação à sociabilidade, a proporção de indivíduos na esfera da família é maior e as de esferas e de estudos são menores. Os contextos rede, estudos e lazer são menos importantes na

aquisição de relações. Se incluirmos os casos de idosos de classe média, o número de casos aumenta um pouco (para 15) e os resultados se mantêm praticamente idênticos. Portanto, independente do grupo social, a velhice parece ter efeitos fortes sobre as redes, reduzindo a integração social e tornando os contatos e a sociabilidade mais dependentes da família, de forma similar aos resultados obtidos por Grossetti (2004) e Bidart e Lavenu (2005). Dentre os idosos, também é mais freqüente a situação de precariedade familiar do que no conjunto dos entrevistados em situações de pobreza. Todas essas informações, entretanto, são limitadas, dado o pequeno número de casos com idades superiores a 60 anos.

Por outro lado, um outro grupo etário com características distintas é dos mais jovens, considerados como indivíduos com 21 anos ou menos (34 casos). Embora o tamanho, a coesão das redes, a rede egocentrada e a diversidade da sociabilidade não sejam diferentes dos demais indivíduos, a sociabilidade é bastante distintiva, com uma maior concentração de indivíduos nas esferas da amizade e dos estudos e menores presenças relativas do trabalho e da igreja. Dentre os contextos, há menor aquisição de nós através do trabalho e maior via estudo. Embora seja possível observar uma maior importância do contexto rede na aquisição de nós, a diferença não é significativa estatisticamente. Há menos indivíduos externos ao local de moradia do que nos demais grupos etários e os jovens tendem a ter redes mais locais (de forma significativa estatisticamente).

d. Sexo

Com relação ao sexo, não há diferenças nas redes no que diz respeito ao tamanho e coesão. As redes das mulheres, entretanto, tendem a ter uma inserção urbana mais ampla do que a dos homens, o que contradiz a impressão predominante na literatura. Esses resultados são contrários aos descritos na literatura internacional, segundo a qual (McPherson et al., 2001; Morre, 1990 e Campbell e Lee, 1992), espera-se que as redes das mulheres sejam mais locais e baseadas em familiares e vizinhança. Na verdade, em nosso caso as redes das mulheres tendem a ser um pouco maiores do que as dos homens, assim como os números de esferas e contextos, mas as diferenças não são significativas estatisticamente, seja usando diretamente os indicadores

ou lançando mão das dimensões respectivas. Resultados idênticos são obtidos se incluímos apenas os indivíduos pobres ou também a classe média (os 180 casos). Com relação ao localismo, entretanto as diferenças são significativas e favorecem as mulheres, que têm redes menos locais. As mulheres também tendem a ter redes mais coesas do que as dos homens, como indicam os coeficientes de clusterização.

No que diz respeito à variabilidade da sociabilidade, não há diferenças entre as redes de homens e mulheres, quando utilizamos a dimensão respectiva. Entretanto, quando olhamos as esferas de sociabilidade individualmente, as mulheres têm menores proporções de indivíduos na esfera do lazer e mais pessoas na esfera igreja. Em termos de aquisição de vínculos, tendem a ter mais contexto rede e menos contexto família e lazer. No que diz respeito à importância da sociabilidade doméstica, medida pela presença de indivíduos na esfera família, não há diferenças significativas entre homens e mulheres. Essas informações novamente são contrárias a evidências presentes na literatura internacional e com os lugares classicamente considerados como ocupados pelas mulheres na sociedade brasileira, associados ao privado, à família e ao cuidado da casa. A existência de uma aquisição de nós mais intensa pelas redes, por outro lado, é consistente com a sociabilidade mais intensa que se atribui às mulheres, assim como a menor presença da esfera e do contexto lazer e a maior presença da igreja.

Entretanto, as diferenças destacadas pela literatura poderiam não se dever ao sexo dos indivíduos, mas aos papéis culturalmente construídos e às diferentes inserções no mercado de trabalho como destacado por Dominguez (2004). Em particular, espera-se que quem não trabalha fora da comunidade tenha redes mais locais, com mais família e vizinhança, independente do sexo. Para testar tais efeitos, desconsidere os casos de aposentados, estudantes e donas de casa e comparei as redes de homens e mulheres trabalhadores, encontrando resultados idênticos aos anteriores, persistindo, portanto, as diferenças entre as redes de mulheres de homens em termos de tipos de sociabilidade e de localismo. Entretanto, quando comparamos homens e mulheres que não apenas trabalham, mas trabalham fora do local de moradia, as diferenças das redes desaparecem, restando apenas as relativas ao contexto familiar – maior nos homens do que nas mulheres e à

clusterização – maior em mulheres do que em homens. Portanto, embora pareçam existir diferenças entre homens e mulheres, sendo redes das mulheres um pouco maiores, mais inseridas na cidade e baseadas em tipos diferentes de sociabilidade, a maior parte dessas diferenças desaparece quando consideramos os indivíduos que, independente do sexo, estão inseridos em circuitos externos de trabalho. Persiste apenas uma maior coesão relativa das redes de mulheres. Esses resultados apresentam paralelo com os obtidos por Moore (1990) e, de alguma forma por Dominguez (2004), relativos aos Estados Unidos.

e. Migração e incorporação

A migração é um dos processos mais importantes na constituição das comunidades urbanas de baixa rede em nossas cidades. De que forma ela se relaciona com as redes e de que maneira as redes se associam do processo de incorporação dos migrantes, no sentido de Portes (1999)? Considera-se usualmente que a migração destrói as redes de sociabilidade prévias dos indivíduos, e que essas lentamente se reconstituem em um processo de incorporação nos locais de chegada (Jariego, 2003). Por outro lado, as redes são elas próprias parte do processo de migração, influenciando para onde se migra e onde os indivíduos se fixam posteriormente (Santos, 2005; Martes e Fleischer, 2003 e Portes, 1999). As informações de nossas redes sugerem que as duas dimensões estão interligadas.

Em termos gerais, podemos imaginar, a partir da literatura, cenários distintos para migrantes e não migrantes nascidos em São Paulo. No caso de pessoas migrantes, as redes pessoais tendiam a ser originalmente locais, em especial dado que eram rurais ou de pequenas localidades, assim como pequenas e baseadas em vínculos familiares, ou mesmo locais e familiares, dada a grande homofilia familiar nos casamentos e nas relações de vizinhança. O mundo do trabalho, inclusive, era superposto com a família e a vizinhança. Dada a baixa escolaridade, a heterogeneidade das redes tendia a ser ainda menor. A migração de grande distância tenderia a quebrar ou amortecer esses vínculos e no novo local as redes se reconstituíam com vizinhos e membros do local de moradia, assim como das novas atividades profissionais. Os contrerrâneos tenderiam a se reduzir paulatinamente.

Por outro lado, as redes dos que já nasceram aqui seriam construídas desde a infância e incluiriam familiares e vizinhos. A entrada na escola (em especial na adolescência) poderia ter tornado as suas redes mais heterogêneas espacial e socialmente pelo efeito já descrito. A entrada no mercado de trabalho também tornaria as suas redes mais heterogêneas geográfica e socialmente. Novamente, menos socialmente do que geograficamente, pelos motivos já destacados. A escolha marital também interferiria, e quem se casasse com pessoas de fora ou de dentro do local de moradia tenderia a adquirir relações diferentemente.

Observemos então as informações de nossos entrevistados. Os atributos sociais de migrantes e naturais são obviamente muito diferentes. Os migrantes são mais velhos (média de 40 contra 28 anos), muito menos escolarizados (4,8 contra 8,7 anos de estudo) e têm renda um pouco menor do que quem não é migrante (embora a diferença nesse caso não seja significativa). Os migrantes tendem mais frequentemente a serem casados, mas quando isso é controlado pela idade, a diferença desaparece. Entretanto, dentre os casados, 36% conheceram o cônjuge em seu estado de origem, sugerindo a presença de uma quantidade significativa de relações estáveis e relativamente antigas. Migrantes e não migrantes não diferem com relação a credo religioso, nem com relação à frequência a templos, embora no caso dos migrantes a frequência seja um pouco superior, mas com diferença não significativa. A sua distribuição entre os locais pesquisados é aproximadamente regular, exceto pela Cidade Tiradentes, que como já vimos tem menos migrantes. Quem é migrante tende a trabalhar fora da comunidade muito menos do que quem é natural, mas o desemprego é menor entre os migrantes e seus empregos se encontram polarizados entre com registro em carteira e autônomos. Dentre os migrantes, uma proporção maior dos empregados utilizou a rede para obter a sua ocupação atual.

Não há diferenças entre as redes de migrantes não migrantes no que diz respeito ao tamanho das redes, à sua clusterização, à variabilidade da sociabilidade e ao localismo. Entretanto, redes de não migrantes tendem a apresentar redes egocentradas mais eficientes. O tipo de sociabilidade também varia e migrantes têm mais pessoas na esfera da família e menos nas esferas das amigas e dos estudos. Com relação aos contextos de aquisição

de nós, os migrantes têm mais pessoas nos contextos família e igreja e menos no contexto estudos. As suas redes tendem a apresentar maior homofilia de sexo.

Portanto, as redes diferem relativamente pouco, o que poderia sugerir processos rápidos de transformação. Para testar tal hipótese, observemos o que acontece com as redes com o tempo de migração. Trata-se de um exercício lógico, visto que para comparar os dois grupos não disponho de informações de painel com as mesmas pessoas em diferentes momentos, mas de indivíduos com diferentes tempos de migração.

A presença de conterrâneos vai realmente se reduzindo à medida que o tempo desde migração passa, caindo de 21% para quem migrou entre 1 e 5 anos até 10% para quem migrou há mais de 10 anos.⁴³ Também se encontram diferenças se comparamos os indivíduos migrados há mais de 10 anos com os não migrantes no que diz respeito à dimensão de tamanho das redes. As redes de não migrantes são maiores, quando comparados com as de migrantes antigos, o que corrobora a teoria da incorporação paulatina. Por outro lado, no que diz respeito ao localismo não há diferenças significativas e as diferenças das redes egocentradas desaparecem quando se comparam migrantes antigos com o restante. Tampouco existem diferenças entre o tamanho e a diversidade da sociabilidade de migrantes que conheceram os cônjuges em São Paulo e que o fizeram em seu local de origem.

Portanto, os dados confirmam a existência de um processo de incorporação dos migrantes em termos relacionais, sendo as redes egocentradas a única diferença significativa nas redes de migrantes e não migrantes. A comparação do fenômeno no tempo sugere que esse processo pode acontecer muito rápido após a chegada dos indivíduos, ao menos para a maioria dos indivíduos. A evidência também pode estar ligada a diferenças entre as inserções das gerações de migrantes, embora não tenhamos informações para testar essa hipótese. Segundo essa possibilidade, a incorporação de migrantes antigos teria ocorrido de forma diferente do que ocorre hoje a incorporação de quem chega, sendo o processo de integração atualmente muito mais rápido.

⁴³ A exceção fica com a primeira faixa, mas que apresenta apenas 2 casos.

Essa possibilidade é sugerida também por uma outra evidência. Se observarmos com maior atenção os 17 indivíduos que têm muitos conterrâneos em suas redes,⁴⁴ encontramos redes menores e menos diversificadas do que para o conjunto dos indivíduos. A sociabilidade é mais concentrada na família e menos no trabalho e nos estudos e o contexto da família fornece mais nós, enquanto os do trabalho e dos estudos menos aquisição de pessoas para a rede. O interessante é que desses indivíduos, 15 são migrados há mais de 5 anos, sendo 11 destes há mais de 10 anos. Mesmo que o número de casos seja pequeno, a informação nos sugere que há indivíduos que mantêm a centralidade dos contextos originais de migração em suas redes. Esses tendem a ter redes menores e menos diversificadas do que os demais.

Um último elemento diz respeito ao papel das redes no próprio processo de migração e à origem dos migrantes, e ajuda a entendermos melhor a evidência anterior. Não se trata de analisar detalhadamente esse complexo processo, mas de adiantar aqui alguns pontos para aprofundamento futuro em pesquisas específicas. As informações das entrevistas confirmam fortemente a descrição da literatura de processos migratórios conduzidos pelas redes dos parentes e conhecidos da cidade natal. Como produto desses processos, pôde-se observar uma elevada concentração de entrevistados de origens específicas nos campos estudados, como no caso dos baianos em Vila Nova Esperança, que incluem 67% dos migrantes. O mesmo tipo de resultado aparece em Paraisópolis, que apresenta uma escala muito maior - baianos e pernambucanos juntos representaram os mesmos 67% dos entrevistados migrantes. Além disso, entretanto, as entrevistas mostraram a existência de uma grande proporção de entrevistados migrados de uma mesma cidade muito pequena ou de um conjunto de cidades vizinhas do interior. Em alguns casos, as redes de relações atuais incluem indivíduos vizinhos na cidade de origem que repetem o padrão de vizinhança em São Paulo, reconstituindo padrões de sociabilidade primária anteriores, de uma forma muito diferente da retratada por Jariego (2003) para o caso das migrações internacionais na Espanha.

⁴⁴ Tomei como ponto de corte a proporção média máxima dentre as faixas de migrantes (que chegaram há menos de 5 anos) - 21%.

Além de essa informação comprovar a importância dos vínculos na migração em si, sugere a constituição de espaços de interação e sociabilidade que poderíamos dizer que estão tanto aqui quanto lá, dadas as múltiplas conexões nos dois espaços. Nesse sentido, a migração não representa meramente um processo de deslocamento e reinserção social, mas, ao menos para alguns indivíduos, caracteriza trajetórias que fornecem um tipo de sociabilidade localizado de alguma forma nos dois locais simultaneamente. Em certo sentido, esse padrão tem sua contraparte nos migrantes de classe média, que quase sempre conseguem manter as parcelas de suas redes originais ativas, ao menos na esfera profissional das comunidades.

f. Frequência a templos

Trabalhos anteriores em antropologia da religião e associativismo reportaram que a frequência a templos aumenta a probabilidade dos indivíduos estarem empregados e auferirem renda, pelo acesso a circuitos sociais organizados nesses locais associados a uma sociabilidade religiosa (Almeida e D'Andrea, 2004 e Lavallo e Castello, 2004). Os dados de nossos entrevistados confirmam parcialmente esses achados. Os indivíduos que frequentam templos mais do que quinzenalmente (62 casos) têm idade mais elevada e renda mais alta do que os demais entrevistados, mas tendem a ter escolaridade similar. O grupo inclui mais fortemente mulheres (73% de quem vai mais do que quinzenalmente), mas não pessoas com companheiro, contrariamente o que se esperaria encontrar considerando a frequência a templos como uma atividade ligada à família. Em termos de acesso ao mercado de trabalho, quem vai com muita frequência a templos tende a ter empregos melhores, mais comumente têm carteira assinada e menos frequentemente é autônomo, embora não haja diferença expressiva com relação ao desemprego.

Embora as suas redes tenham tamanhos, coesões e redes egocentradas similares às de quem não frequenta templos intensamente, os frequentadores tendem a ter números de esferas e contextos maiores, indicando maior diversidade de sociabilidade. As redes dos frequentadores tendem a ter menos pessoas na esfera de lazer e, evidentemente, mais na

esfera da igreja, assim como tendem a adquirir mais nós via igreja do que no caso de pessoas que freqüentam pouco.

Entretanto, como esses indivíduos têm renda mais elevada e a renda está associada ao número de esferas, controlei as evidências pelo efeito da renda. Os resultados se mantêm, sugerindo que a freqüência à igreja tem um efeito sobre os números de esferas e de contextos, independente do efeito do rendimento familiar per capita dos indivíduos. Portanto, embora a causalidade não esteja evidenciada, é possível afirmar que indivíduos com freqüência elevada a templos tendem a ter sociabilidade mais variada, empregos melhores e rendimentos maiores do que a média de quem não freqüenta.

Dado a pequena freqüência associações, não foi possível avaliar a sua relação com as redes e os padrões de sociabilidade.

g. Espaço e segregação

A relação entre redes e espaço é amplamente conhecida e bastante intuitiva, visto que a localização espacial dos indivíduos e os deslocamentos que realizam definem basicamente as relações que constroem e mantêm. Isso ocorre mesmo em uma época em que as comunicações e o mundo eletrônico permitem a constituição de relações sem contato físico (Wellman, 2001), em especial porque essa sociabilidade virtual é mediada pelas barreiras de custo e conhecimento que atingem diferentemente os grupos sociais. Para grupos sociais que enfrentam dificuldades à construção dessa sociabilidade, como os indivíduos em situação de pobreza, portanto, o espaço importa fundamentalmente para a constituição dos relacionamentos, para as percepções dos indivíduos (Di Méo, 1991) e para as suas redes sociais em particular (McPherson et al, 2001). Consequentemente espera-se que as redes dessas pessoas incluam principalmente indivíduos da mesma classe social e com as características preponderantes de cada comunidade.

Teoricamente, o espaço faz com que exista uma grande quantidade de pessoas próximas ao local de moradia disponíveis para contato, tornando a geografia um dos principais elementos produtores de *baseline homophily*, a homofilia que é provocada pela maior exposição de um dado indivíduo a pessoas de seu próprio grupo. Por outro lado, as contigüidades e distâncias marcam diferentes acessos (e custos) dos indivíduos a outros grupos sociais e

contextos de sociabilidade distintos dos que podem freqüentar perto de si. A combinação desses dois elementos tende a reforçar a homogeneidade da sociabilidade e das redes dos indivíduos, gerando homofilia. A exceção a isso se refere aos casos em que os deslocamentos geográficos têm custos relativamente baixos, seja pela baixa segregação, seja pela abundância de recursos materiais ou presença de facilidades de transportes e comunicação.

Considerando isso, duas conseqüências podem surgir. A primeira identifica homofilia social, baixa interação entre grupos e poucas pontes sociais, no sentido de Briggs, e muito localismo, ou seja, elevada presença relativa de pessoas da mesma área do indivíduo de referência. A questão aqui é, portanto, saber o quão local são as redes e os contextos de sociabilidade dos indivíduos, imaginando que redes muito locais são redes com poucas pontes e, conseqüentemente, pouco propensas a incentivar mobilidade social. O elemento a considerar é uma característica das redes – o localismo. Dado que estou interessado em analisar o papel das redes na integração social, interessa principalmente o grau de localismo e a homofilia social das redes, indicativos da existência de maior ou menor isolamento social.

Entretanto, uma segunda possível influência do espaço sobre as redes diz respeito ao fato de que indivíduos que residem em locais submetidos a diferentes situações de segregação enfrentam dificuldades diferentes de construir vínculos para fora, ou custos diferenciados, tanto financeiros, quanto em termos de esforço e dispêndio. Trata-se aqui do efeito diferenciado da segregação sobre as redes sociais dos indivíduos, representando possivelmente um atrito no desenvolvimento das redes. Caso seja possível observar diferenças substantivas nas redes entre localizações diferentes das moradias dos indivíduos segundo a segregação (isolamento espacial), há efeito da segregação sobre as redes. Nesse caso, a questão está em um possível efeito de uma característica do espaço – a segregação – sobre as características das redes.

Nesse sentido, é possível que haja redes muito locais, tanto em locais bastante segregados quanto em locais pouco segregados. Inversamente, podem existir redes com muitos vínculos para fora não apenas em locais pouco segregados, mas também em locais muito distantes. Além disso, interessa também analisar em que medida alguns tipos de redes fazem pontes

independentes da sua localização, e determinar que características têm os indivíduos que as fazem. Discutiremos o localismo e a segregação a seguir, mas os tipos de redes serão explorados no próximo capítulo.

O primeiro indicador que nos permite discutir o localismo das redes é a proporção de indivíduos externos à comunidade. Em média, as redes dos indivíduos pobres tinham 37% de indivíduos externos, proporção que variava entre 50% no Centro e na Vila Nova Esperança e 27% do Jaguaré e 24% em Paraisópolis. Cidade Tiradentes tinha uma proporção elevada de indivíduos externos na média – 37%. Dos indivíduos que trabalhavam, 53% o faziam na comunidade. Apenas 30% dos indivíduos tinham mais indivíduos externos à comunidade do que internos em suas redes. Esse padrão de localismo é reforçado pelas informações sobre a sociabilidade. Dentre as atividades de lazer citadas pelos entrevistados, por exemplo, 62% ocorriam no local de moradia. Além disso, não devemos esquecer que, como vimos, as redes dos indivíduos pobres tinham em média 32% dos indivíduos da esfera vizinhança e 25% de contexto vizinhança. Sumarizando, podemos afirmar que as redes de indivíduos pobres tendem a ser bastante locais, de forma similar aos resultados obtidos por Fontes e Eichner (2004) em Recife.

Apenas para termos um padrão de comparação, a proporção média de indivíduos externos na classe média era de 80% e as proporções de pessoas na esfera e no contexto vizinhança eram de apenas 5 e 4%, em média.

Mas de que forma variavam essas redes entre locais mais ou menos isolados espacialmente e qual poderia ser a importância da segregação (na escala da cidade) para as redes? Para analisar a segregação, separei os casos da Cidade Tiradentes e da Vila Nova Esperança, considerados como situações de segregação dos casos do Jaguaré, de Paraisópolis e dos cortiços, considerados como não segregados. Os mais variados indicadores das redes não se mostraram diferentes estatisticamente (em testes de média). As redes tendiam a ter tamanho e proporções de pessoas nas esferas e contextos de vizinhança que não são significativamente diferentes entre locais segregados e não segregados. Entretanto, nos locais segregados a presença de indivíduos externos é sistematicamente maior dos encontrados em locais menos segregados. Além disso, a proporção de pessoas de fora é ainda maior em Vila Nova Esperança (49%) do que em Tiradentes (37%), embora sejam ambos

locais segregados, contra algo em torno de 25% no Jaguaré e em Paraisópolis. Isso sugere que a questão da escala do local de moradia pode interagir com a segregação e, em locais de pequeno porte, não haja outra alternativa do que buscar relações fora. Isso ajudaria a explicar a alta proporção de indivíduos nessa condição nos cortiços da área central (50%). Os resultados tendem a ser muito parecidos se apenas Paraisópolis e Jaguaré são considerados como espaços não segregados ou se o Centro é também incluído.⁴⁵

Outra diferença dizia respeito aos números de esferas e contextos e à dimensão de variabilidade da sociabilidade, embora essas não fossem estatisticamente significativas. Entretanto, o sentido da diferença é contrário ao que seria de se prever a partir da literatura: os indivíduos de locais mais segregados tinham redes com sociabilidade mais variada, mais esferas e mais contextos. A esfera e o contexto da família eram menores relativamente nos locais segregados, e os da igreja eram maiores. Os contextos rede e família eram maiores em locais não segregados, mas as diferenças não eram significativas. Similarmente, as esferas e contextos de trabalho e de vizinhança eram maiores em locais segregados, mas novamente as diferenças não eram significativas.

Portanto, se a segregação exerce efeito importante sobre as redes, opera em sentido contrário ao imaginado pela literatura e aparentemente os indivíduos que moram em locais segregados de alguma forma fazem frente aos custos da sua superação. Essa conclusão não é definitiva, visto que para termos maior conhecimento sobre os efeitos possíveis dessa superação, teríamos que dispor de informações sobre os destinatários dos vínculos fora das áreas de estudo, dado de que não disponho. Mesmo assim, as informações obtidas apontam para que indivíduos segregados tendem a ter redes similares, mas com mais indivíduos externos e mais diversificadas em termos de sociabilidade do que os menos segregados. Quando o local de moradia tem escala pequena, a questão é agravada, e os indivíduos têm ainda mais incentivos para construir e manter relações externas. As conseqüências desses diferentes padrões de relação para as suas condições de vida e de pobreza

⁴⁵ Como já comentado, o centro apresenta grandes particularidades de escala e localização, visto que não se trata nesse caso de uma área geográfica de porte razoável, mas de um circuito de locais de pequeno porte – os cortiços. Os resultados da análise, entretanto, são similares com ou sem o centro.

são analisadas nos próximos capítulos, mas vale destacar já aqui que esse resultado sugere que as redes efetivamente ajudam a integrar e inserir socialmente ao menos uma parcela dos indivíduos mais segregados espacialmente.

4. Sumarizando os efeitos dos condicionantes

Considerando a grande quantidade de evidências apresentadas, é importante resumi-las aqui antes de avançarmos.

Há diferenças muito grandes entre as redes da classe média e dos pobres com relação ao tamanho, coesão e localismo das redes, assim como a respeito da diversidade da sociabilidade, sendo as redes dos pobres muito menores, menos coesas e a sua sociabilidade menos diversificada e mais apoiada na vizinhança. Por outro lado, a renda dos indivíduos não organiza as redes dentre os mais pobres, talvez pela variabilidade relativamente pequena das rendas, quando comparamos os pobres em geral com os muito pobres, encontramos redes similares em tamanho e estrutura, mas ainda mais locais e baseadas na vizinhança entre os muito pobres. Esses indivíduos tendem a ter ainda menos vínculos para fora e menos frequentemente a trabalhar fora do local de moradia. Portanto, há fortes evidências da relevância do mecanismo dos custos de formar e manter vínculos nas redes, gerando redes maiores e mais ricas social e espacialmente para indivíduos de maior rendimento. Essas diferenças continuam significativas mesmo depois que controlamos pela escolaridade.

O inverso também ocorre, e há relação entre o tamanho e a estrutura das redes e a escolaridade, mesmo quando controlado pela renda, reforçando a centralidade potencial da escola como local de criação de vínculos diversificados, mesmo em um contexto de razoável homogeneidade social na escola pública.

Não foram encontradas variações gerais no tamanho, na coesão e no localismo das redes segundo idade. Apesar disso, há diferenças quanto às redes egocentradas e à sociabilidade e quanto mais velhos forem os entrevistados, menos eficientes são suas redes e menores tendem a ser as presenças relativas das esferas dos estudos e da amizade. Os indivíduos com mais de 60 anos têm redes menores e mais centradas na família. Os jovens, por

outro lado, têm uma sociabilidade mais centrada na amizade e nos estudos e menos associada ao trabalho e à igreja.

As redes de homens e mulheres tendem a ser similares, mas as das mulheres têm sociabilidade mais diversificada, menos associada ao lazer e mais à igreja. A aquisição de nós ocorre mais relativamente por rede para as mulheres e no contexto familiar para os homens. A maior parte dessas diferenças, entretanto, existe para o conjunto dos indivíduos, mas especificamente para quem trabalha fora da comunidade, não há diferenças de destaque entre homens e mulheres, sugerindo que a questão não está relacionada a supostas diferenças de sociabilidade por sexo em geral, mas ao fato de homens e mulheres serem inseridos diferentemente em circuitos sociais no local.

As redes de migrantes e não migrantes são similares, embora os não migrantes tendam a ter redes egocentradas mais estruturadas do que as dos migrantes antigos. As redes dos migrantes têm mais pessoas da esfera da família e menos das esferas das amizades e dos estudos. O processo de incorporação dos migrantes tende a ocorrer aparentemente muito rápido e não de forma paulatina no tempo, pois os padrões de relação de pessoas migradas há pouco tempo já não apresentam diferenças com relação aos de não migrantes. Entretanto, para cerca de 10% dos entrevistados, as redes continuam tendo muitos conterrâneos, mesmo depois de muitos anos da chegada a São Paulo. Esses casos se ligam à presença, em algumas regiões das áreas estudadas, de verdadeiras comunidades transplantadas de locais do interior do Nordeste, reunindo inclusive pessoas que são hoje vizinhas e já o eram em pequenas cidades ou na zona rural.

As redes das pessoas que freqüentam intensamente templos religiosos tendem a ter maior diversidade de sociabilidade, mesmo quando as diferenças são controladas por rendimento, embora não seja possível separar completamente os efeitos da freqüência dos da renda e da sociabilidade.

Por fim, com relação ao espaço, podemos dizer que as redes são marcadas por intenso localismo – contenção dos vínculos aos locais de residência, mas não há efeito aparente da segregação sobre o tamanho, a coesão e a estrutura das redes. Apesar disso, indivíduos de locais mais segregados têm redes mais diversificadas em termos de sociabilidade (embora

a diferença não seja significativa estatisticamente) e com inserção urbana mais intensa (mais baseada em contatos fora), em especial se a moradia se localiza em uma comunidade pequena. Portanto, se há efeito da segregação sobre as redes, tende a operar na diversificação da sociabilidade e na redução do localismo, e opera em sentido contrário ao usualmente considerado, favorecendo as redes de locais mais segregados. As redes pessoais, portanto, podem estar operando para compensar os efeitos de isolamento social provocado pela segregação espacial para uma parte dos entrevistados. Como veremos no Capítulo 5, algumas das diferenças presentes em locais segregados têm importantes efeitos positivos sobre as situações sociais. No caso da classe média, não há localismo, há muito baixa presença da vizinhança, e as redes aparentemente se aproximam do que Wellman denomina de comunidades pessoais desterritorizadas.

Capítulo 4. Tipos de redes e tipos de sociabilidade

Como vimos no capítulo anterior, diferentes dimensões das redes são influenciadas por diversas dinâmicas sociais, tornando bastante difícil uma caracterização única e direta das redes de indivíduos em situação de pobreza. O melhor caminho metodológico a seguir para avançarmos no estudo das redes, portanto, é explorar exatamente a diversidade das situações existentes. Esse capítulo avança nessa direção ao construir tipologias das redes a partir das informações já discutidas anteriormente. Após uma série de experimentos, cheguei à conclusão de que seria melhor produzir duas tipologias distintas - uma para as redes em si e outra para os padrões de sociabilidade dos indivíduos. Essa escolha é baseada na constatação de que nem sempre esses dois fenômenos variam juntos e a construção de uma única tipologia talvez tendesse a mascarar as diferenças existentes.⁴⁶ Posteriormente, o cruzamento das duas tipologias permite definir os tipos de padrões de relacionamento existentes nos casos estudados.

Assim, o capítulo é dividido em três seções. Na primeira, exploro a diversidade das redes elaborando uma tipologia a partir dos indicadores e medidas retirados das redes individualmente e cruzando-a com as dimensões já destacadas no capítulo anterior. Em seguida, repito o exercício para a sociabilidade, determinando os tipos de sociabilidade existentes. As duas tipologias se baseiam em análise de agrupamentos (cluster), uma técnica amplamente conhecida para a exploração de padrões de similaridade entre casos. As respectivas seções incluem exemplos concretos retirados da pesquisa de campo para ilustrar os tipos delimitados pelas análises. Por fim, na terceira seção, realizo o cruzamento das duas tipologias, de maneira a especificar os tipos de padrões de relacionamento presentes nas redes de indivíduos em situação de pobreza, assim como as condições da sua presença.

⁴⁶ Esse procedimento difere do adotado em Marques et al. (2007) com dados preliminares dessa pesquisa, quando realizamos uma única tipologia de atributos, indicadores de rede e sociabilidade.

1. Os tipos de redes

Como já citado no capítulo anterior, a pesquisa permitiu a construção de um vasto conjunto de indicadores de redes sociais. Para a construção da tipologia utilizei os indicadores discutidos na segunda seção do Capítulo 3. Foram usados os seguintes indicadores das redes: nº de nós; nº de vínculos; diâmetro; densidade; grau médio; coeficiente de clusterização; índice de centralização; índice E_I de local; índice E_I de contextos; índice E_I de esferas; intermediação normalizada; nº de 2-clans/nº de nós; nº de 3-clans/nº de nós; proporção de pessoas externas à área; nº de esferas; nº de contextos, tamanho eficiente, densidade da rede egocentrada e informação.

Os casos, caracterizados por esses indicadores, foram então submetidos a uma análise de agrupamentos a partir do algoritmo K-means no software Spss 13.0. A solução escolhida separou 5 tipos de redes, com os indicadores médios apresentados na tabela abaixo. Como podemos ver, três tipos de redes estão associadas a número razoável de casos (entre 32 e 59 indivíduos) e outros dois tipos incidem sobre um número pequeno de casos 6 e 12 redes.

Tabela 3 – Indicadores médios por tipo de rede

Indicadores	Tipos de redes				
	1	2	3	4	5
nº de casos	6	12	41	59	32
número de nós	126	90	66	45	25
número de vínculos	304	205	136	80	39
diâmetro	8	7	7	6	5
densidade	0,04	0,05	0,09	0,09	0,16
grau médio	2,5	2,3	2,1	1,8	1,6
coeficiente de clusterização	0,42	0,40	0,52	0,46	0,48
índice de centralização	21,7	19,7	32,2	36,8	50,0
índice E_I de local	-0,49	-0,31	-0,21	-0,17	-0,10
índice E_I dos contextos	0,28	0,21	0,34	0,37	0,28
índice E_I das esferas	0,33	0,23	0,35	0,29	0,27
No de 2-clans/No de nós	0,72	0,66	0,42	0,39	0,29
No de 3-clans/No de nós	0,46	0,37	0,28	0,28	0,20
% de pessoas externas à área	26,2	27,9	37,4	40,5	35,4
n total de contextos	5,0	4,4	5,0	4,6	3,8
n total de esferas	4,8	4,2	4,4	3,9	3,1
tamanho eficiente	29,8	25,2	23,1	17,2	12,6
densidade da rede egocentrada	31,3	26,8	26,8	18,8	14,0
informação	1,9	1,8	1,6	1,4	1,4

Fonte: Cálculo próprio a partir de material empírico coletado.

Os tipos menos freqüentes (1 e 2) são os com maiores tamanhos e redes egocentradas mais eficientes, mas tendem a ser mais locais. Esse resultado repete-se para o conjunto dos tipos de redes, e o tamanho influencia positivamente a rede egocentrada e negativamente o localismo. Entretanto, a variabilidade da sociabilidade, medida pelos números e índices de esferas e contextos, assim como a coesão, medida pelo coeficiente de clusterização, diferem muito entre os tipos, não tendendo a acompanhar o tamanho. Na verdade, a classificação elaborada separou as redes mais claramente por tamanho, rede egocentrada e localismo. Apenas para estabelecermos um patamar de comparação, vale lembrar que as redes de classe média tinham em média 94 nós, coeficiente de clusterização 0,56, cerca de 80% dos indivíduos de fora da local de moradia e 5,5 esferas diferentes de sociabilidade.

A partir da tabela, é possível caracterizar os tipos de redes como se segue. Para concretizar a tipologia, inclui casos para ilustrar cada tipo.

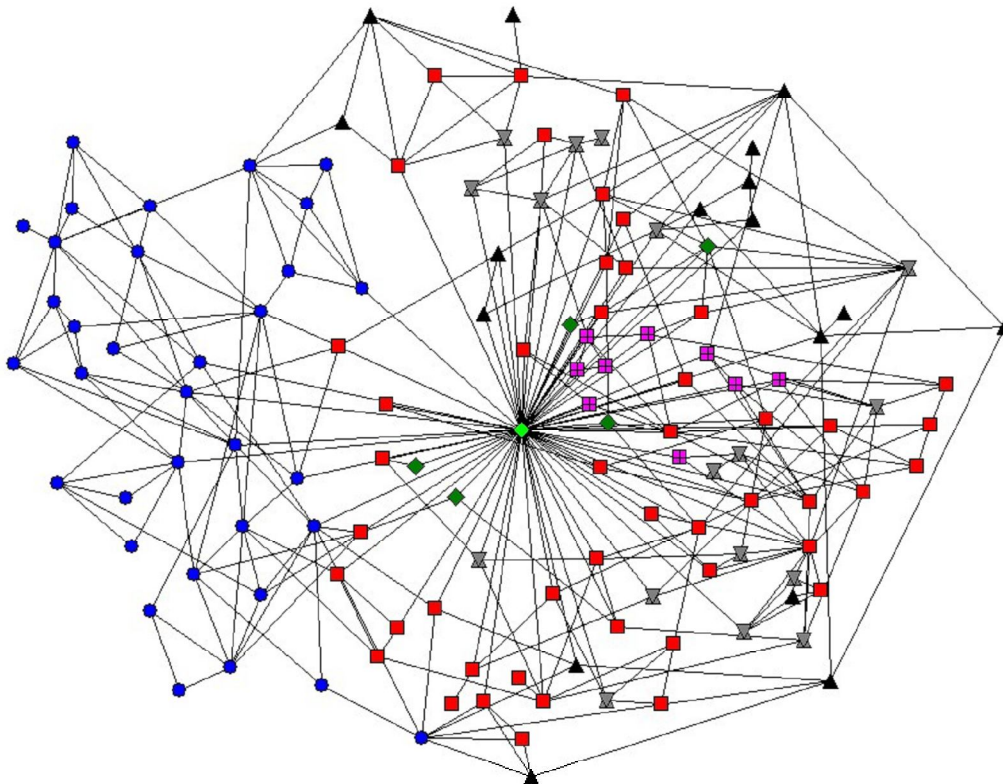
Tipo 1: Redes muito grandes, com egocentradas eficientes e sociabilidade muito variada, mas bastante locais – 6 casos.

É o tipo de rede menos freqüente. O tamanho das redes é superior ao tamanho médio das redes de classe média, mas a clusterização, inserção urbana e variabilidade da sociabilidade são muito menores. Os indivíduos com redes desse tipo têm rendimento familiar per capita médio próximo da média (R\$ 260), idade média 30 anos, mais jovem do que os demais grupos e escolaridade alta, considerando o grupo social em estudo – 8 anos de estudo. Apresentam a menor homofilia de gênero dentre todos os grupos. Os jovens e os estudantes estão sobre-representados neste tipo de rede. Em geral, os indivíduos do grupo são não migrantes. O grupo inclui indivíduos sem religião, mas também outros que freqüentam templos, dentre os que têm religião. É mais incidente entre os segregados, e é muito mais presente na Cidade Tiradentes (onde entrevistamos mais jovens). Todas essas características devem ser consideradas com cautela, pelo pequeno número de casos.

O sociograma a seguir referente ao entrevistado 155 ilustra esse tipo de rede. Trata-se de um jovem morador de Cidade Tiradentes com 20 anos de idade, 10 anos de estudo e estudante. Afirma não ter religião e é nascido em

São Paulo. Sua rede tem 130 nós e 328 vínculos, 6 esferas diferentes e 5 contextos, mas apenas 11% dos indivíduos são de fora de Tiradentes. O índice de centralização é de 50% e o coeficiente de clusterização de 0,48. A rede inclui 51 2-clans e 42 3-clans.

Figura 3. Sociograma do entrevistado 155



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado.

Como podemos ver, trata-se de uma rede extensa e de estrutura complexa. O ego é marcado em um losango verde claro e as demais cores e formas designam esferas de sociabilidade: círculos azuis – família; quadrados vermelhos – vizinhança; triângulos pretos – lazer; quadrados roxos com sinal de mais – estudos; ampolhetas cinzentas - lazer e losangos verdes escuros - outros. Como podemos ver, uma ampla região de sua rede é ocupada pela esfera da família (à esquerda) com poucas conexões com o restante da rede exceto

o ego. As suas outras cinco esferas, diferentemente, se encontram substancialmente superpostas. À direita da rede de localiza uma região ocupada, sobretudo, por vizinhos, amigos e colegas de estudo e lazer. A centralidade medida pelo grau é grande (o ego tem muitos contatos diretos) e a centralização da rede é muito alta e uma grande parte da atividade passa pelo ego, embora vários dos agrupamentos existentes se conectem diretamente entre si.

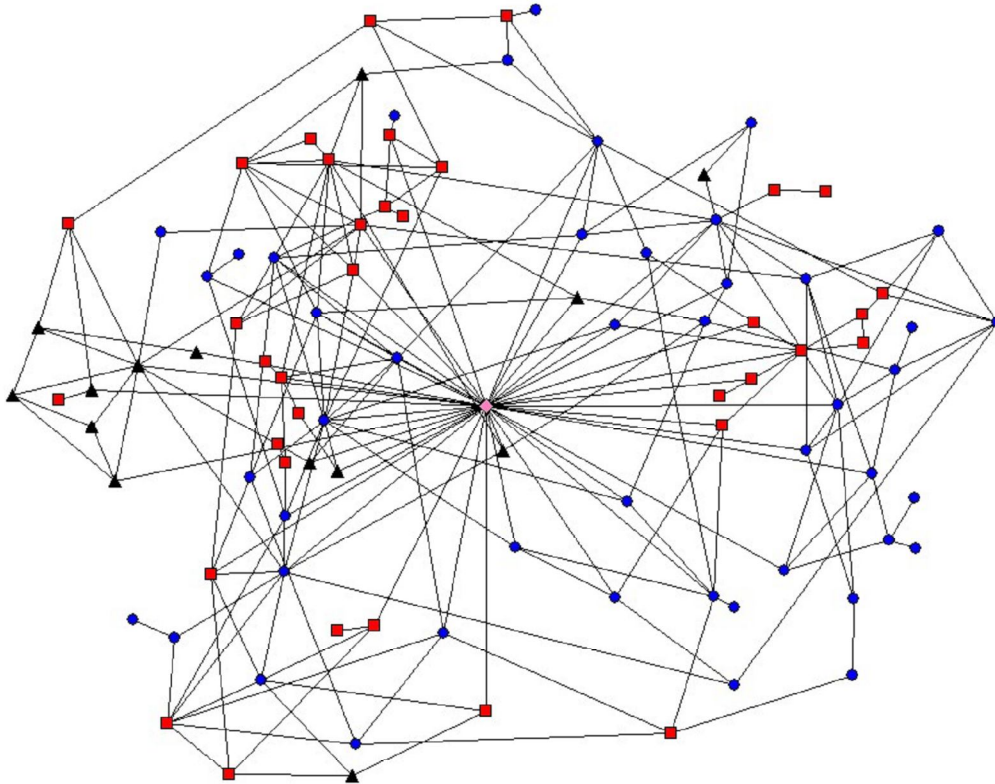
Tipo 2: Redes grandes e com egocentrada eficiente, sociabilidade pouco variada e alto localismo – 12 casos.

O tamanho das redes desse tipo é similar à média das redes de classe média, embora a clusterização, a inserção urbana e a variabilidade da sociabilidade sejam muito menores. As pessoas com redes do tipo 2 apresentam a mais alta renda per capita média do estudo (R\$ 325), mas como elevada variabilidade.⁴⁷ Os indivíduos desse tipo de rede apresentam idade média de 35 anos e escolaridade um pouco acima da média, em torno de 6,5 anos de estudo. A homofilia de gênero está dentre as mais altas entre os tipos de rede. Esse tipo de rede é mais incidente entre quem trabalha na comunidade e obteve o trabalho por rede. Os empregados sem carteira e pequenos proprietários estão sobre-representados. Os indivíduos tendem mais frequentemente a não ter religião do que no restante dos casos e a não serem migrantes. A precariedade familiar não está presente. Redes desse tipo são mais frequentes no Centro e em Tiradentes.

O exemplo desse tipo de rede é a entrevistada 47, moradora de um cortiço da área central. O sociograma da sua rede pode ser visto a seguir. Trata-se de uma mulher casada com 2 filhos e apenas 2 anos de estudo. É natural de São Paulo e trabalha como empregada doméstica sem registro, tendo renda de R\$ 130 per capita.

⁴⁷ O desvio-padrão é de R\$ 217 e há três casos com renda familiar per capita superior a R\$600 e cinco com renda inferior a R\$150.

Figura 4. Sociograma da entrevistada 47



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado.

A sua rede tem 97 nós e 218 vínculos, apenas 3 esferas e 3 contextos e 41% de indivíduos de fora do circuito dos cortiços. A rede é pouco centralizada (índice de 19%), apresenta coeficiente de clusterização muito baixo (0,27) e inclui 73 2-clans e 48 3-clans. O ego é marcado em um losango verde claro e as demais cores e formas designam esferas de sociabilidade: círculos azuis – família; quadrados vermelhos – vizinhança; triângulos pretos - amigos. Como se pode ver, a rede é menor do que a anterior, mas mesmo assim não apresenta uma estrutura simples.

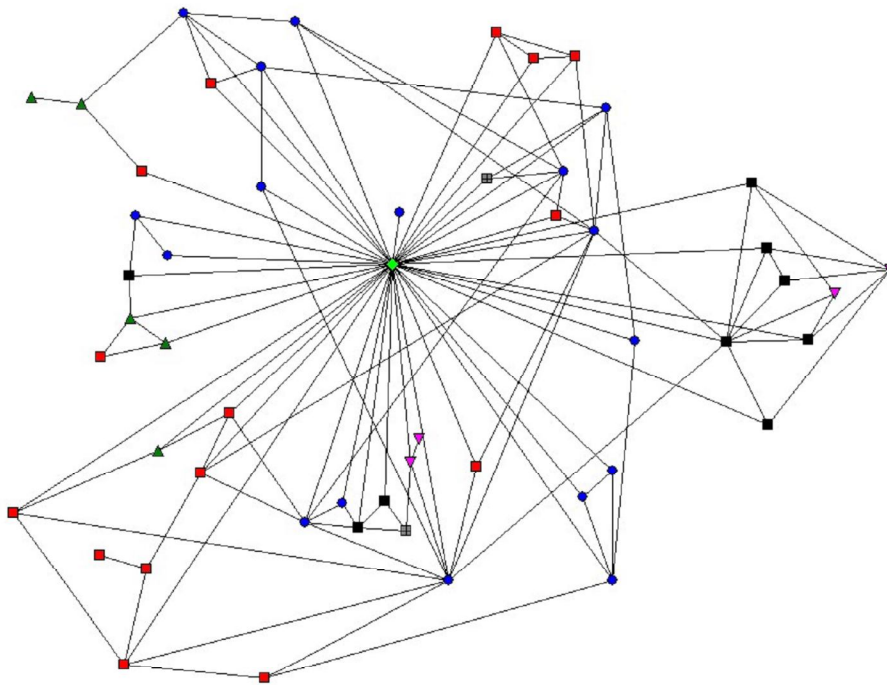
Considerando o pequeno número de casos desses dois primeiro grupos e as semelhanças de suas características, eles serão considerados conjuntamente na maior parte das análises que se segue.

Tipo 3: Redes médias com clusterização elevada e sociabilidade muito variada e baixo localismo – 41 casos.

É o segundo tipo mais freqüente e embora apresente tamanho muito inferior ao das redes de classe média, tem coeficiente de clusterização similar. As redes desse tipo são de pessoas com rendimento familiar per capita médio um pouco abaixo da média (R\$ 260, contra R\$ 290 do conjunto das redes) e as demais características são muito próximas à média do grupo estudado - idade de 36 anos e escolaridade 6,5 anos de estudo. Indivíduos com redes desse tipo têm empregos obtidos por rede mais freqüentemente do que os demais e os empregados sem carteira estão mais fortemente representados nesse grupo. Essas redes são muito mais freqüentes entre as mulheres do que entre os homens (76% e 24% contra 56% e 44% no conjunto dos entrevistados, respectivamente). Essas redes são mais freqüentes em Vila Nova Esperança.

O exemplo desse tipo de rede é apresentado no sociograma abaixo, relativo à entrevistada 60.

Figura 5. Sociograma da entrevistada 60



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado.

Trata-se de uma mulher de 38 anos migrada da Bahia há mais de 5 anos e moradora de Vila Nova Esperança. Ela trabalha como diarista em casas de família sem registro trabalhista, tem 8 anos de escolaridade e sua renda per capita é de R\$ 150. A rede tem 53 nós e 119 vínculos, 43% de indivíduos externos e 6 esferas e contextos de sociabilidade.

O ego é marcado por um losango verde claro e as demais cores e formas designam esferas de sociabilidade: círculos azuis – família; quadrados vermelhos – vizinhança; triângulos verde - associativismo; quadrados pretos – amizade; quadrados roxos com sinal de mais – estudos; triângulo invertido rosa - trabalho. Como podemos ver, a rede é ainda menor e mais simples do que a anterior. A sua estrutura é um pouco mais visível, com um grupo de amizade e trabalho à direita e outro bastante misto em termos de esferas à esquerda. Entretanto, a mais forte marca dessa rede em relação às anteriores é a sua elevada centralização (índice de centralização de 73%), ou seja o fato de muitos vínculos serem dependentes do ego. A clusterização é alta – 0,53 – mas não há muitos agrupamentos coesos – 11 2-clans e 8 3-clans. Como podemos ver, uma grande proporção do movimento relacional na rede passa pelo ego.

Tipo 4: Redes de médias para pequenas masculinas, com clusterização alta, variabilidade da sociabilidade média e baixo localismo – 59 casos.

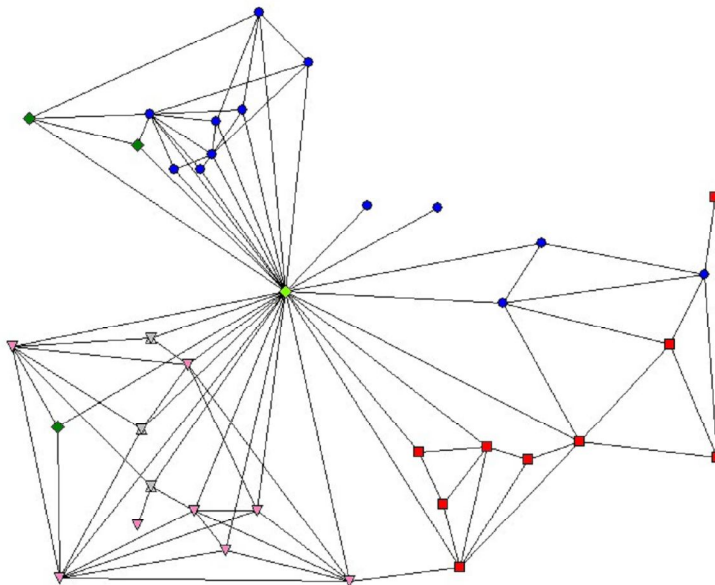
É o tipo de rede mais freqüente. Os indivíduos com redes desse tipo têm rendimento familiar médio per capita um pouco mais alto que os demais (R\$ 300), idade um pouco abaixo da média e 6,4 anos de estudo. A homofilia média é a mais alta dentre os tipos de rede e, ao contrário do tipo anterior, esse tipo é mais freqüente entre os homens do que entre as mulheres (58% nos primeiros e 42% nas segundas, quando as proporções na amostra estudada são de 44% contra 56%, respectivamente). Os evangélicos estão sobre-representados nesse tipo de rede e não ocorre precariedade familiar.

O exemplo desse tipo de rede é o entrevistado 52, cujo sociograma se segue. O entrevistado é um morador de cortiços nascido na Bahia, jovem (19 anos), casado e com dois filhos. Trabalha como ajudante em um estacionamento (com registro em carteira) e tem renda per capita de R\$115. Tem 5 anos de estudo e se diz evangélico, mas afirma nunca freqüentar

tempos. A sua rede tem 37 nós e 91 vínculos e 5 esferas e contextos. Cerca de 62% dos indivíduos da rede são externos ao circuito dos cortiços. O índice de centralização é de 70% e o coeficiente de clusterização 0,63. A rede apresenta apenas 7 2-clans e 4 3-clans.

O ego se encontra destacado em um losango verde claro e as demais cores e formas designam esferas de sociabilidade: círculos azuis – família; quadrados vermelhos – vizinhança; triângulos invertidos rosa – trabalho; ampulhetas cinzentas - lazer e losangos verdes escuros - outros. Como podemos ver, a rede é pequena, simples em termos de estrutura e muito centralizada em torno do ego. A sua regionalização segundo esferas de sociabilidade é nítida, com a família acima, a vizinhança à direita e abaixo e as esferas de trabalho e lazer interpenetradas abaixo à esquerda.

Figura 6. Sociograma do entrevistado 52



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado.

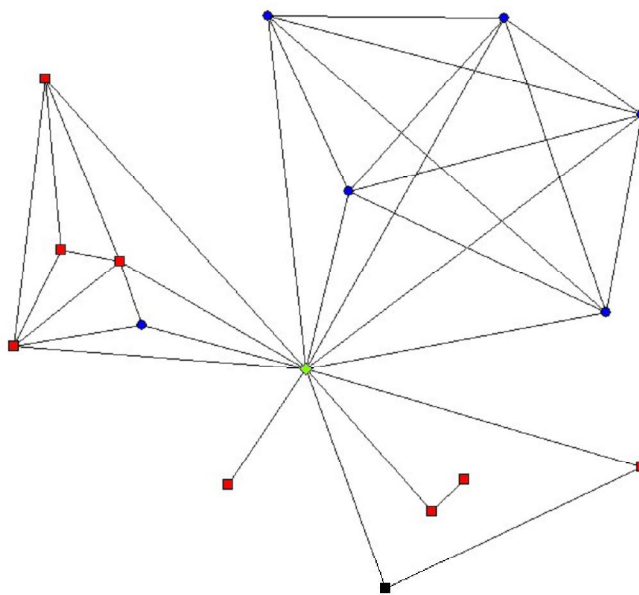
Tipo 5: Redes muito pequenas, com clusterização alta, baixa variabilidade da sociabilidade e baixo localismo – 32 casos.

O tipo de rede 5, por fim, é característico de indivíduos com idade média relativamente mais elevada (são os indivíduos mais velhos em termos

médios entre os tipos de redes) e escolaridade mais baixa (4,8 anos de estudo). A renda familiar per capita não é a mais baixa em termos médios, mas o desvio padrão do grupo é o mais elevado, sugerindo a existência de indivíduos com rendimentos muito distintos. Efetivamente, dentro desse grupo estão dois indivíduos com rendimento muito mais elevado do que os demais. Se esses fossem excluídos, a renda média seria de R\$212, a menor dentre todos os tipos de rede. Os indivíduos migrantes estão sobre-representados nesse grupo, assim como os conterrâneos (13,8%, quase o dobro da média geral - 8,1%). É o tipo com maior incidência de pessoas sem religião, aposentados e autônomos. É o tipo de rede menos incidente em locais segregados e é sobre-representado em quem não é segregado, em especial em Paraisópolis. A maior parte dos indivíduos com muitos conterrâneos citados na seção 3 do capítulo anterior se situa neste grupo.

O exemplo nesse caso é a entrevistada 142, moradora de Paraisópolis, apresentado a seguir.

Figura 7. Sociograma da entrevistada 142



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado.

Trata-se de uma mulher de 64 anos nascida na Bahia, sem companheiro e que vive sozinha. É analfabeta, já se aposentou e se diz católica, embora

praticamente nunca freqüente templos. Trabalhava como empregada doméstica mas nunca teve registro, então atualmente não trabalha, mas tampouco conseguiu se aposentar. Mora em um barraco muito precário e não tem renda.

A sua rede tem apenas 16 nós e 33 vínculos, 3 esferas e 4 contextos. Em grande parte como efeito do tamanho, é altamente clusterizada (0,59) e centralizada (67%), mas inclui apenas 3 2-clans e 2 3-clans. O ego se encontra destacado em um losango verde claro e as demais cores e formas designam esferas de sociabilidade: círculos azuis – família; quadrados vermelhos – vizinhança e quadrado preto - amizade. Como se pode ver, a rede é muito pequena e extremamente simples. Acima e à direita do ego se situa um grupo da esfera familiar completamente conectado e à esquerda e abaixo outros dois grupos baseados em vizinhança também se apresentam muito conectados.

Por fim, podemos analisar a distribuição dos tipos de redes pelos locais pesquisados. A Tabela 4 apresenta a incidência relativa nos campos. Como se pode ver, o Jaguaré e os cortiços incluem principalmente redes dos tipos 4, 3 e 5, enquanto Taboão aloja principalmente redes de tipo 3, 4 e 5, e Paraisópolis dos tipos 5, 3 e 4. A Cidade Tiradentes é o único local com incidência concentrada de um tipo – o 4 – e com o restante das redes distribuído pelos demais tipos de rede. Menos do que a incidência específica dos tipos, a evidência da tabela chama a atenção para a dispersão dos tipos de redes por locais e situações de segregação.

Tabela 4. Incidência dos tipos de rede por local (%)

Local	Tipos de redes				Total
	1 e 2	3	4	5	
Centro	14	28	34	24	100
Jaguaré	10	23	50	17	100
Paraisópolis	6	29	29	36	100
Vila Nova Esperança	3	44	40	13	100
Cidade Tiradentes	26	13	44	17	100
Total	12	27	40	21	100

Fonte: Cálculo próprio a partir de material empírico coletado.

2. Os tipos de sociabilidade

Exploremos agora os cenários de sociabilidade presentes nas redes. Para explorar essa dimensão, submeti as proporções de indivíduos nas várias esferas de sociabilidade a uma análise de cluster, incluindo todas as 9 esferas consideradas e utilizando o algoritmo K-means do Software Spss 13.0. O resultado que melhor se ajustou aos dados inclui 6 grupos de indivíduos com sociabilidades distintas. A tabela a seguir apresenta as proporções médias das esferas para cada grupo, assim como os seus respectivos números de casos, já incluindo nomes dos grupos considerando a minha interpretação dos dados. As categorias hachuradas representam, em cada caso, entre 80 e 88% da sociabilidade dos indivíduos. A última coluna apresenta a sociabilidade média do grupo de classe média, que não foi utilizada na construção dos grupos pela análise de cluster, e foi incluída na tabela apenas para comparação.

Tabela 5. Tipos de sociabilidade por esferas de sociabilidade

Esferas	Tipos de sociabilidade (%)						Classe média (%)
	família, e muita vizinhança	muita família e vizinhança	família, vizinhança e amizade	família, vizinhança e igreja	família, vizinhança e trabalho	família, trabalho e associação	
família	25	64	35	28	37	36	34
vizinhança	57	23	25	22	23	5	5
amizade	3	3	25	2	2	3	14
trabalho	3	3	4	7	28	11	26
lazer	3	1	4	1	3	1	6
igreja	3	4	0	32	2	6	1
associação	2	-	1	0	1	33	1
estudos	3	2	3	5	3	5	10
outros	1	-	2	3	1	-	1
No de casos	45	38	23	15	22	7	30

Fonte: Cálculo próprio a partir de material empírico coletado.

Os dois primeiros tipos de sociabilidade são baseados principalmente em vínculos primários e/ou locais. No terceiro tipo temos, além da sociabilidade anterior, a participação da esfera de amizades, que pode ou não ser local, mas que também tende a ser marcada pela homofilia. Nos demais tipos de sociabilidade, temos a presença forte de relações construídas em ambientes institucionais ou organizacionais. Embora isso seja apenas uma hipótese de trabalho, é provável que a sociabilidade baseada nesse tipo de

esfera leve a padrões de contatos de menor homofilia e maior heterogeneidade. Isso porque esses tipos de ambiente são mais fortemente baseados em escolhas do que os contatos familiares, de vizinhança e de amizade, mais provavelmente influenciados pelos efeitos de baseline homofily discutidos no primeiro capítulo.

A sociabilidade de classe média, diferentemente, se concentra principalmente nas esferas da família e do trabalho e, em um patamar mais baixo, da amizade e dos estudos. A presença de vizinhança nas redes de classe média é, em média, muito baixa, se igualando ao grupo de redes de pobres com menor presença de vizinhos.

Observemos mais detidamente os tipos de sociabilidade dos indivíduos, incluindo alguns exemplos para concretizar as situações delimitadas.

Grupo 1 – sociabilidade baseada em família e muita vizinhança – 45 indivíduos.

Os indivíduos com sociabilidade de tipo 1 tinham escolaridade média de 5,6 anos de estudo e rendimento familiar per capita médio relativamente baixo – R\$ 208. O grupo era levemente mais masculino e os indivíduos eram majoritariamente migrantes. Os empregados com carteira eram pouco presentes, ao contrário dos empregados sem carteira. Os indivíduos tendiam a trabalhar na própria comunidade e as redes incluíam mais pessoas do local de moradia do que a média. A maior parte dos indivíduos com essa sociabilidade era católica e não freqüentava associações. A presença de precariedade familiar das pessoas desse tipo de sociabilidade era menor do que no conjunto dos indivíduos pobres, mas pessoas desse grupo tendiam a estar mais submetidas à precariedade habitacional, assim como à precariedade do trabalho.

A sociabilidade desse tipo é exemplificada pelo entrevistado 9. Trata-se de um morador do Jaguaré de 34 anos. O entrevistado chegou a São Paulo há oito anos junto com sua esposa, ambos provenientes da cidade de São Miguel dos Campos (AL), onde nasceu e onde ainda mora a maior parte da sua família. Há seis meses, abriu uma loja “de variedades” no Jaguaré (em que vende brinquedos, CD, doces etc.) na parte frontal da casa onde mora com a esposa e seus dois filhos. Anteriormente, tinha trabalhado como faxineiro e como garçom. Declarou uma renda familiar mensal de R\$700, sendo que a

sua mulher não trabalha. Manifestou ser católico, mas não praticante, e chegou a concluir a 5ª série.

Para se divertir, o entrevistado visita casa de parentes que moram perto, vai a uma casa de shows freqüentada por migrantes do Nordeste no bairro do Limão e visita amigos conterrâneos em outros bairros.

Suas principais esferas são a vizinhança (41,3%) e a família (40%) e 28% dos nós de sua rede eram de fora da comunidade.

Grupo 2 – sociabilidade baseada em muita família e vizinhança – 38 indivíduos.

Esses indivíduos tendiam a ter escolaridade e renda muito baixas - 4,5 anos de estudo e R\$ 240. O grupo era constituído predominantemente mulheres e indivíduos migrantes, cujas redes incluíam uma quantidade bastante grande de conterrâneos (16%, contra 8% da média geral). As trajetórias reportadas nas entrevistas indicam a existência de vários indivíduos que migraram diversas vezes entre São Paulo e suas cidades de origem. Os indivíduos desse grupo não freqüentavam associações e o número de esferas era de um pouco abaixo da média do conjunto dos indivíduos pobres - 3,2. A presença de precariedade familiar era maior do que a média.

O exemplo é a entrevistada 133, uma migrante baiana de 62 anos de idade. A entrevistada mora em São Paulo há 20 anos. Antes de morar em Paraisópolis ela morava nas imediações da Águas Espraiadas, mas assim que a obra da avenida começou, ela se mudou para Paraisópolis (há mais de dez anos). Ela casou-se em 1961 com um homem que conheceu em sua cidade natal e com quem teve oito filhos. Quando veio para São Paulo já estava separada.

Atualmente ela mora com um dos filhos, e uma das filhas mora no segundo andar de sua casa. Há cinco anos ela tem uma vendinha na frente da casa, mas anteriormente trabalhava como doméstica. Ela não estudou, pois foi proibida pelo marido. A renda familiar é composta pelos rendimentos da vendinha e pelos bicos do filho, o que corresponde aproximadamente a R\$ 300 per capita. Ela tem dois irmãos morando na Bahia com os quais tem contato apenas raramente. Seus contatos freqüentes são com os vizinhos que moram ao lado e na casa da frente. Apesar de se autodenominar católica, disse que nunca vai à igreja (foi apenas uma vez desde que mora no bairro).

Ela não possui uma esfera de lazer, afirmando que fica em casa e assiste TV nos momentos livres. As esferas mais importantes são a família (53,3%) e a vizinhança (40%), e apenas 20% dos nós eram de fora da comunidade.

Grupo 3 - Sociabilidade baseada em família, vizinhança e amizade - 23 indivíduos.

Os indivíduos com esse padrão de sociabilidade tinham a segunda escolaridade mais elevada dentre todos os grupos (8 anos de estudo), mas rendimento familiar per capita médio relativamente pequeno (R\$ 280). Dentre os 23 membros do grupo, 3 eram desempregados com ensino médio e outros dois donas de casa com ensino médio completo.

Os indivíduos do grupo tendiam a trabalhar mais frequentemente na comunidade e a incluir menos pessoas externas ao local de moradia. Em termos etários, esses indivíduos tendiam a ser mais novos (27 anos) do que a média dos indivíduos pobres (36 anos) e, em sua grande maioria (87%), tinham nascido em São Paulo. Conseqüentemente, as redes incluíam relativamente poucos conterrâneos. A concentração na esfera da amizade é o dobro da verificada no caso da classe média.

Como exemplo deste grupo, apresento a sociabilidade da entrevistada 140, uma mulher de 37 anos nascida em São Paulo e moradora de Paraisópolis. Trabalha há um mês como auxiliar de serviços gerais na associação de moradores, indicada pela mãe, uma das diretoras, recebendo R\$350 por mês sem registro em carteira. A entrevistada separou-se do marido e mora com os pais, seus dois filhos e um irmão. Tem o 2º grau completo e trabalhou um ano e nove meses numa empresa prestadora de serviços de limpeza, da qual foi demitida há 3 meses. Sua família reside há 10 anos no Grotão, uma das piores áreas da favela, e suas relações são predominantemente posteriores à chegada à favela, mantendo poucos contatos externos com as amigas de seu antigo trabalho. Apenas 30% dos nós de sua rede são externos à favela e suas esferas mais relevantes são as da família (41,8%), das amizades (36,4%) e da vizinhança (12,7%).

Grupo 4 – sociabilidade baseada em família, vizinhança e igreja – 15 indivíduos.

As pessoas desse grupo tinham escolaridade média (6,5 anos) e rendimento familiar per capita médio entre médio e baixo R\$ 370. O grupo incluía migrantes na proporção média do universo, mas praticamente não incluía conterrâneos (3,2%), sugerindo uma dissolução de vínculos mais elevada do que a média. Assim como no grupo anterior, os empregados com carteira estavam sobre-representados e as redes incluíam muito mais indivíduos externos ao local de moradia do que a média (52% contra 37%). Naturalmente, quem frequenta igreja estava muito sobre-representado no grupo e, tanto quem se autodenominava evangélicos quanto católico era sobre-representados no grupo. Os indivíduos com essa sociabilidade tendiam a estar menos submetidos à precariedade de renda e habitacional do que a média dos entrevistados. Os números de esferas e contextos eram elevados - 4,6 e 5,3, respectivamente.

Exemplifico esse grupo com o caso da entrevistada 164, de Tiradentes. Trata-se de uma alagoana de 43 anos chegada há 22 anos em São Paulo. Há 14 anos vive em Cidade Tiradentes, tendo antes morado no bairro da Liberdade, no Centro, na casa da cunhada. É casada e tem 3 filhos, vivendo com o marido e um deles. Os demais moram em conjuntos habitacionais vizinhos e seus irmãos vivem em outros locais. Disse ser dona de casa, mas considera-se desempregada - está procurando trabalho 'no que aparecer'. Trabalhou anteriormente durante 10 anos como empregada doméstica, sem carteira assinada, e 4 anos como camareira em um hotel de alto padrão com carteira assinada. A renda familiar é de R\$ 900,00, resultando em uma renda familiar mensal per capita de R\$ 300.

É evangélica e frequenta a Igreja Assembléia de Deus, 5 vezes por semana. Seu lazer resume-se a buscar o neto na casa de um filho e ir à igreja, onde tem vários amigos. As esferas mais relevantes eram a da família (41,2%), a da vizinhança (3,9%) e da igreja (52,9%), sendo que 29,4% dos nós eram externos à comunidade.

Grupo 5 – sociabilidade baseada em família, vizinhança e trabalho – 22.

Os indivíduos com essa sociabilidade tendiam a ter escolaridade alta para o grupo social estudado, alcançando 6,6 anos de estudo, assim como renda familiar per capita média relativamente alta - R\$ 455, em média. O grupo concentrava especialmente indivíduos empregados com carteira assinada em empregos relativamente antigos e que trabalham fora da comunidade. Naturalmente, a presença de precariedade do trabalho e de rendimento é menor nesse grupo do que na média dos entrevistados. As redes incluíam muito mais indivíduos externos ao local de moradia do que a média (54,8% contra 37) e tinham menos migrantes e muito menos conterrâneos do que a média (apenas 2,5%). Os indivíduos que freqüentavam associações estavam sobre-representados nesse grupo e os números de esferas de sociabilidade e contextos diferentes eram elevados - 4,2 e 4,6 - respectivamente. Nesse caso, a proporção da sociabilidade na esfera do trabalho era similar à encontrada nas redes de classe média.

O entrevistado 70, morador de Vila Nova Esperança, é o exemplo desse grupo. Tem 60 anos e nasceu no interior de São Paulo, na zona rural, de pais lavradores. Migrou para São Paulo com 10 anos apenas com a mãe. Teve 6 irmãos (4 mulheres e 2 homens) e todos vivem em bairros próximos de São Paulo. É separado há 10 anos e tem 2 filhos, ambos casados, sendo que um deles já tem dois filhos. Conheceu a ex-mulher na casa do irmão e veio do bairro vizinho para a comunidade há 8 anos comprando a casa diretamente de um dos ocupantes originais. Atualmente, mora sozinho.

Trabalha como vendedor autônomo de vassouras há 2 anos, para uma fábrica localizada em Santo Amaro. Entretanto, raramente vai lá e faz os pedidos por telefone. Antes trabalhou para outra empresa da mesma forma por 16 anos e antes ainda foi porteiro de prédio por 15 anos e metalúrgico. Tem renda mensal de R\$ 450 e segundo grau completo. Sua sociabilidade era organizada pelas esferas da família (41,1%) da vizinhança (31,2%) e do trabalho (17,7%) e havia 56,9% de nós externos à comunidade, sendo esta uma das redes de mais baixo localismo encontradas entre os indivíduos em situação de pobreza.

Grupo 6 – sociabilidade baseada em família e associação – 7 casos.

Esse era o menor grupo, com apenas 7 indivíduos. A sua escolaridade média era a mais elevada de todos - 9,9 anos - superando inclusive o fundamental completo. Os rendimentos familiares per capita médios também não eram baixos e alcançavam R\$ 430 em média. As redes dos indivíduos com essa sociabilidade eram as únicas com homofilia de gênero bem abaixo da média – 54% contra média de 62%. A presença de conterrâneos nas redes era bastante baixa (3%). Quem trabalhava fora da comunidade estava sub-representado no grupo e o localismo era mais elevado (apenas 27% dos indivíduos eram de fora). Evidentemente, quem freqüentava associação estava sobre-representado dentre os indivíduos com essa sociabilidade.

O exemplo dessa sociabilidade era o entrevistado 131, morador de Paraisópolis de 39 anos e nascido no Recife. Seu pai veio primeiro e depois veio o restante da família, há 36 anos. Seus pais já faleceram e o entrevistado tem 2 irmãs vivas, mas que não moram na favela.

É casado há 13 anos e tem 2 filhos. Tem ensino médio completo e é um dos diretores de uma das associações de moradores da favela. Além disso, é cabeleireiro, tendo o próprio salão no bairro há 21 anos. Sua esposa trabalha como doméstica no Morumbi. A renda familiar é de R\$1.500,00 e resulta em uma renda per capita de R\$ 375. Já trabalhou no estádio do Morumbi tomando conta de carros, como empregado em casa de família no Morumbi e em um salão de um amigo do pai. Logo depois que fez um curso de cabeleireiro em colégio particular da região, abriu o seu próprio salão. É evangélico e freqüenta a igreja todos os dias com a família.

As esferas mais importantes são a família (38,7%) e a associativa (27,8%), seguidas do trabalho e da igreja com 10,7 e 16%, respectivamente. Tem apenas 12,9% de contatos externos.

Mas de que forma os tipos de sociabilidade distintos incidiam sobre os locais estudados? Uma evidência nessa direção seria mais uma informação importante para avaliarmos a relação entre a segregação social no espaço e as redes. A distribuição dos tipos de sociabilidade pelas áreas é apresentada na tabela a seguir.

Como se pode ver, os indivíduos com família e muita vizinhança estão sobre-representados no Jaguaré e no Centro e sub-representados em Paraisópolis e na Cidade Tiradentes. O grupo 2 está muito mais presente em Paraisópolis e no Centro e sub-representado na Vila Nova Esperança e em Tiradentes. Como podemos ver, o grupo 3 está sobre-representado no Paraisópolis, na Vila Nova Esperança e na Cidade Tiradentes sendo inexistente no Centro. Os grupos de sociabilidade mais local e primária, portanto, estão mais representados em Paraisópolis (84%), no Jaguaré (83%) e menos presentes em Tiradentes (57%) e na Vila Nova Esperança (60%), se localizando em patamar um pouco mais alto no Centro (69%).

Tabela 6. Presença relativa dos grupos de sociabilidade nos locais (%)

Local	Tipos de sociabilidade						Total
	fam. e muita viz.	muita fam. e viz.	fam., viz. e amizade	fam., viz. e igreja	fam., viz. e trabalho	fam. e associação	
Centro	38	31	-	3	24	3	100,0
Jaguaré	50	20	13	3	10	3	100,0
Paraisópolis	19	42	23	-	7	10	100,0
Vila Nova Esperança	23	17	20,0	23	17	-	100,0
Cidade Tiradentes	20	17	20	20	17	7	100,0
Total	30	25	15	10	15	5	100,0

Fonte: Cálculo próprio a partir de material empírico coletado.

A sociabilidade de tipo 4, com presença da igreja, por outro lado, está muito presente na Vila Nova Esperança e em Tiradentes. Os indivíduos com uma parte importante de sua sociabilidade associada ao trabalho estão mais presentes no Centro e sub-representados em Paraisópolis e no Jaguaré. O sexto tipo de sociabilidade, por fim, está mais presente em Paraisópolis, embora o número de casos desse grupo seja muito pequeno. Os tipos de sociabilidade menos local, menos primária e mais associado a ambientes institucionais e organizacionais, portanto, estão mais presentes em Tiradentes (44%) e na Vila Nova Jaguaré (40%) e menos presente no Jaguaré (16%) e em Paraisópolis (17%), ficando nos cortiços do centro em nível intermediário (30%).

Assim, embora não existam padrões de distribuição por área, há um evidente concentração das sociabilidades menos locais e primárias em locais mais segregados, o que é bastante contraintuitivo. Se considerarmos Vila Nova

Esperança e Tiradentes como segregados contra os restantes, as diferenças das proporções das sociabilidades mais ou menos primárias são significativas a 95,9% de confiabilidade (estatística F igual a 10,1). O efeito, portanto, parece ser o contrário do imaginado a partir da idéia do isolamento provocado pela segregação, e está em consonância com as informações destacadas ao final do capítulo anterior a respeito da relação entre segregação e redes.

3. Comparando os tipos de redes e de sociabilidade

Como já dispomos das duas classificações, podemos discuti-las conjuntamente, de forma a especificar os padrões de relação nas redes estudadas. O cruzamento das classificações é apresentado na tabela 7 a seguir.

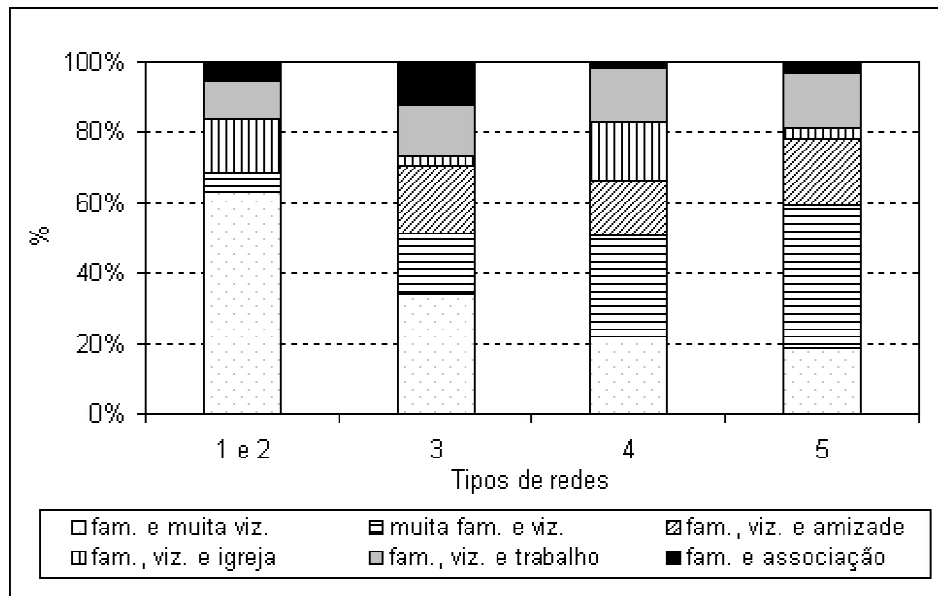
Tabela 7. Cruzamento das tipologias de redes e sociabilidade

Tipos de sociabilidade	Tipos de redes				
	1 e 2	3	4	5	total
fam. e muita viz.	12	14	13	6	45
muita fam. e viz.	1	7	17	13	38
fam., viz. e amizade	0	8	9	6	23
fam., viz. e igreja	3	1	10	1	15
fam., viz. e trabalho	2	6	9	5	22
fam. e associação	0	5	1	1	7
total	18	41	59	32	150

Fonte: Cálculo próprio a partir de material empírico coletado.

Em uma primeira observação, a incidência das redes na sociabilidade repete o padrão anterior de heterogeneidade já discutido em Capítulo 3. Por outro lado, também em uma primeira observação, os tipos de redes e de sociabilidades mais incidentes aparecem com mais força em quase todas as situações, tornando a informação muito influenciada pelos tamanhos diferenciados dos tipos de redes e de sociabilidade. Trabalhei então as informações a partir de sua participação relativa, com os resultados apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 1. Incidência das sociabilidades nos tipos de rede



Fonte: Cálculo próprio a partir de material empírico coletado.

Como podemos ver, a sociabilidade nas redes de maior tamanho (1 e 2) é baseada em família e vizinhança em cerca de 70% dos contatos.⁴⁸ As menores dentre as redes estudadas (tipo 5) também apresentam variabilidade das esferas de sociabilidade, mas as esferas amplamente predominantes são as da família e da vizinhança, a exemplo das de maior tamanho. As redes de tamanho mediano (3 e 4) também apresentam uma grande variabilidade de esferas e também nelas a família e a vizinhança apresentam importância (cerca de 50%), mas as demais esferas apresentam uma proporção igualmente importante da sua sociabilidade. Nessas redes, trabalho, igreja e associações representam algo como 30% da sociabilidade.

Assim, as redes dos tipos 3, 4 e 5 apresentam maior variabilidade da sociabilidade, mas na última ocorre também uma predominância de esferas baseadas em vínculos primários e locais (cerca de 60%). As redes dos tipos 1 e 2, por outro lado, não apresentam grande variabilidade e têm em sua sociabilidade especialmente a presença de esferas baseadas em vínculos primários e locais.

Vale recordar que, como vimos no início deste capítulo as redes apresentam indicadores decrescentes de localismo à medida que avançamos

⁴⁸ Essas informações devem ser consideradas com cautela, visto que o número de casos desses tipos de rede é muito pequeno.

das redes de tipo 1 às de tipo 5. Apenas para recuperarmos a informação nesse ponto do texto, a tabela 8 a seguir apresenta as principais variáveis de mensuração do fenômeno utilizadas.

A tabela nos lembra que as redes 1 e 2 tendem a ser as mais locais e as redes dos tipos 3 e 4 as menos locais. Se acrescentarmos essa informação às anteriores, chegamos à conclusão de que as redes que proporcionam primordialmente inserções sociais em circuitos não locais e não primários, e apresentam ao mesmo tempo extensão e coesão significativas são as redes médias, em especial as de tipo 3 e 4. Em oposição, as redes com menor variabilidade da sociabilidade e maior localismo são as redes 1 e 2, embora tenham tamanho grande.

Tabela 8. Localismo e inserção urbana dos grupos

Indicador	Tipos de redes			
	1 e 2	3	4	5
Proporção média nas redes de indivíduos de fora	27,4	37,4	40,5	35,4
Índice E-I de local médio nas redes	-0,37	-0,21	-0,17	-0,10
Proporção média dos indivíduos nas redes que trabalham fora	22,0	40,7	53,0	53,0

Mas quais são as características dos indivíduos com redes e sociabilidades desses tipos? A observação das informações dos casos sugere regularidades interessantes, apontando ao menos para as quatro situações descritas a seguir.

Em primeiro lugar, temos as redes grandes, mas com sociabilidade local e primária (redes 1 ou 2 associadas a sociabilidades 1 ou 2). Os indivíduos com esses padrões relacionais tendem a ser bem jovens (média de 30 anos e 54% com menos de 21 anos), são em sua maioria solteiros e apresentam escolaridade alta, considerando o grupo social em análise (6,9 anos de estudo em média). A maior parte deles é migrante, embora haja uma presença elevada de naturais de São Paulo (46%). O grupo é escassamente inserido no mercado de trabalho, sendo 31% estudantes, 15% donas de casa e 15% desempregados. Dentre os empregados, a grande maioria trabalha na comunidade (80%), exceto pelos 15% que trabalham como empregados

domésticos sem carteira. A sua localização tende a incidir mais fortemente sobre locais não segregados (58%).

No outro extremo, temos a situação das redes muito pequenas com sociabilidade local e primária (tipo 5 com sociabilidade 1 ou 2). Nesse caso, o que chama a atenção nas características médias dos indivíduos é a idade elevada (51 anos em média, com 37% acima de 60 anos e nenhum jovem), assim como a sua baixíssima escolaridade (2,9 anos de estudo em média). Os homens tendem a ser predominantes (53%, sobre-representados em 10% em relação à sua participação na amostra). São todos migrantes, a maioria com companheiros em relações relativamente antigas e elevada presença de conterrâneos (20%). A inserção no mercado de trabalho é precária – 21% de desempregados, 37% de autônomos e 26% de donas de casa e aposentados. Apenas 15% habitam locais segregados.

Em situação intermediária se encontram duas situações relacionais envolvendo redes de tamanho médio. A primeira delas inclui indivíduos com redes médias e sociabilidade primária e local (redes 3 ou 4 e sociabilidade 1 ou 2). Trata-se nesse caso de jovens adultos (34 anos em média, 27% dos indivíduos abaixo de 21 anos de idade e nenhum idoso), com escolaridade média (5,4 anos de estudo). Há uma presença elevada de migrantes (76%), muitos deles antigos (64%) e com alguns conterrâneos nas redes (8,9%). Os indivíduos com esse padrão relacional tendem a ser casados e a morar em locais não segregados. A inserção no mercado é marcada pela presença elevada de autônomos (20%), proprietários (14%) e desempregados (10%), havendo também muitas donas de casa (20%) e alguns estudantes (8%). Dentre os que trabalham, a maioria trabalha no próprio local de moradia.

Por fim, temos uma outra situação intermediária, mas com inserção social mais ampla – redes médias com sociabilidade pouco local e construída em ambientes organizacionais e institucionais - no trabalho, na igreja e em associações (redes 3 ou 4 e sociabilidade de 4 a 6). Os indivíduos com essa situação tendem a ser adultos (38 anos, apenas 12% com idade menor do que 21 anos e 6% com idade superior a 60 anos) com escolaridade alta (7,2 anos). São levemente mais solteiros (65%) e migrantes (66%), inclusive antigos (47%). Tendem a morar mais frequentemente em locais segregados (59%). A sua inserção no mercado é a melhor dentre as condições analisadas – incluindo

empregados com carteira (41%), mas também autônomos (19%) e empregados sem carteira (16%). Esses indivíduos tendem com alguma frequência a trabalhar fora da comunidade (44%).

Sumarizando os achados desse capítulo, portanto, é possível afirmar que embora as redes de indivíduos em situação de pobreza sejam menores, mais locais e menos variadas do que as de indivíduos de classe média, também apresentam grande heterogeneidade em suas características no seu grande localismo e no que diz respeito às esferas de sociabilidade em que estão inseridas. Para alguns indivíduos, a presença de esferas de sociabilidade que correspondem a ambientes institucionais é até mesmo similar à das redes de classe média. O cruzamento desses dois tipos de heterogeneidade introduz novos elementos de complexidade, embora sugira alguns padrões importantes. Assim, embora haja redes grandes e coesas com padrão muito local e sociabilidade baseada em vínculos primários, também é possível observar a existência de redes de tamanho médio com baixo localismo, sociabilidade bastante variada e baseada em ambientes institucionais e organizacionais. Além disso, foi possível observar regularidades nas características sociais dos indivíduos com os padrões relacionais mais importantes.

Como veremos no capítulo que se segue, a presença desses padrões relacionais pode ter importantes conseqüências para os indivíduos em situação de pobreza.

Capítulo 5. Explorando as conseqüências sociais das redes

Após termos analisado as características das redes pessoais de indivíduos em situação de pobreza, os processos que as influenciam, a sua variação e os contextos de sociabilidade em que se encontram inseridas, investigarei nesse capítulo as principais conseqüências das redes para a situação social dos indivíduos.⁴⁹

Uma dimensão importante presente nesse capítulo diz respeito às causalidades entre processos. A relação entre as redes e os processos analisados é evidentemente biunívoca, ou seja, as redes tanto são influenciadas pelos processos (como vimos no Capítulo 3) como os influenciam (conforme veremos a seguir). Por outro lado, como vimos no final do capítulo anterior, diversas características sociais se encontram associadas com os padrões relacionais, tornando o estabelecimento de direções causais muito difícil. Assim, a distinção que estabeleço é apenas analítica e, em termos ontológicos, tanto atributos individuais quanto redes se produzem e influenciam mutuamente. Tendo isso em mente, a análise desenvolvida no capítulo tem por objetivo especificar o lugar da sociabilidade e das redes de relações nos processos de produção e reprodução da pobreza e das condições sociais.

Serão analisadas as associações entre os padrões de relação e sociabilidade e a obtenção de trabalho em geral, de trabalho com alguma proteção, com a precariedade social já destacada em capítulos anteriores e com os rendimentos monetários. As investigações incluem análises univariadas e multivariadas utilizando técnicas diversas. As dimensões do trabalho e do

⁴⁹ Este capítulo contou com a inestimável ajuda de Edgar Fusaro na sugestão e revisão das análises estatísticas realizadas, a quem agradeço sinceramente.

rendimento representam os elementos mais comumente associados pela literatura à pobreza, enquanto a precariedade estabelece uma medida síntese das condições negativas, tentando apontar para as situações mais precárias dentre os mais pobres. Pelas razões já explicitadas, em nenhuma das análises os indivíduos de classe média foram incluídos.

1. Emprego

Como já vimos anteriormente, grande parte dos indivíduos empregados obtiveram trabalho por contatos de redes (77%), sendo que mesmo a menor participação das redes como origem de vagas de emprego explica a grande maioria dos empregados - 63% no Jaguaré. Entretanto, quais são as principais conseqüências das redes dos indivíduos para os seus empregos e até que ponto esse efeito não pode ser creditado a outras variáveis consideradas tradicionalmente pela literatura? No teste que se segue utilizei as dimensões das redes discutidas no Capítulo 3, e incluí como “com trabalho” os indivíduos empregados com e sem carteira, (domésticos ou não), assim como os pequenos proprietários.⁵⁰ Dadas as características das atividades declaradas como trabalho autônomo, considerei esses casos como representando desemprego oculto, somando-os ao desemprego na conformação dos “sem emprego”.⁵¹ Os indivíduos com trabalho totalizavam 62 (58% dos entrevistados).

Primeiramente, para avaliar a associação entre a condição “ter emprego” e as cinco dimensões das redes, procedi a testes de análise de variância separadamente. Os resultados indicam que a eficiência das redes egocentradas, a variabilidade da sociabilidade dos indivíduos e, com menor confiabilidade, o tamanho das redes,⁵² têm todos efeitos positivos e significativos considerando-se um nível de significância de 10%. Os dados indicam que as pessoas com trabalho têm, em média, 62 nós em suas redes, tamanho eficiente de 20,9 e 4,3 esferas, contra 45 nós, tamanho de 15,7 e 3,5

⁵⁰ Rigorosamente, portanto, não se trata de emprego, visto que os proprietários também estão incluídos nessa condição, mas considerei que organizada dessa forma a variável descreveria melhor a condição que gera efeitos sobre a pobreza.

⁵¹ Apenas como exemplos dos tipos de ocupação, estavam incluídos 8 vendedores ambulantes, 2 ajudantes de florista ocasionais, 3 carregadores de entulho ocasionais e 2 catadores de papel e latas de alumínio.

⁵² Respectivamente com Estatística F igual a 12,0 e p-value de 0,000, estatística F igual a 11,9 e p-value de 0,000 e estatística F igual a 3,0 e p-value de 0,087

esferas dos indivíduos sem emprego. As dimensões do localismo e de coesão não apresentam associação com a condição de emprego.

Para explorar o efeito dos tipos de rede e sociabilidade, construí um conjunto de tabelas cruzadas submetidas a testes estatísticos de variáveis nominais. No que diz respeito ao tipo de rede, os dados sugerem que não existe relação direta entre tipos de rede e estar empregado. No que diz respeito à sociabilidade, os indivíduos que têm sociabilidade do tipo 5, ligado à família e ao trabalho, têm maior probabilidade de estarem empregados do que os demais (significativo a 95% de significância). Na verdade, a causalidade neste caso não é nem um pouco clara, visto que é razoável imaginar que quem tem sociabilidade intensa ligada ao trabalho tem ou teve trabalho em período relativamente recente. Essa é a única sociabilidade que apresenta significância individualmente, mas os indivíduos que têm sociabilidades ligadas a ambientes institucionais – igreja, trabalho e associações (4 a 6) – também tendem a estar significativamente mais empregados do que os que têm sociabilidade mais local e primária (1 a 3).

Para analisar o efeito conjunto das condicionantes sociais e relacionais, dado que o número de casos não era muito grande e que a análise não tinha por objetivo prever o comportamento das variáveis, lancei mão de uma estratégia exploratória utilizando o método de classificação por árvore, comumente conhecido como Chaid. O método basicamente estuda a relação entre uma variável dependente e uma série de variáveis preditoras que interagem entre si. Em tabelas de dupla entrada com as relações entre a variável dependente e cada preditora, o modelo testa todas as partições possíveis de suas categorias, escolhendo aquela que apresenta o maior valor para a estatística qui-quadrado. Os dados são agrupados segundo a partição escolhida e uma nova análise é realizada dentro de cada subgrupo repetindo-se o procedimento anterior para a variável dependente e as demais preditoras. Esse processo é repetido sucessivamente até que os grupos divididos cheguem a um número mínimo de casos estipulado para a análise. Como se trata de um método de tipo stepwise, todas as combinações possíveis são analisadas e podemos tomar as variáveis indicadas no resultado final como representando os condicionantes mais importantes na explicação da variabilidade da variável dependente.

Na explicação do status de empregado, utilizei as variáveis:⁵³

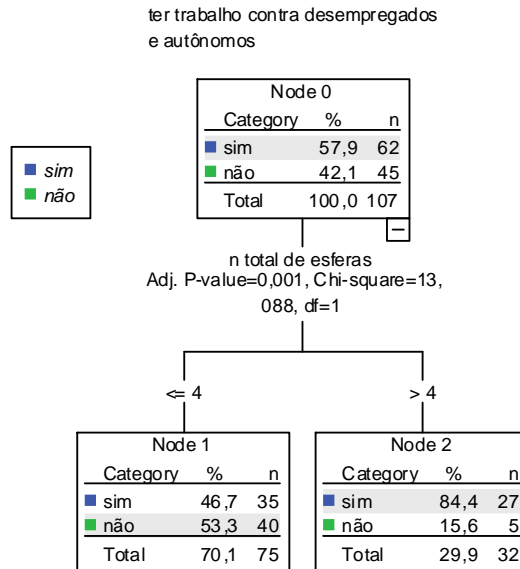
- Relacionais - 1) número de nós da rede individual, 2) coeficiente de clusterização, 3) tamanho eficiente da rede egocentrada, 4) proporção de pessoas externas à área, 5) número total de esferas, 6) grupos de sociabilidade, 7) variáveis dummy referentes aos tipos de redes com 5 grupos, e 8) variáveis dummy referentes aos tipos de sociabilidade e de rede, assim como às suas combinações;
- Sócio-econômicas - 9) sexo do indivíduo, 10) anos de estudo, 11) renda familiar per capita, 12) frequenta igreja ou templo mais do que quinzenalmente;
- Etárias - 13) idade do indivíduo, 14) idoso (60 anos ou mais), 15) jovem (idade menor ou igual do que 21 anos);
- Migratórias - 16) migrante, 17) migrante há mais de 10 anos, 18) proporção de conterrâneos maior ou igual a 21%;
- Espacial - 19) segregado.

O resultado indicou uma única variável como melhor solução para dividir as situações de ter ou não trabalho, a relativa à variabilidade da sociabilidade – a número de esferas. O modelo apresentou significância de 0,048 e explicou corretamente 62,6% dos casos. A Figura 8 apresenta o resultado.

Como podemos ver, a incidência de emprego é de 58% no conjunto dos casos considerados (desconsiderando-se os aposentados, donas de casa e estudantes), mas alcança 84% entre os indivíduos com mais de 4 esferas de sociabilidade e apenas 47% entre os com até 4 esferas. A análise indica a importância dos indivíduos terem redes pessoais com sociabilidade variada para o acesso ao emprego. É importante notar que a variável é a mais importante mesmo com a presença de outras variáveis sócio-econômicas consideradas clássicas nas discussões sobre o tema, como a escolaridade, a renda, a idade, o status migratório e o grau de segregação residencial a que estão submetidos os indivíduos.

⁵³ Nesse caso, as variáveis relativas ao trabalho, inclusive a variável "trabalha fora", foram excluídas, pois não têm sentido na análise do status de ter trabalho – quem não tem trabalho não pode trabalhar fora, ter tempo de ocupação, emprego antigo ou ser classificado em determinada posição na ocupação.

Figura 8. Árvore da explicação do emprego (Chaid)



2. Emprego protegido

Os indivíduos podem ter ou não emprego, mas podem ter empregos de qualidade muito diferenciada sob o ponto de vista da estabilidade e da proteção. Para testar o efeito das redes sobre a obtenção de empregos de melhor qualidade, dividi os empregos em “emprego protegido” – empregado com carteira (doméstico ou não) e proprietário, contra empregados sem carteira, autônomos e desempregados.⁵⁴ Essa condição envolvia 36% ou 39 casos. Aposentados, donas de casa e estudantes foram retirados da análise.

No caso da obtenção de situação de emprego mais protegido, a única das dimensões de rede a apresentar significância na análise univariada foi a variabilidade da sociabilidade,⁵⁵ sendo a média de quem tem emprego protegido de 4,3 esferas contra 3,8 de quem não tem emprego bom.

No que diz respeito aos tipos de rede, novamente não houve efeito sobre a variável analisada, dessa vez a obtenção de emprego protegido. Por outro lado, no que diz respeito às sociabilidades, novamente os indivíduos com sociabilidade proporcionalmente maior em instituições, menos local e menos

⁵⁴ Assim como no caso anterior, não se trata rigorosamente de condição de emprego. Ver nota 47.

⁵⁵ Estatística F igual a 4,4 e p-value de 0,038.

primária (tipos de 4 a 6) apresentaram maior probabilidade de terem emprego protegido do que os demais (significativo a 99%) – dentre os indivíduos que não tem trabalho desse tipo, 27% tem sociabilidade pouco primária, enquanto 73% têm sociabilidade local e primária. Esse resultado voltou a aparecer para alguns tipos de sociabilidade separadamente.

Os indivíduos com sociabilidade do tipo 2 tendem a ter emprego estável menos frequentemente (de forma estatisticamente significativa a 95%): apenas 24% dos indivíduos com essa sociabilidade têm trabalho assim, enquanto no restante dos casos essa proporção chega a 43% em média. A sociabilidade do tipo 5, ligada à família e ao trabalho, também se apresenta significativa para a associação com trabalho protegido, embora novamente nesse caso não saibamos o sentido da causalidade, como já destacado (a evidência é significativa a 99% de confiabilidade).

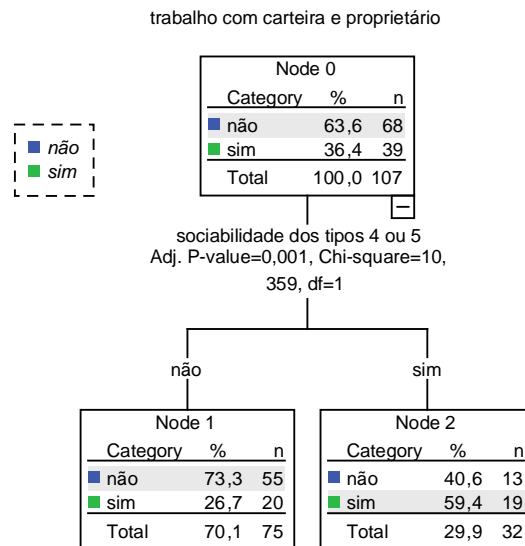
Para a análise conjunta dos condicionantes do emprego de melhor qualidade foi utilizada a mesma técnica de Chaid com as variáveis seguintes:

- Relacionais: 1) número de nós da rede individual, 2) coeficiente de clusterização, 3) tamanho eficiente da rede egocentrada, 4) Proporção de pessoas externas à área, 5) número total de esferas, 6) grupos de sociabilidade, 7) variáveis dummy referentes aos tipos de redes com 5 grupos, e 8) variáveis dummy referentes aos tipos de sociabilidade e de rede, assim como às suas combinações;
- Sócio-econômicas: 9) sexo do indivíduo, 10) anos de estudo, 11) renda familiar per capita, 12) freqüente igreja ou templo mais do que quinzenalmente;
- Etárias: 13) idade do indivíduo, 14) idoso (60 anos ou mais), 15) jovem (idade menor ou igual do que 21 anos);
- Migratórias: 16) migrante, 17) migrante há mais de 10 anos, 18) proporção de conterrâneos maior ou igual a 21%;
- Espacial: 19) segregado.

Como resultado, a técnica separou os indivíduos com sociabilidades dos tipos 4 ou 5 dos demais (a sociabilidade 5 separadamente também apresentou significância, mas menos destacada). O modelo apresentou

significância de 0,045 e explicou corretamente 69% dos casos. A figura a seguir apresenta a informação.

Figura 9. Árvore da explicação do “emprego protegido” (Chaid)



Como podemos ver, a incidência de emprego protegido é de apenas 36% no conjunto dos indivíduos que participam do mercado de trabalho, mas chega a alcançar 59% entre quem tem sociabilidade dos tipos 4 ou 5. Entre os demais, a proporção é de 27%.⁵⁶ Portanto, mesmo na presença de variáveis sócio-econômicas clássicas, como anos de estudo, status migratório, estrutura etária e renda, a dimensão que mais discrimina os indivíduos que têm emprego protegido é a que indica a existência de um padrão de sociabilidade pouco primário e local.

3. Precariedade social

Podemos analisar também de que forma as redes influenciam a presença de situações de precariedade social em geral. Como já citado, foi considerada “precária socialmente” a situação em que o entrevistado apresentava ao menos duas condições de precariedade entre quatro –

⁵⁶ É necessário observar que se o método fosse aplicado permitindo a desagregação ainda maior das situações, outras variáveis apareceriam no modelo, como o tipo de rede 3 (tamanho médio, sociabilidade diversificada e baixo localismo). Entretanto, isso significaria abrir demais os grupos e chegar a grupos com 18 ou 21 casos, o que não é muito seguro e recomendável.

familiar, habitacional, de renda e de trabalho. Aproximadamente um terço dos entrevistados - 32% ou 48 casos - se encontravam nessa condição, mas a distribuição das condições desagregadas de precariedade variava bastante – apenas 12% na familiar, 22% na habitacional, 25% na relativa aos rendimentos e 63% na precariedade do trabalho.

No caso do estudo univariado das situações de precariedade, testes de análise de variância indicaram que nenhuma das cinco dimensões de rede influenciava diretamente a presença de situação de precariedade social, apesar do tamanho e da diversidade da sociabilidade serem relevantes para alguns dos elementos que a compõe.

Os tipos de sociabilidade, por outro lado, voltaram a apresentar relevância. Em primeiro lugar, os indivíduos com sociabilidade do tipo 2 (muita família e vizinhança) se mostraram associados à precariedade (significativo a 99% de confiabilidade). Dentre os precários socialmente, 46% tinham sociabilidade desse tipo, enquanto dentre os não precários, apenas 23% tinham esses padrões de sociabilidade. O efeito é similar quando consideramos conjuntamente os indivíduos com todos os tipos de sociabilidade primária e local (1, 2 e 3), sendo a diferença também significativa a 99% e influenciando negativamente a situação social dos entrevistados. Dentre os precários, 85% têm sociabilidade local e primária, contra 64% dos indivíduos sem situação de precariedade social.⁵⁷ Portanto, quanto mais local e primária a sociabilidade, maior a probabilidade do indivíduo se encontrar em situação social precária. Contrariamente, para os indivíduos cuja sociabilidade inclui parcelas importantes que ocorrem em ambientes institucionais, a probabilidade de precariedade se reduz.

Os tipos de rede não apresentaram influência na precariedade, mas a interação com a sociabilidade se mostrou significativa. As análises realizadas indicaram que indivíduos com redes de tipo 3 e sociabilidade 4 a 6 e com redes de tipo 4 e sociabilidade de 4 a 6 tenderam a estar menos sujeitos a situações de precariedade do que os demais (significância a 99%). De fato, a presença relativa de indivíduos com rede tipo 3 e sociabilidade de 4 a 6 era de 4% entre os precários e 10% entre os não precários e as pessoas com rede do tipo 4 e sociabilidade de 4 a 6 representavam apenas 6% dos precários

⁵⁷ Evidentemente, tanto as sociabilidades 4 e 5 quanto 4, 5 e 6 conjuntamente apresentam significância (também a 99%), visto que representam o complemento do grupo anterior.

contra 21% dos não precários. Naturalmente, a consideração conjunta dos dois grupos também apresenta significância: apenas 8% dos indivíduos com redes 3 ou 4 e sociabilidade de 4 a 6 apresentam precariedade contra 28% de não precários com essa mesma situação relacional.

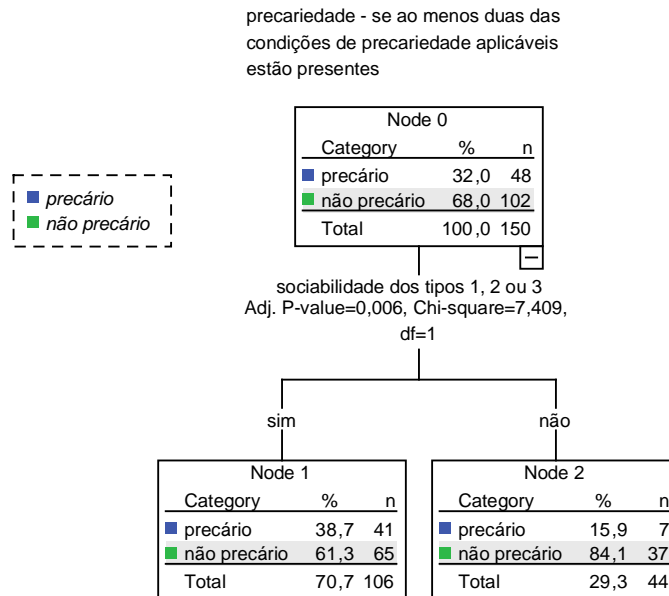
Para a análise conjunta dos condicionantes da precariedade social foi utilizada novamente a técnica de Chaid, incluindo as variáveis que se seguem. Como a variável de precariedade foi construída por escolha direta dos casos a partir da renda, da estrutura familiar e da posição na ocupação, essas variáveis evidentemente não puderam ser incluídas no modelo, caso contrário os resultados obtidos seriam tautológicos. Por outro lado, variáveis relativas ao trabalho que antes não foram utilizadas, foram introduzidas aqui. As variáveis testadas como condicionantes de condições de precariedade social foram:

- Relacionais: 1) número de nós da rede individual, 2) coeficiente de clusterização, 3) tamanho eficiente da rede egocentrada, 4) Proporção de pessoas externas à área, 5) número total de esferas, 6) grupos de sociabilidade, 7) variáveis dummy referentes aos tipos de redes com 5 grupos, e 8) variáveis dummy referentes aos tipos de sociabilidade e de rede, assim como às suas combinações;
- Sócio-econômicas: 9) anos de estudo, 10) freqüenta igreja ou templo mais do que quinzenalmente;
- Etárias: 11) idade do indivíduo, 12) idoso (60 anos ou mais), 13) jovem (idade menor ou igual do que 21 anos);
- Migratórias: 14) migrante, 15) migrante há mais de 10 anos, 16) proporção de conterrâneos maior ou igual a 21%;
- Espacial: 17) segregado;
- Trabalho: 18) há quanto tempo está no trabalho atual, 20) trabalha fora da comunidade.

Como resultado, o método indicou uma única variável e nos informou que a que melhor separava os casos eram novamente os tipos de sociabilidade dos indivíduos, mesmo tendo sido incluídas diversas variáveis sócio-econômicas, como os anos de estudos, idade, tempo de migração e se o indivíduo morava em local segregado. O modelo ajustado apresentou

significância de 0,038 e explicou corretamente 68% dos casos. A árvore resultante é a que se segue.

Figura 10. Árvore da explicação da “precariedade social” (Chaid)



Como se pode ver a precariedade incide sobre 32% dos casos, mas entre os indivíduos com sociabilidade de tipo não local ou pouco primária (4 a 6) cai pela metade, chegando a 16%. Em oposição, os indivíduos com sociabilidade mais local e primária (de 1 a 3) apresentam precariedade em 39% dos casos. Esses resultados reforçam os anteriores indicando a sociabilidade nas redes como uma das principais dimensões condicionantes das situações sociais dos indivíduos em pobreza.

4. Rendimentos

Assim como nas análises anteriores, os indivíduos de classe média não estão incluídos neste teste. Obviamente, os seus rendimentos são muito superiores aos dos indivíduos pobres, o que é parte inclusive da própria delimitação desses dois grupos sociais. Como vimos, as suas redes também são muito distintas, tanto em tamanho e coesão, mas especialmente em relação à variabilidade da sociabilidade e ao localismo. Embora seja provável que essas

diferenças estejam relacionadas com a hipótese da “economia dos vínculos” já descrita, o número de casos e os procedimentos para construção da amostra de classe média me impedem de tirar conclusões mais precisas sobre a relação entre redes e rendimento nesse caso. A sua inclusão na análise juntamente com os indivíduos em situação de pobreza atrapalharia os testes quantitativos, por aumentar artificialmente a variabilidade do elemento explicado sem que tenhamos controle sobre o que ocorre na vasta faixa que separa os dois grupos. O procedimento torna os testes que se seguem muito rigorosos, visto que a variação da renda dos indivíduos está limitada pela própria escolha dos casos. É provável, portanto, que, se estivéssemos trabalhando com grupos sociais que abarcassem uma faixa mais ampla da renda, as relações encontradas fossem ainda mais fortes.

A análise univariada indicou que dentre as cinco dimensões síntese das redes - nº de nós; coeficiente de clusterização; tamanho eficiente (Burt), nº de esferas e proporção de indivíduos da rede que é de fora do local de moradia - apenas o nº de esferas se encontra correlacionado com a renda de forma significativa. O resultado aparece tanto na familiar per capita quanto na familiar total (0,28 e 0,21 respectivamente, ambos significativos a 99%), sugerindo que apenas a variabilidade da sociabilidade tem efeito direto sobre a renda para o conjunto dos casos. Como veremos na próxima seção, entretanto, algumas outras dimensões das redes podem exercer efeito sobre conjuntos de casos específicos e sobreviver em uma análise multivariada.

Para avaliar a associação entre a presença de certos tipos de redes e sociabilidade e a renda familiar per capita e total, utilizei testes de análise de variância com os tipos de rede e sociabilidade. Tais testes indicaram, em primeiro lugar, que não havia relação entre os tipos de redes e a renda nem a familiar per capita, nem a familiar. Por outro lado, no que diz respeito à sociabilidade, ficou evidenciada associação para certos tipos de sociabilidade. Os indivíduos com sociabilidade do tipo 2 (baseada em família e vizinhança), tenderam a apresentar rendas menores, tanto per capita quanto total (a diferença é significativa a 5% de confiabilidade). Numericamente, quem tem sociabilidade desse tipo tem em média renda de R\$ 225 contra R\$ 325 da média dos indivíduos com outros tipos de sociabilidade. Por outro lado, os indivíduos que têm sociabilidades que incluem

contextos organizacionais (igreja, trabalho e associativismo) - tipos 4, 5 e 6 - tendem a ter rendimentos mais elevados do que os demais. A média de quem tem sociabilidade desses tipos é de R\$ 420 per capita, contra R\$ 242 de quem tem sociabilidade local e primária (1 a 3). A diferença é significativa a 99% de significância. Por fim, vale destacar que a proporção dos vínculos que é oriundo do contexto rede é altamente correlacionada com a renda, tanto familiar quanto per capita (correlações de 21 e 22%, significativas a 95% de confiabilidade).

Portanto, embora os tipos de redes não produzam efeitos sobre a renda, a diversidade da sociabilidade, assim como alguns de seus tipos, têm associação significativa com o rendimento dos indivíduos. Quanto mais diversificada, menos primária e local for a sociabilidade, maiores tendem a ser os rendimentos.

Mas, como já vimos em capítulos anteriores, as medidas de rede e os diversos indicadores sociais se encontram correlacionados. Assim, de que maneira essas variáveis e outros indicadores sociais influenciam conjuntamente a renda? Para analisar de forma combinada as influências das variáveis sociais e dos indicadores de rede sobre a renda, procedi a uma série de análises multivariadas utilizando modelos GLM (General Linear Model). Esse tipo de modelo estatístico permite a análise da variabilidade de uma variável dependente contínua a partir do estudo tanto de variáveis categóricas (consideradas como fatores), como contínuas (consideradas como covariáveis). Quando as preditoras são todas variáveis categóricas, o modelo realiza uma Anova; quando as preditoras são todas variáveis contínuas o modelo realiza uma análise de regressão; e quando existe uma combinação de preditores categóricos e contínuos, realiza-se uma Ancova. O modelo assume a linearidade dos efeitos das variáveis independentes sobre a dependente, assim como a existência de igualdade de variâncias entre as variáveis independentes.

A vantagem desse tipo de procedimento sobre a análise de regressão convencional está em que o procedimento considera os fatores como variáveis categóricas efetivamente, ao invés de os recodificar em uma ou mais variáveis "dummy". Dadas as premissas de normalidade das variáveis

dependente e de linearidade, utilizei como variáveis dependentes os logaritmos neperianos da renda e da renda familiar mensal per capita (Ln). Mais adiante, para melhorar a compreensão dos resultados, apresento os resultados convertidos para a renda familiar per capita em Reais.

Após a realização de uma série de testes e de modelos incluindo variáveis sócio-econômicas, de sociabilidade e de redes, cheguei ao que se segue. O modelo executa um teste específico para avaliar a violação da suposição de igualdade das variâncias das variáveis independentes. No nosso caso, o modelo rejeitou a hipótese nula de que as variâncias são diferentes permitindo, portanto, que aceitemos os resultados obtidos.⁵⁸ Quatro casos foram excluídos na análise por distarem mais de 3 desvios-padrão dos valores esperados (casos 60, 142, 145 e 146), resultando em 108 casos na análise. As duas últimas colunas apresentam as informações relativas aos coeficientes do modelo ajustado, visto que a variável dependente entra como logaritmo neperiano.

Tabela 9. Resultados do modelo GLM da renda familiar per capita (Ln)

	Efeitos entre sujeitos		Parâmetros estimados		Efeito (%) na renda da mudança de 1 unidade da variável independente com as demais constantes
	F	Sig.	B	Erro padrão	
Modelo corrigido	26,895	0,000			
Intercepto	1584,039	0,000	6,269	0,173	
Pessoas no domicílio	70,083	0,000	-0,255	0,030	-22,5%
Anos de estudo	7,886	0,006	0,035	0,013	3,6%
Rede 3 ou 4 e sociabilidade 4, 5 ou 6	4,842	0,030	0,255	0,116	29,0%
Nº de nós	4,727	0,032	0,008	0,002	0,8%
Interação entre Rendimento estável e nº de nós	18,577	0,000	0,007	0,002	0,7%

Obs.: N = 108 casos; R² de 0,571 e R² ajustado de 0,550

Como podemos ver, apresentaram significância estatística na explicação da renda familiar per capita variáveis tradicionais como o tamanho do núcleo familiar (pessoas no domicílio) e a escolaridade do

⁵⁸ A significância do teste de Levene foi de 0,391, rejeitando-se a hipótese de que as variâncias das variáveis independentes sejam diferentes e, portanto, levando à aceitação do modelo.

indivíduo. A primeira variável influencia negativamente o rendimento – quanto maior o número de pessoas no domicílio, menor a renda per capita – e a segunda influencia positivamente. O efeito do número de pessoas não é apenas numérico (embora essa variável entre no cálculo da variável dependente), visto que no rendimento familiar total estão incluídas rendas de outras pessoas que não o entrevistado e que as redes dão acesso a mais pessoas do que apenas ao ego. O que o modelo nos informa é que os efeitos de agregação das redes e das rendas não compensam o efeito de dependência, e à medida que cresce o número de pessoas em um domicílio, a quantidade de dependentes cresce mais rápido do que a entrada de outros geradores de renda e a agregação de outras redes. Como podemos observar na última coluna, cada indivíduo a mais no domicílio retira em média 22,5% da renda, enquanto cada ano de estudo a mais acrescenta 3,6%. Esse é evidentemente um raciocínio hipotético que tem por objetivo apenas comparar o efeito relativo das diversas variáveis independentes sobre a dependente. As variações indicadas, portanto, consideram que só varie uma única variável por vez, permanecendo todas as demais constantes.

O modelo inclui também duas variáveis de rede – o número de nós e uma variável dummy que especifica a situação do indivíduo ter ou não rede dos tipos 3 ou 4 e ao mesmo tempo sociabilidade dos tipos 4, 5 ou 6. Como vimos, as redes 3 e 4 apresentam tamanho médio, mas variabilidade da sociabilidade grande e baixo localismo. As sociabilidades 3 e 4, por outro lado, estão associados a um padrão relacional mais intenso constituído em esferas onde organizações são importantes – igreja, trabalho e associativismo. O efeito de ambas as variáveis é positivo, indicando que a renda tende a ser mais elevada para indivíduos com redes maiores, assim como para quem tem ao mesmo tempo sociabilidade em ambientes organizacionais e pouco local e primária e redes de tamanho médio, grande variabilidade de sociabilidade e baixo localismo. Como podemos ver na última coluna, o efeito de o indivíduo ter rede e sociabilidade do tipo descrito é muito elevado e acrescenta 29% da renda. O coeficiente da variável número de nós, por outro lado, sugere que cada nó a mais na rede acresce em média 0,8% na renda. O efeito do tipo de rede e sociabilidade é o correspondente a 30 novos nós na rede ou a 7 anos de estudo. Entretanto, temos que ter em mente que o tipo de rede e

sociabilidade assume apenas os valores 0 e 1 e a de anos de estudo varia entre 0 e 12 anos, enquanto o número de nós varia entre 4 e 148. Assim, uma variação de 10 no número de nós corresponde aproximadamente à mesma variação que 2 anos de estudo, caso cada uma das variáveis varie separadamente e todas as demais permaneçam constantes.

Vale dizer que cada uma das sociabilidades separada não apresentou significância estatística, sugerindo que a dimensão que influencia a rede é exatamente a destacada no capítulo anterior ligada à existência de um padrão de sociabilidade menos local, menos primário (como família, vizinhança e amigos) e mais associado a ambientes organizacionais. A variabilidade da sociabilidade medida pelo número de esferas da rede também apresenta significância, mas apenas quando substitui a variável “rede 3 ou 4 e sociabilidade 4, 5 ou 6”.

Por fim, vale um comentário detalhado sobre a última variável - um termo de interação entre rendimento estável e número de nós. A variável “rendimento estável” é uma variável “dummy” que tenta capturar as situações de remuneração que garantem fluxos de rendimentos mais ou menos regulares. Não se trata exatamente de condição na ocupação ou inserção no mercado de trabalho, já que estão englobadas as situações de trabalho com carteira, doméstico ou não, ser proprietário de negócio próprio e ser aposentado. Os indivíduos sem rendimento estável são os indivíduos desempregados, empregados sem carteira (domésticos ou não) e pessoas que afirmam viver de bicos. A variável apresenta interação significativa (e positiva) com o tamanho das redes, mas a análise mostrou que um termo de interação de rendimento estável com número de nós também apresentava significância e aumentava a explicação do modelo, embora tornasse a variável original de rendimento estável não significativa. Dado o aumento da explicação, optei por manter a interação ao invés da variável original.

A sua interpretação também é muito interessante. Como o “rendimento estável” assume o valor 1 para quem tem rendimento estável e 0 para os demais, a entrada da variável de interação no modelo nos informa que para além do efeito direto do número de nós da rede sobre a renda, quando os indivíduos têm fonte estável de rendimento, o número de nós ainda exerce um efeito adicional. O efeito do termo de interação não é nem um pouco

desprezível e cada nó a mais em indivíduos com rendimento estável acrescenta 0,7% da renda, praticamente dobrando o efeito da variável número de nós destacado anteriormente (0,8%). Apenas para termos um parâmetro de comparação, para quem tem rendimento estável, cada 10 nós na rede correspondem a 15% de aumento na renda. Trata-se do mesmo efeito, em média, do que quatro anos a mais de estudo, variando cada variável de forma independente e permanecendo todas as demais constantes.

Resultados muito similares foram obtidos com a renda familiar ao invés da renda familiar per capita no modelo, embora com explicação menor. É importante destacar que a variável segregação não apresentou significância. As escolhidas, entretanto maximizam a explicação do modelo, chegando a um R^2 ajustado de 0,55. Como não estou interessado em prever resultados, mas apenas em avaliar a influência conjunta dos processos e variáveis sobre a rede, o resultado pode ser considerado amplamente satisfatório.

Portanto, a renda dos indivíduos está associada à sua escolaridade, à quantidade de pessoas residindo no domicílio e ao fato do indivíduo ter uma condição na ocupação que lhe garante um rendimento regular. Entretanto, os padrões relacionais dos entrevistados também influenciam em seus rendimentos, que tendem a ser influenciados positivamente pelo tamanho das redes pessoais e pelo tipo de sociabilidade na qual os indivíduos se engajam. Quando as fontes de rendimento são estáveis, o efeito do tamanho da rede é ainda maior e tem um efeito duplicado. Indivíduos com padrões de sociabilidade muito locais e primários, assim como redes pequenas, tendem a ter rendimentos menores.

5. Sumarizando os efeitos das redes

Ao longo desse capítulo avallamos o efeito das redes sobre algumas dimensões sociais básicas utilizadas usualmente para caracterizar as situações de pobreza, privação e vulnerabilidade social. Considerando a quantidade de evidências apresentadas, procederei a uma rápida consolidação do que observamos.

Em primeiro lugar, com relação ao emprego, a análise indicou que estar empregado tende a ser influenciado positivamente pela eficiência das redes egocentradas dos indivíduos, pela variabilidade de sua sociabilidade e pelo tamanho das redes, embora nesse caso a evidência não seja tão forte. Além disso, redes com sociabilidade do tipo 5 tendem a estar mais associadas com o status de estar empregado, embora aqui não seja claro o sentido da causalidade, visto que a sociabilidade do tipo 5 envolve justamente ter relações intensas com pessoas na esfera do trabalho. Quando o status de emprego é analisado contra um conjunto de variáveis e processos, o que se destaca com maior confiabilidade estatística é a variabilidade da sociabilidade dos indivíduos medida pelo número de esferas. Variáveis tradicionais do tratamento do tema, como escolaridade, idade e renda, apresentam menor confiabilidade ou não se mostraram relevantes.

Por outro lado, a análise dos condicionantes dos indivíduos terem emprego que fornece maior proteção sugeriu que essa condição é mais influenciada pela alta variabilidade da sociabilidade, assim como por padrões de sociabilidade pouco locais e primários e mais baseados em ambientes institucionais (4 a 6). Nesse caso, a presença de sociabilidade local e primária (tipo 2) chega a ter efeito negativo sobre a probabilidade de se alcançar empregos protegidos. Quando tomamos os efeitos conjuntos das variáveis relacionais e sócio-econômicas, o mais relevante é que indivíduos tenham sociabilidades com parcela significativa em ambientes institucionais (tipos 4 e 5). A exemplo do caso anterior, variáveis tradicionais como renda e escolaridade aparentemente não exercem influência sobre a obtenção de emprego mais protegido, ou a exercem com menor intensidade.

Em seguida, submeti as situações de precariedade social ao mesmo tipo de análise. As situações de precariedade indicam condições limites, inferiores às dos demais indivíduos pobres e marcadas por extrema vulnerabilidade social. Nesse caso, apenas os tipos de sociabilidade se mostraram relevantes, tanto nas análises univariadas quanto nas multivariadas. De uma forma geral, portanto, podemos dizer que sociabilidades locais e primárias estão mais frequentemente associadas a situações de precariedade e tipos de sociabilidade em ambientes mais institucionais (de 4 a 6) parecem estar muito mais associados a condições de não precariedade.

A renda é a dimensão mais frequentemente associada a situações de pobreza e privação. Ao analisarmos os condicionantes dos rendimentos, a importância dos padrões relacionais voltou a aparecer, sugerindo que a renda tende a ser positivamente influenciada pela variabilidade social na rede (número de esferas). Similarmente, padrões de sociabilidade mais locais e primários impactam negativamente a renda e, em oposição, os menos locais e menos primários têm forte efeito positivo a favor da renda. Quando levamos em conta diversas dimensões sociais em conjunto em uma análise multivariada, o tamanho do domicílio (capturado pela variável “pessoas no domicílio”) e a escolaridade do indivíduo se mostram significativas. Entretanto, três outras variáveis associadas às redes também se mostraram relevantes – o tamanho da rede (medido pelo número de nós), o tipo de rede e de sociabilidade (redes médias e variadas e com sociabilidade pouco local e primária), e a interação entre ter rendimento estável e o tamanho da rede. Essa última variável sugere que para quem tem rendimento estável, o tamanho da rede oferece ainda um acréscimo nos rendimentos, para além do efeito do tamanho sobre o rendimento já considerado para o conjunto dos casos.

De uma forma geral, portanto, a análise demonstrou a relevância de dimensões relacionais para a explicação de alguns dos elementos mais frequentemente associados à pobreza e a privação social. Isso ocorreu mesmo na presença de variáveis tradicionais da investigação sócio-econômica como a renda, a escolaridade e a estrutura etária.

Assim, as presenças de emprego, de emprego protegido e de precariedade social são influenciadas em especial por dimensões relacionais ligadas à variabilidade da sociabilidade e à sociabilidade em ambientes institucionais. No que diz respeito à renda, a análise multivariada indicou que para além de variáveis tradicionais como o tamanho do domicílio, a escolaridade dos indivíduos e a presença de atividades que forneçam rendimento estável, importam para os rendimentos o tamanho das redes e uma combinação de redes médias com sociabilidade variada, pouco local e concentrada em ambientes institucionais e organizacionais.

Conclusão

Ao longo dos vários capítulos anteriores, acompanhamos as principais características das redes de indivíduos em situação de pobreza, os seus condicionantes mais importantes, os tipos de redes e sociabilidade existentes e as conseqüências sociais das redes pessoais para os indivíduos em situação de pobreza. Como vimos, embora as redes sejam marcadas por elevada heterogeneidade, certos tipos de rede e de sociabilidade apresentam grande influência sobre as condições de vida e de pobreza dos indivíduos, sugerindo a importância da incorporação do estudo da sociabilidade nas análises sobre a pobreza. Nessa conclusão, retomarei os principais achados, articulando-os com os debates da pobreza, da segregação e das redes, quando relevante.

Em primeiro lugar, é preciso registrar que quando comparadas com as redes de classe média, as redes pessoais de indivíduos pobres tendem a ser menores, menos coesas, mais locais e menos variadas em termos de sociabilidade. Apesar disso, elas variam substancialmente entre si, sendo bastante difícil encontrar relações diretas entre variáveis sócio-econômicas e padrões de relação. Os principais efeitos de condicionantes sócio-econômicos sobre as redes são os que se seguem.

Vimos que embora tenhamos trabalhado com indivíduos no interior da pobreza, os dados mostraram que os mais pobres dentre os pobres têm redes com menor variabilidade da sociabilidade e localismo mais elevado. Esses resultados reforçam a relevância do mecanismo da economia dos vínculos. Segundo esse, o custo de criar, e em especial manter vínculos, levaria a que indivíduos de menores rendimentos tivessem redes menores e mais pobres social e espacialmente. A escolaridade tem aparentemente um efeito similar, embora independente, mesmo que controlada pela renda. Indivíduos com escolaridade mais elevada, mesmo dentre os mais pobres, tendem a ter redes mais ricas e menos locais em termos de vínculos, reforçando a idéia presente

na literatura internacional que atribui um papel importante ao ambiente escolar na construção de vínculos sociais diversificados. A existência dessas duas dinâmicas combinadas (visto que renda e escolaridade se encontram altamente correlacionadas) cria provavelmente importantes efeitos de circularidade na perpetuação da situação social e relacional dos mais pobres, com conseqüências importantes não apenas para a pobreza, mas também para a desigualdade social. Padrões relacionais diferentes e atributos distintos tendem a construir o tipo de reforço que caracteriza as “desigualdades persistentes”, embora nesse caso não sejam necessariamente desigualdades categoriais.

Em consonância com o descrito pela literatura internacional, o ciclo de vida apresenta importantes efeitos sobre as redes, embora em nosso caso os resultados apareçam apenas nos dois extremos da estrutura etária. A velhice tende a reduzir as redes e a torná-las menos ricas em termos de sociabilidade, mais locais e mais centradas na família. Os jovens, por outro lado, não têm redes substancialmente diferentes dos demais indivíduos (ao contrário do que sustenta a literatura), mas têm uma sociabilidade mais centrada nos estudos e na amizade. A análise posterior dos tipos de rede sugeriu ainda que idosos e jovens estão associados a duas situações relacionais típicas, com respectivamente tamanhos muito pequeno e bastante grande, mas ambas com sociabilidade local e bastante homofílica.

Embora a pequena participação dos indivíduos em associações não nos permita concluir o seu efeito sobre as redes, a freqüência a templos (mas não a adesão a credos religiosos) tem efeitos sobre as redes. As pessoas que freqüentam intensamente templos religiosos (menos do que quinzenalmente) tendem a ter maior diversidade de sociabilidade, mesmo quando as diferenças são controladas por rendimento. O efeito tende a desaparecer quando controlado pela sociabilidade (mas não pela renda), o que nos impede de separar completamente os dois efeitos.

O sexo dos indivíduos tende a não produzir efeitos significativos sobre as redes, embora as mulheres tendam a ter sociabilidade mais diversificada e menos associada ao lazer e mais à igreja. A aquisição de nós por redes é mais freqüente para as mulheres e a de contexto familiar para os homens. A maior parte dessas diferenças, entretanto, desaparece quando se compara homens

e mulheres que trabalham fora do local de moradia, sugerindo que as diferenças não se ligam a sociabilidades distintas em si, mas a diferentes inserções sociais nas esferas pública e privada.

Tampouco foram encontradas diferenças organizadas segundo o status migratório, embora os não migrantes tendam a ter redes egocentradas mais estruturadas do que as dos migrantes, em especial dos antigos. Além disso, as redes dos migrantes têm mais pessoas na esfera da família e menos nas esferas das amizades e dos estudos. O processo de adaptação das redes após a migração tende a ocorrer de forma bastante rápida para a maioria dos indivíduos, embora cerca de 10% dos entrevistados mantivessem muitos conterrâneos em suas redes, mesmo depois de muitos anos da chegada a São Paulo. Nesses casos, se tratava principalmente da presença de conterrâneos nas áreas estudadas, conformando verdadeiras comunidades transplantadas (por vezes de locais muito pequenos, sendo a vizinhança mantida no local estudado em São Paulo).

Por fim, confirmando resultados prévios presentes na literatura, a relação entre espaço urbano e redes indicou que as redes de indivíduos pobres são marcadas por intenso localismo. No caso da classe média, não há praticamente nenhum localismo ou vizinhos nas redes, e a própria idéia de comunidade ou de dentro/fora não fazia sentido algum. Os indivíduos de classe média constroem suas redes em espaços geográficos muito mais amplos, incluindo laços por toda a cidade, mas também em outras cidades ou países, em um padrão próximo ao que Wellman denomina de comunidades pessoais desterritorializadas. O mundo social dos pobres, entretanto, é inteiramente diferente do descrito por essa categoria, e se caracteriza por intenso localismo.

A hipótese inicial de um efeito direto da segregação social no espaço sobre as redes, entretanto, não se verificou, e a segregação (macrosegregação, na escala da cidade) parece não impactar o tamanho, a coesão e a estrutura das redes. Apesar disso, indivíduos de locais mais segregados tendem a ter redes com localismo mais reduzido, em especial se o local de moradia é de pequena escala. Assim, se há efeito da segregação sobre as redes, parece operar no sentido de tornar a sociabilidade mais ampla

em termos urbanos e, talvez, mais diversificada, favorecendo as redes de locais mais segregados.

Portanto, os resultados sugerem que a relação entre segregação e redes é mais complexa do que descrito pela literatura e do que formulado em minha hipótese inicial. Embora as redes não variem substancialmente segundo o grau de segregação dos locais estudados, aparentemente ajudam a integrar uma parte dos indivíduos que estão segregados.

Considerando a variabilidade encontrada nas redes, a estratégia que segui para analisá-las foi a construção de tipologias. O Capítulo 4 foi dedicado a essa tarefa, incluindo a construção de duas tipologias – das redes dos indivíduos pobres e dos seus padrões de sociabilidade. Os achados indicam que embora as redes de indivíduos em situação de pobreza sejam em geral menores, mais locais e menos variadas do que os de indivíduos de classe média, também se observam redes grandes e de sociabilidade mais variada, assim como redes menores e com isolamento urbano significativo. O interessante a observar é que o tamanho, a variabilidade da sociabilidade e o localismo não caminham juntos, e as redes maiores são muito locais e apresentam baixa variabilidade da sociabilidade. Essas duas características também estão presentes nas redes muito pequenas, sendo as de tamanho médio as que apresentam menor localismo e maior variabilidade social. No que diz respeito à sociabilidade dos mais pobres, os dados também sugerem a existência de padrões muito diversificados. Se por um lado podemos notar a existência de padrões de sociabilidade muito locais e baseados em vínculos primários (basicamente família, vizinhança e amigos), uma parte significativa das redes apresenta sociabilidade pouco local e produzida substancialmente em ambientes organizacionais ou institucionais (trabalho, igreja, associativismo).

O cruzamento dessas heterogeneidades, ao mesmo tempo em que confirmou a heterogeneidade das redes, sugeriu a existência de padrões relacionais amplos, com sociabilidade variada e homofilia potencialmente menor. As conseqüências da presença desses padrões relacionais para os indivíduos se fizeram sentir na análise do capítulo seguinte. Depois de compreender a variabilidade das redes e da sociabilidade, restava a tarefa fundamental de especificar os efeitos dessas variabilidades sobre as condições

sociais e a pobreza. A análise empreendida no último capítulo abordou a questão, ao investigar o efeito das redes e da sociabilidade sobre o emprego, a precariedade social e os rendimentos.

Com relação ao emprego, a análise indicou que o status de estar empregado tende a ser influenciado positivamente pela eficiência das redes egocentradas, pela variabilidade de sua sociabilidade e pelo tamanho das redes, embora nesse caso a evidência não seja tão forte. Além disso, redes com sociabilidade pouco local e construída em ambientes organizacionais tendem a estar mais associadas com o status de estar empregado. Quando o emprego é analisado contra um conjunto de variáveis e processos, o que se destaca com maior confiabilidade estatística é a variabilidade da sociabilidade dos indivíduos medida pelo número de esferas, ao contrário de variáveis tradicionais do tratamento do tema, como escolaridade, idade e renda, que se mostraram significativas.

O mesmo tipo de resultado é alcançado se consideramos os condicionantes de ter emprego que fornece maior proteção. A análise indicou que esse tipo de emprego está mais presente em indivíduos com alta variabilidade da sociabilidade, assim como entre as pessoas que têm poucas locais e primárias e mais baseados em ambientes organizacionais. Além disso, a existência de uma sociabilidade muito local e primária chega nesse caso a ter efeito negativo direto sobre a probabilidade de se alcançar empregos mais protegidos. Quando as variáveis são consideradas conjuntamente, o que se mostra relevante é que indivíduos tenham sociabilidades com parcela significativa em ambientes institucionais. Variáveis tradicionais como renda e escolaridade não exercem influência significativa, a exemplo do obtido com relação ao emprego em geral.

A análise das situações de precariedade social leva a conclusões na mesma direção. A presença de situações desse tipo está novamente associada aos tipos de sociabilidade e, a exemplo dos resultados anteriores, a existência de sociabilidades locais e primárias está mais frequentemente associada a situações de precariedade. As sociabilidades em ambientes mais institucionais, ao contrário, parecem estar muito mais associadas a condições de não precariedade.

Por fim, analisei o efeito conjunto das redes, da sociabilidade e de indicadores sociais tradicionais sobre o rendimento dos indivíduos. Os resultados reafirmaram a importância dos padrões relacionais, sugerindo que a renda tende a ser positivamente influenciada pela variabilidade social na rede, assim como pelos padrões de sociabilidade (mais locais e primárias impactam negativamente a renda e menos locais e menos primárias tem forte efeito positivo na renda). Quando considerei as diversas dimensões em conjunto, se mostraram significativas o tamanho do domicílio e a escolaridade dos indivíduos, dentre as variáveis mais tradicionais. Além disso, entretanto, três outras variáveis associadas às redes também se mostraram relevantes – o tamanho da rede, o tipo de rede e de sociabilidade (redes médias e variadas e com sociabilidade pouco local e primária) e um termo de interação entre ter rendimento estável e o tamanho da rede. A interação nos indica a existência de um reforço do efeito do tamanho das redes para os indivíduos com rendimento estável, para os quais ter redes maiores traz efeitos ainda mais fortes. A análise dos coeficientes da análise multivariada sugere que o efeito das variáveis de rede é bastante grande e comparável inclusive com o das variáveis tradicionalmente consideradas pela literatura.

O conjunto dos resultados sugere, portanto, a relevância da sociabilidade e dos padrões de relação para a explicação das situações de pobreza e privação social, para além da investigação dos atributos dos indivíduos (ou da associação desses com as relações, visto que as direções das causalidades não se encontram muito claras). A incorporação de tal dimensão não envolve apenas a simples adição de mais um elemento, mas a realização de um deslocamento de foco que abandone a ontologia atomista da reprodução social dos mais pobres considerada por parte expressiva da literatura atual. Apenas com isso será possível integrar o estudo dos pobres aos estudos sobre a pobreza.

Essa questão tem conseqüência práticas importantes, visto que as atuais políticas de combate à pobreza são baseadas em nossas representações sobre o fenômeno. No que diz respeito às políticas públicas, o estudo sugere várias conseqüências, embora para que compreendamos mais precisamente o fenômeno seja necessária a replicação de estudos como esse em outros contextos sociais, assim como análises específicas do impacto das políticas

públicas sobre os padrões relacionais. É possível, entretanto, adiantar alguns elementos a partir dos resultados que sugerem direções para a ação, assim como advertências de como não proceder.

Em primeiro lugar, embora esse destaque seja praticamente evidente, é importante ressaltar que os elementos discutidos a seguir não significam de forma alguma uma substituição das políticas sociais tradicionais. Além da importância das redes, os dados analisados reafirmaram a importância das políticas sociais universais para a superação da pobreza. Essa influência se fez presente em termos diretos, como no caso da relação entre educação e rendimentos, mas também de forma indireta, pelo efeito sobre as redes de condicionantes sociais que são, por sua vez, impactados pelas políticas. Adicionalmente, é necessário destacar a centralidade das dinâmicas do mercado de trabalho, em especial da promoção de emprego mais estável e protegido, como de resto já seria de se esperar. O combate à pobreza não pode de forma alguma prescindir das políticas sociais mais tradicionais, assim como de políticas macro-econômicas que promovam empregos de boa qualidade. Se essas dimensões são importantes em geral, se tornam ainda mais fundamentais nos locais com grande concentração de pessoas em situação de pobreza, em especial em locais segregados. A redução das grandes desigualdades de atributos entre grupos sociais que marca a nossa formação social é absolutamente essencial para a promoção de maior justiça social e menores patamares de pobreza e desigualdade.

Em um sentido muito geral, vale também destacar que a absorção das redes nas políticas aponta para considerá-las em todas as iniciativas do Estado de forma difusa, incorporando interpretações relacionais nas políticas. Essa dimensão diz respeito tanto a políticas sociais tradicionais, como educação e saúde, quanto às desenvolvidas mais recentemente, como as de transferência direta de renda e micro-crédito, entre outras. Como os processos de reprodução social acontecem atrás das redes, a sua incorporação nas políticas é fundamental para que essas possam levar em conta as dimensões relacionais na sua operação e em seu funcionamento. A especificação de como isso deve ser feito em cada caso depende da realização de estudos empíricos sobre as redes em políticas específicas, de maneira a que possamos compreender melhor a interação entre, de um lado, os elementos relacionais

e cada problema social e, de outro, entre aqueles mesmos elementos e as intervenções produzidas pelas iniciativas estatais.

Entretanto, como vimos, as redes influenciam a presença de situações de pobreza e, portanto, as políticas públicas podem interagir diretamente com elas e considerá-las efetivamente. Primeiramente, as políticas podem tirar proveito, para a sua implementação, de determinados tipos de redes individuais existentes em comunidades pobres. Isso é algo que certos setores de formulação de políticas já descobriram, mas que apenas começa a ser disseminado. Dado que algumas redes apresentam padrões importantes de penetração no tecido relacional das comunidades, a sua integração às políticas do Estado pode ajudar a lhes dar maior resolutividade, tanto fazendo as políticas chegarem aos seus usuários de forma mais precisa (como no caso das políticas de combate à Aids no Brasil em período recente), quanto ajudando a customizá-las, inclusive em termos de linguagem, mediando culturalmente as relações entre o Estado e as comunidades (como no caso dos agentes comunitários de saúde e do programa de saúde da família). O sucesso dessa estratégia, entretanto parece depender da mobilização dos indivíduos “certos” no interior das comunidades, dada a grande heterogeneidade dentre as redes existentes.

Além disso, parece fazer sentido a idéia de se produzirem iniciativas de combate à pobreza que envolvam o incentivo à constituição de certos tipos de rede, embora os efeitos dessas iniciativas tendam a ser provavelmente muito mais lentos do que se considera usualmente. Políticas desse tipo podem produzir efeitos ao incentivar os indivíduos a interagir e a construir laços, expandindo suas redes. Entretanto, os resultados da pesquisa sugerem várias advertências com relação a este ponto. Não se trata de incentivar apenas a constituição de vínculos em geral, pois redes grandes, mas locais e baseadas em vínculos primários, pouco ou nada contribuem para a mudança na situação social dos indivíduos. Esse elemento é importante, pois na maior parte das iniciativas existentes atualmente as ações passam pela densificação do tecido social local visando o fortalecimento comunitário. A acreditar nos resultados apresentados (e seguindo a literatura internacional), esse tipo de iniciativa pode até ajudar a tornar a comunidade mais cívica, mas não auxiliará os seus moradores a melhorarem as suas situações sociais.

Dependendo dos objetivos das políticas, redes diferentes devem ser incentivadas de forma diferenciada.

Os únicos indivíduos que tendem a ser beneficiados por iniciativas meramente locais (e homofílicas) são os praticamente isolados (como os idosos), cujas redes são tão pequenas que a sua mera ampliação já pode trazer efeitos importantes em termos de acesso e apoio social. É basicamente nessa direção que vão as iniciativas de promoção de locais de encontro e interação para idosos promovidos atualmente pelo poder público e por organizações assistenciais.

Para o caso dos jovens, diferentemente, a questão do tamanho não parece ser muito relevante, visto que esses indivíduos já tendem a ter redes grandes, mas predominantemente locais e homofílicas. Nesse caso, a questão pode passar pelo incentivo a contatos externos à comunidade. Dado que ao contrário dos idosos esses indivíduos ainda utilizarão suas redes ao longo de toda a vida, incentivar a constituição de vínculos menos locais e homofílicos para esses indivíduos pode ser estratégico a médio prazo. Essa estratégia é possível em especial pela intensa sociabilidade que marca o universo dos jovens, mas que usualmente se restringe às esferas da família e da vizinhança. Nesse caso, conjuntamente com a promoção de contatos externos, talvez seja central propiciar a redução dos custos de se manter contatos, como comentarei a seguir.

Para a maior parte dos indivíduos, por outro lado, a constituição de iniciativas públicas de combate à pobreza ligadas às redes deve fomentar vínculos não locais e de menor homofilia, como os constituídos em ambientes institucionais. Nos locais segregados, onde, como vimos uma parte importante dos indivíduos tem redes com menor localismo, seria necessário incentivar o desenvolvimento de redes não locais para conjuntos mais amplos de indivíduos, assim como reduzir os custos de manter contatos.

Nessa direção, um elemento central completamente ausente nas atuais iniciativas públicas parece dizer respeito ao fato de que a criação de vínculos não locais e pouco primários pode também não ser suficiente para lidar com a questão. Se o mecanismo de economia dos vínculos já discutido é realmente relevante, um outro esforço importante a ser realizado passa pela redução dos custos de manutenção de vínculos, em especial os menos locais

e de menor homofilia, que além de mais importantes tendem a ser destruídos mais facilmente. Nesse caso trata-se de evitar que o processo constante de destruição de parcelas da rede não continue a operar, ou opere de forma mais tênue, gerando uma acumulação de vínculos mais próxima da observada em grupos sociais não pobres. Para isso, a redução dos custos de comunicação e de deslocamento parece ser uma chave para o desenvolvimento e a manutenção de redes mais ricas e diversificadas entre os mais pobres.

Além disso, os resultados apresentados indicam que as redes resultam de processos lentos e longos de acumulação e quebra de vínculos e, portanto, programas públicos que pretendam dinamizar as redes devem ser duradouros, baseados em estruturas de implementação institucionalizadas e provavelmente somente produzirão efeitos em prazos relativamente longos.

Gostaria de finalizar apontando o que acredito ser uma agenda de pesquisa que se abre para estudos futuros. Ao menos quatro linhas de investigação merecem citação, focando respectivamente a variabilidade, o uso e a dinâmica das redes, assim como a sua interação com as políticas do Estado. Em primeiro lugar, vale mencionar a reprodução deste estudo focando condições de pobreza diferentes das estudadas aqui, inclusive sob o ponto de vista espacial. Apenas com uma grande quantidade de casos estudados teremos conhecimento mais sistemático sobre a variabilidade do fenômeno. Além disso, mesmo que conheçamos as redes em detalhes, podemos saber pouco sobre o seu uso. Consequentemente, é preciso que se desenvolvam pesquisas qualitativas, inclusive etnográficas e de observação direta, que investiguem de que maneira as pessoas mobilizam as redes em suas práticas cotidianas e em suas estratégias de sobrevivência. Um terceiro tema importante a aprofundar diz respeito à transformação das redes ao longo do tempo, o que depende da construção de desenhos de pesquisa longitudinais. Por fim, uma quarta área de estudos enfoca a interação entre redes sociais e políticas públicas, investigando a importância das redes no desenrolar das políticas e, inversamente, o efeito das políticas sobre as redes de relações.

Bibliografia

- Almeida, R. e D'Andrea, T. 2004. "Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana". In: *Revista Novos Estudos*, No 68.
- Arretche, M. 2000. *Estado federativo e políticas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Revan.
- Baltar, P. 2002. *Mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo: modificações na estrutura ocupacional*. Trabalho apresentado no XIII Encontro nacional da Abep realizado em Caxambu.
- Baltrusis, N. 2005. *Mercado imobiliário informal e o processo de estruturação da cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Fau/Usf, tese de doutorado.
- Barros, Henriques e Mendonça, 2000. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza na Brasil. In: Henriques, R. (org.) *Desigualdade e pobreza na Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Barry, B. 2005. *Why social justice matters*. Londres: Polity.
- Bearman, P. e Parigi, P. 2004. "Cloning Headless Frogs and Other Important Matters: Conversation Topics and Network Structure". In: *Social Forces - Volume 83, No 2*.
- Bearman, R, Moody, J e Stovel, K. 2004. "Chains of affection: the structure of adolescent romantic and sexual networks". In: *American Journal of Sociology*, Vol. 100, No. 1.
- Beggs, J. 1996. "Revising the rural-urban contrast – personal networks in nonmetropolitan and metropolitan settings". In: *Rural sociology*, 61.
- Berquó e Cavenaghi, 2006. "Fecundidade em declínio". In: *Novos Estudos Cebrap*, No 74.
- Bian, Y.; Breiger, R.; Davis, D. e Glaskiewicz, J. 2005. Occupation, class and social networks in urban China. In: *Social Forces*, 83(4)
- Bichir, R. 2006. *Segregação e acesso a políticas públicas no município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto de Ciência Política – FFLCH-USP.
- Bichir, R., Torres, H. e Ferreira, M. 2005. "Jovens no município de São Paulo – explorando os efeitos das relações de vizinhança". In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol 6, nº 2.
- Bidart, C. e Lavenu, D. 2005. "Evolution of personal networks and life events". In: *Social Networks*, nº 27.
- Bird, K. e Pratt, N. 2004. *Fracture points in social policies for chronic poverty reduction*. Londres: Overseas Development Institute/Chronic Poverty Research Centre, Working paper 242.
- Blokland, T. 2003 *Urban Bonds*. Londres: Basil Blackwell.
- Bógus, L. e Taschner, S. 1999. "São Paulo como patchwork: unindo fragmentos de uma cidade segregada". In: *Cadernos Metrópole*, No 1.
- Boltvinik, J. 1998. *Poverty measurement methods – an overview*. Poverty Elimination Programme, UNDP. <http://www.eldis.org/static/DOC6775.htm>

- Bonduki, N. e Rolnik, R. 1982. "Periferia da Grande São Paulo – Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho". In: MARICATO, E. *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 2ª ed.
- Borgatti, S. e Everett, M. 1998. "Network measures of social capital". In: *Connections* 21(2).
- Borgatti, S.; Everett, M. e Freeman, L. 2002. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard, MA: Analytic Technologies.
- Brasileiro, A. (org). 1976. *Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Serviços de interesse comum*. Brasília: IPEA/IBAM.
- Briggs, X. 2001. *Ties that bind, bridge and constrain: social capital and segregation in the American Metropolis*. Artigo apresentado no seminário "Segregatiuon and the city", realizado no Lincoln Institute for Land Policy.
- Briggs, X. 2003. *Bridging networks, social capital and racial segregation in America*. Cambridge: KSG Faculty Research Working Paper Series.
- Briggs, X. 2005. Social capital and segregation in the United States. In: Varady, D. (ed.) *Desegregating the city*. Albany: Suny Press.
- Bueno, L. 2000. *Urbanização de favelas*. São Paulo: Fau/Usp, tese de doutorado.
- Burt, R. 1992. *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Burt, R. 2004. "The network structure of social capital". In: Sutton, R. e Staw, B. (org.) *Research in Organizational Behaviour, Vol. 22*.
- Caldeira, T. 2000. *Cidade dos Muros*. São Paulo: Ed. 34.
- Campbell, K. e Lee, B. 1992. Sources of Personal Neighbor Networks: Social Integration, Need, or Time? In: *Social Forces, Vol. 70, No. 4*, pp. 1077-1100
- Carvalho, I.; Souza, Â. e Pereira, G. Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. In: *Cadernos CRH, V. 17, No 41, 2004*.
- Castells, M. 1983. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cechi, C.; Molina, L. e Sabatini, F. s.d. *Is social capital a policy tool against poverty and inequality? A discussion of development strategies in rural India*. Xerox. obtido em <http://www.socialcapitalgateway.org>.
- Cem/Cebrap e Sas/Pmsp. 2004. *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Cem/Sas/Sesc.
- Chinelli, F. 1980. "Os loteamentos da periferia". In: Valladares, L. (org.) *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar.
- D´Andrea, T. 2004. *Redes sociais em Cidade Tiradentes*. Relatório parcial de Iniciação Científica. São Paulo: Cem/Cebrap-Fapesp.
- Davis, M. 1992. *A cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scrita Ed.
- De la Rua, A. 2005 "Proceso de identificación política mediante redes transnacionales de amistad". In: Porras, J. e Espinoza, V. *Redes: enfoque y aplicaciones del análisis de redes sociales (ARS)*. Santiago: Universidad Bolivariana.
- Dominguez, S. 2004. "Estrategias de movilidad social: el desarrollo de redes para el progreso personal". In: *Redes, Vol. 7 (1)*.

- Dujisin, R. e Jariego, I. 2005 Las puentes interlocales: las redes personales de los universitarios alcalaños en Sevilla. In: Porras, J. e Espinoza, V. *Redes: enfoque y aplicaciones del análisis de redes sociales (ARS)*. Santiago: Universidad Bolivariana.
- Durham, E. 1988. "A sociedade vista da periferia". In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Durlauf, S. 2001. "The membership theory of poverty: the role of group affiliations in determining socioeconomic outcomes". In: Danziger, S. e Haverman, R. (org.) *Understanding poverty*. New York: Russell Sage.
- Durston, J. 2003. "Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en America Latina y Caribe". In: Atria, R. et al. (org.) *Capital social y reducción de la pobreza en America Latina y Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago do Chile: Cepal.
- Elster, J. 1998. "A plea for mechanisms". In: Hedstrøm, P. e Swedberg, R. (org.) *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press
- Emirbayer, M. 1997. "Manifesto for a relational sociology". In: *American Journal of Sociology*, 103 (2).
- Esping-Andersen, G. 2000. *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Barcelona: Ariel.
- Esping-Andersen, G. 2002. "Towards the good society, once again?". In: Esping-Andersen, G. org. *Why we need a new welfare state?* Oxford University Press.
- Faria, V. 1992. "A Conjuntura Social Brasileira: Dilemas e Perspectivas". In: *Novos Estudos CEBRAP*, Nº 33.
- Ferrand, A. 2002. Las comunidades locales como estructuras meso. In: *Revista Redes*, Vol 3, No 4.
- Figueiredo, A., Torres, H. e Bichir, R. 2006. "A conjuntura social brasileira revistada". In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 75, julho de 2006, p. 173-184.
- Figueiredo, A., Torres, H., Limongi, F., Arretche, M., e Bichir, R. 2005. *Relatório final do projeto "Projeto BRA/04/052 - Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas: REDE-IPEA II"*. Mimeo.
- Filgueiras, F. 2004. *Una mirada crítica al "assets-vulnerability approach"*. Santiago do Chile: Cepal, xerox.
- Fiori, J. e Kornis, G. 1994. "Além da queda: economia e política numa década enviesada". In: Guimarães, R. e Tavares, R. *Saúde e sociedade no Brasil dos anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Fontes, B. e Eichner, K. 2004. A formação de capital social em uma comunidade de baixa renda. In: *Redes*, Vol 7 (2).
- Freeman, L. 2004. *The development of social network analysis*. Vancouver: Empirical Press.
- Gomes, S. e Amitrano, C. 2005. "Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao emprego e desemprego". In: Torres, H. & Marques, E. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*, Editora SENAC, São Paulo.
- Grafimeyer, Y. 1996. "La ségrégation spatiale". In: Puagm, S. (org.) *L'exclusion - L'état des savoirs*. Paris: Éditions la découverte.

- Granovetter, M. 1973. "The strength of weak ties". In: *American Journal of Sociology*. Vol 78, No 6.
- Granovetter, M. 2000. *A theoretical agenda for economic sociology*. Stanford: mimeo.
- Grossetti, M. 2005. "Where do social relations come from". In: *Social Networks*, nº 27.
- Guimarães, N. 2004. *Transições ocupacionais e formas de desemprego em São Paulo e Paris*. Trabalho apresentado no Seminário Estrutura social e segregação – São Paulo, Rio de Janeiro e Paris realizado no Cem/Cebrap.
- Guimarães, N. e Picanço, M. 2006. *Laços fortes e fracos na procura de trabalho*. São Paulo: Cem/Cebrap, mimeo.
- Guimarães, R. e Tavares, R. 1994. *Saúde e Sociedade no Brasil dos anos 80*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Hanneman, R. e Riddle, M. 2005. *Introduction to social network methods*. Riverside, CA: University of California, Riverside
- Heinz, J.; Laumman, E.; Nelson, R. e Salisbury, R. 1997. *The hollow core: private interests in national policy making*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hestrom, P.; Sandell, R. e Stern, C. 2000. "Meso-level networks and the diffusion of social movements". In: *American Journal of Sociology*, 106 (1).
- Hoffmann, M. e Mendonça, S. 2003. "O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo". In: *Estudos Avançados*, 17 (47).
- Jacobi, P. 1989. *Movimentos sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo 1978-84*. São Paulo: Ed Cortez.
- Januzzi, P. e Januzzi, N. 2002. *Crescimento urbano, saldos migratórios e atratividade residencial dos distritos da cidade de São Paulo: 1980-2000*. Rio de Janeiro: mimeo.
- Jargowsky, P. 1997. *Poverty and Place: ghettos, barrios and the American city*. Nova Iorque: Russel Sage.
- Jariego, I. 2002. "Tipos de redes personales de los inmigrantes y adaptación psicológica". In: *Redes*. Vol 1, No 1.
- Jariego, I. 2003. *A general typology of the personal networks of immigrants with less than 10 years living in Spain*. Trabalho apresentado no XXIII Sunbelt Conference.
- Jariego, I. 2006. *Geografías del desorden – mallas de paisaje: el entramado de relaciones de los inmigrantes*. Sevilla, mimeo.
- Jha, S; Rao, V. e Woolcock, M. 2007. "Governance in the Gullies: democratic responsiveness and leadership in Delhi's slums". In: *World development*, vol. 35, No 2.
- Johnson, J. 1994. "Anthropological contributions to the study of social networks: a review". In: Wasserman, S. e Galaskiewicz (org.) *Advances in social network analysis: research in the social and behavioral sciences*. Nova Iorque: Sage Pub.
- Johnson, R. e Wichern, D. 1992. *Applied multivariate statistical analysis*. New Jersey: Prentice Hall.
- Kadushin, C. 1995 "Friendship Among the French Financial Elite". In: *American Sociological Review*, 60.

- Kadushin, C. 2004. "Some basic network concepts and propositions". In: *Introduction to Social Network Theory*. Nova Iorque: CUNY, draft.
- Kadushin, C. e Jones, D. 1992. "Social networks and urban neighborhoods in New York City". In: *City & Society*, vol 6, nº1.
- Kaztman, R, e Retamoso, A. 2005. *Spatial segregation, employment and poverty in Montevideo*. Santiago do Chile: Cepal, Review No 85.
- Kaztman, R. 1999. *La dimensión espacial en las políticas de la superación de la pobreza urbana*. Montevideo: mimeo.
- Knoke, D. 1990. *Political networks: the structural perspective*. New York: Cambridge University Press.
- Kowarick, L. 1979. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Kuschnir, K. 2000. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Lago, L. 2002. "A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos". In: *Cadernos IPPUR*, Ano XV/XVI. Número especial: "Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade".
- Lavalle, A. e Castello, G. 2004. "Benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica". In: *Novos Estudos*, No 68.
- Le Galès, P. 1996. "Politiques urbaines en Europe". In: Paugam, S. (org). *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Éditions la découverte.
- Levitas, R.; Pantazis, C.; Fahmy, E.; Gordon, D. Loyd, E. e Patsios, D. 2007. *The multi-dimensional analysis of social exclusion*. Bristol: Department of sociology and school for social policy. obtido em http://www.cabinetoffice.gov.uk/social_exclusion_task_force
- Lin, N. 1999a. "Building a network theory of social capital". In: *Connections*, Vol. 22(1).
- Lin, N. 1999b. "Social networks and status attainment". In: *Annual Review of Sociology*, No 25.
- Long, N. 1999. *The multiple optic of interface analysis*. Unesco background paper on Interface Analysis. Obtido em <http://www.utexas.edu/cola/insts/lilas/claspo>.
- Lotta, G. 2006. *Saber e poder: Agentes Comunitários de Saúde Aproximando Saberes Locais e Políticas Públicas*. Dissertação de mestrado defendida na FGV-SP.
- Mahoney, J. 2001. "Beyond correlation analysis: recent innovations in Theory and Method. In: *Sociological Forum*, Vol. 16, No 3.
- Marcuse, P. 1996. "Space and race in the Post-fordist city: the outcast ghetto and advanced homelessness in the United States today". In: Mingione, E. (org.) *Urban poverty and the Underclass*. Londres: Basil Blackwell.
- Marcuse, P. 1997. "The enclave, the citadel and the ghetto - what has changed in the post-fordist U.S. city". In: *Urban Affairs*, No 33.
- Marcuse, P. 1997. "The ghetto of exclusion and the fortified enclave New patterns in the United States". In: *American Behavioral scientist*, Vol. 41 (3).
- Maricato, E 2003. "Metrópole, legislação e desigualdade". In: *Estudos Avançados*, Vol. 17, Nº 48.
- Maricato, E. 1987. *Política habitacional no regime militar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Maricato, E. *A proletarização do espaço sob a grande indústria. O caso de São Bernardo do Campo*. São Paulo: tese de doutorado, Fau/Usp, 1977.

- Marques, E. 2000. Estado e redes sociais: Permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp.
- Marques, E. 2003. Redes sociais, Instituições e Atores Políticos no governo da cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. Annablume.
- Marques, E. 2005. "Elementos conceituais da segregação urbana e da ação do Estado". In: Marques, E. e Torres, H. (org.) *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social*. São Paulo: Ed. Senac.
- Marques, E. 2007. "Leis gerais, explicações e mecanismos – para onde vão nossas análises?": In *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol 22, No 64*, junho.
- Marques, E. e Bitar, S. 2002. "Grupos sociais e espaço". In: *Novos Estudos Cebrap, No 64*.
- Marques, E. e Saraiva, C. 2005. "As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade". In: Marques, E. e Torres, H. (org.) 2005. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- Marques, E. e Torres, H. (org.) 2005. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- Marques, E.; Bichir, R.; Pavez, T.; Zoppi, M.; Moya, E. e Pantoja, I. 2007. *Redes pessoais e pobreza em São Paulo*. São Paulo: CEM, mimeo.
- Marques, E.; Gonçalves, R. e Saraiva, C. 2005. As condições sociais na metrópole de São Paulo na década de 1990. In: *Novos Estudos, CEBRAP*. São Paulo, n.73. 2005.
- Marques, E; Scalon, C. e Oliveira, C. 2007. *Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo*. mimeo.
- Marsden, P. 2005. "Recent developments in network measurement". In: Carrington, P. Scott, J. e Wasserman, S. (org.). *Models and Methods in Social Network Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Martes, A. e Fleischer, S. (org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra.
- Martine, G. *A trajetória da urbanização brasileira: especificidades e implicações*. Trabalho apresentado no seminário "Processo Brasileiro de Urbanização: diagnóstico global". Min. das Relações Ext., Belo Horizonte, 1995.
- Massey, D. e Denton, N. 1993. *American Apartheid – Segregation and the Making of the Underclass*. Harvard University Press.
- McCarty, C. 2005. "Structure in personal networks". In: *Journal of Social Structure, vol 3*, 2005.
- McPherson, M., Smith-Lovin, L. e Cook, J. 2001. Birds of a feather: homophily in social networks. In: *Annual Review of Sociology, No 27*.
- Mingione, E. 1999. Urban poverty in the advanced industrial world: concepts, analysis and debates. In: Mingione, E. (org.) *Urban poverty and the underclass*. New York: Blackwell publishers.
- Mische, A. e Pattison, P. 2000. *Composing a civic arena: publics, projects and social settings*. In: *Poetics, Vol 27, No 2*.
- Mische, A. e White, H. 1998. "Between Conversation and Situation: Public Switching. Dynamics Across Network-Domains." In: *Social Research, 65*.

- Molina, J. e Gil, A. 2005 Reciprocidad hoy: la rede de las unidades domésticas y serviços públicos de dos colectivos de Vic (Barcelona). In: Porras, J. e Espinoza, V. *Redes: enfoque y aplicaciones del análisis de redes sociales (ARS)*. Santiago: Universidad Bolivariana.
- Mollina, J. 2005. "Localizando geográficamente las redes personales". In: *Redes, Vol 8 (5)*.
- Moody, J. 2001. "Peer influence groups: identifying dense clusters in large networks". In: *Social Networks, No 23*.
- Moore, G. 1990. "Structural determinants of men's and women's personal networks". In: *Annual Sociological Review, vol. 55, nº5, 1990*.
- Morenoff, J. 2003. Neighborhood mechanisms and the spatial dynamics of birth weight. In: *American Journal of Sociology, Vol. 108*.
- Moser, C. "The asset vulnerability framework: reassessing Urban Poverty Reduction Strategies" In: *World Development, Vol. 26, No 1, 1998*.
- Moya, E. 2003. *Repensando a questão social: trajetórias de algumas interpretações nos Estados Unidos, França e Brasil*. São Paulo: DCP/USP, Dissertação de mestrado.
- Nakano, K. 2002. *Quatro COHABs da zona leste de São Paulo: território, poder e segregação*. São Paulo: Fau/USP, Dissertação de Mestrado .
- Neri, M. 2000. Políticas estruturais e combate à pobreza no Brasil. In: Henriques, R. (org.) *Desigualdade e pobreza na Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.
- North, D. 1990. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nunes, E. 1986. "Carências urbanas e reivindicações populares - notas". In: ANPOCS. *Ciências Sociais Hoje - 1986*. São Paulo: ANPOCS/Cortez Ed.
- Ortiz, M.; Hoyos, J. e Lopez, M. 2004. "The social networks of academic performance in a student context of poverty in Mexico" In: *Social Networks, No 26: 175-188*.
- Paugam, S. 2005. *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Paris: PUF.
- Pavez, T. 2006. *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa Santo André Mais Igual*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Política – FFLCH-USP.
- Perillo, S. e Perdigão, M. 1998 "Cenários migratórios recentes em São Paulo". In: *Anais do X Encontro de Estudos Populacionais - ABEP*.
- Perri 6. 1997. *Escaping poverty: from safety nets to networks of opportunity*. Paper obtido em www.demos.co.uk.
- Pinçon-Charlot, M.; Preteceille, E. e Rendu, P. 1986. *Ségrégation Urbaine: Classes sociales et Équipement collectifs région parisienne*. Paris: Ed. Anthropos.
- PNUD/IPEA. 1998. *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: indicadores brasileiros*. Brasília: PNUD.
- PNUD/ONU. 2003. *Human Development Report*. Cópia eletrônica obtida no site: www.undp.org/hdr2003/.
- Pochman, M e Amorim, R. 2003. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez.

- Policy Research Initiative. 2005a *Social capital in action*. Governo Federal do Canadá. obtido em <http://policyresearch.gc.ca>.
- Policy Research Initiative. 2005b. Social capital as a public policy tool. Governo Federal do Canadá. obtido em <http://policyresearch.gc.ca>.
- Portes, A. 199. *Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- Preteceille, E. 2003. "A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas". In: *Caderno CRH, No 38*.
- Preteceille, E. 2006. "La ségrégation sociale a-t-elle augmenté? La métropole parisienne entre polarisation et mixité" In: *Sociétés Contemporaines, No 62*.
- Preteceille, E. e Ribeiro, L. 1999. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos aos 80. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 14 (40)*
- Putnam, R. 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Ragin, C. 1987. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press.
- Ramos, D. e Lazo, A. 2004. *A vulnerabilidade econômica das famílias residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro no período 1991-2000*. Trabalho apresentado no XIV Encontro da Abep
- Rao e Woolcock, 2001. Social capital and risk management strategies in poor urban communities: what do we know? obtido em <http://poverty2.forumone.com>.
- Ribas, R. e Machado, A. 2007. *Distinguishing chronic poverty from transient poverty in Brazil: developing a model for pseudo-panel data*. Brasília; International poverty centre. obtido em <http://www.undp-povertycentre.org>
- Ribeiro, M. 1993. *História sem fim... Inventário da saúde pública*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Ribeiro, R. "Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. In: *Cadernos IPPUR, Ano XV/XVI*. Número especial: "Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade", 2002.
- Rocha, S. 2003. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV Ed.
- Rocha, S. 2006a. "Pobreza e indignação no Brasil: algumas evidências empíricas com base na Pnad 2004". In: *Nova Economia, Vol. 16, No 2*.
- Rocha, S. 2006b. *Renda, Mercado de trabalho e escolaridade: alguns aspectos sobre o papel de São Paulo no contexto do país*. Rio de Janeiro: IETS, xerox.
- Ross, S. 2001. *Employment access, neighborhood quality and residential location choice*. Artigo apresentado no "International seminar on segregation in the city" realizado no Lincoln Institute. Boston: mimeo.
- Sabatini, F. 2004. "Medición de la segregación residencial: reflexiones metodológicas desde la ciudad latinoamericana". In: Cáceres, G. e Sabatini, F. ed. *Barrios cerrados en Santiago de Chile: entre la exclusión y la integración residencial*. Lincoln Institute of Land Policy and PUC-Chile.

- Sabatini, F. "Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades latino-americanas e o caso de Santiago do Chile". In: Oliveira, M. (org.) *Demografia da exclusão social*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- Sabatini, F.; Cáceres, G. e Cerda, J. *Residential segregation pattern changes in main chilean cities: scale shifts and increasing malignancy*. Lincoln Institute of Land Policy, Xerox, s.d.
- Sader, E. 1988. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra.
- Salgado, E. 2000. *O loteamento residencial fechado no quadro de transformação da metrópole de São Paulo*. São Paulo: Fau/Usf, dissertação de mestrado.
- Sampson, R. e Morenoff, J. 1997. "Ecological perspectives on the neighborhood context of urban poverty: past and present" In: Danziger, S. e Haverman, R. *Understanding poverty*. New York, Russell Sage.
- Sampson, R. e Raudenbush, S. 1997. "Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy". In: *Science*, No 277.
- Santos, C. 1981. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Santos, C. 1982. *Processo de crescimento e Ocupação da Perifeira*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU.
- Santos, C. 1985. "Loteamentos na periferia metropolitana". In: *Revista de Administração Municipal*, Vol. 32, No 174.
- Santos, C. e Bronstein, O. 1978. "Meta-urbanização - o caso do Rio de Janeiro". In: *Revista de Administração Municipal*, vol. 25, n 149.
- Santos, G. 2005. "Redes e território: reflexões sobre a migração". In: Dias, L. e Silveira, R. (org.) *Redes: sociedades e territórios*. Florianópolis: Edunisc.
- Santos, J. 2005. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol 20 (58).
- Saraiva, C.; Marques, E. 2005. A condição social dos habitantes de Favelas. In: Marques, E.; Torres, H. (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, p.143-167. Santos, 1980
- Schneider, M.; Scholz, J.; Lubell, M.; Mindruta, D. e Edwarsen, M. (2003), "Building consensual institutions: networks and the National Estuary Program". In: *American Journal of Political Science*, 47 (1).
- Scott, J. 1992 *Social Network analysis*. Newbury Park, California: Sage Publications
- Seade, 2000. *São Paulo: Século XXI*. São Paulo: Alesp/Seade.
- Sen, A. 2000. *Social exclusion: concepts, application and scrutiny*. Asian Development Bank: Social development papers No 1. obtido em <http://www.adb.org>.
- Silva, L. (coord.). *O que mostram os indicadores sociais sobre a pobreza na Década Perdida*. Relatório de pesquisa IPEA, 1992.
- Simmel, G. "El cruce de los círculos sociales". In: *Sociología*, 2. *Estudios sobre las formas de socialización*. Alianza Universidad, 1972 [1908].
- Simmel, G. 1973 [1902] "Metrópole e Vida Mental". In: Velho, G. (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Skocpol, T. 1984. *Vision and method in historical sociology*. Boston: Cambridge University Press.
- Skocpol, T. 1985. "Bringing the state back in: strategies of analysis in current research". In: Evans, P.; Ruessschmeyer, D. e Skocpol, T. (org.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Smolka, M. "Segregação social no espaço: definição do objeto de análise." In: *Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica*. Rio de Janeiro: IPEA/Anpec, 1983.
- Sposati, A. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo, Educ, 1996.
- Taschner, S, P. 1990. "Habitação e demografia intra-urbana em São Paulo". In: *Revista da ABEP*, Vol. 7, No 1.
- Taschner, S. 2002. Espaço e população nas favelas de São Paulo. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Abep.
- Tavares, R. e Monteiro, M. 1994. "População e condições de vida". In: Guimarães, R. e Tavares, R. *Saúde e sociedade no Brasil dos anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Tilly, C. 1992. *Big structures, large processes huge comparisons*. Nova Iorque: Russell Sage foundation.
- Tilly, C. 2000. *La desigualdad persistente*. Madrid: Manatial.
- Tilly, C. 2001. *Mechanisms in political processes*. In: *Annual Review of Political Science*, Vol. 4.
- Torres, H. 2005a. "A fronteira paulistana". In: Marques, E.; Torres, H. (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, p.101-119.
- Torres, H. 2005b. "Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana". In: Marques, E. e Torres, H. orgs. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- Torres, H. 2005c. "Medindo a segregação". In: Marques, E. e Torres, H. orgs. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- Torres, H. e Marques, E. 2001. "Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano". In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, N° 4.
- Torres, H., Ferreira, M. e Gomes, S. 2005. "Educação e segregação social: explorando os efeitos das relações de vizinhança". In: Marques, E. e Torres, H. orgs. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- Torres, H.; Bichir, R. e Pavez, T., 2006 Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. In: *Novos Estudos*, CEBRAP. São Paulo, n.74, p.17-22.
- Torres, H.; Pavez, T.; Gomes, S. e Bichir, R. 2006. "Educação na Periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais?". Trabalho apresentado no Workshop Neighborhood effects, educational achievements and challenges for social policies. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 31st August-2nd September, 2006.

- Trotter, R. 1999. "Friends, relatives and relevant others: conducting ethnographic network studies". In: Schensul, R. (org.). *Mapping social networks, spatial data and hidden populations*. Londres: Altamira.
- Valladares, L. e Preteceille, E. 2000. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: Queiroz, L.C. O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Observatório/Ed. Revan.
- Vetter, D. 1981. "A segregação residencial da população economicamente ativa na região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo grupos de rendimento mensal". In: Revista Brasileira de Geografia, 434.
- Villaça, F. 1998. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.
- Wacquant, L. 1996. "Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano". In: *Mana: Estudos de antropologia social*, Vol. 2, No 2.
- Wacquant, L. 2001. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Revan.
- Wasserman, S. e Faust, K. 1994. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wellman, B. 1979. "The community question: the intimate networks of East Yorkers". In: *American Journal of Sociology*. Vol 84, No 5.
- Wellman, B. 2001. *The persistence and transformation of Community: from neighbourhood groups to social networks*. Toronto: Obtido em <http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/lawcomm/lawcomm7.PDF>.
- White, H. 1995. "Network switchings and bayesian forks: reconstructing the social and behavioral sciences". In: *Social Research: An international quarterly of the social sciences*. Vol 62, No 4.
- Wilson, W. 1987. *The truly disadvantage: the inner city, the underclass and public policy*. University Chicago Press.
- Wilson, W. 2002. *Expanding the domain of policy-relevant scholarship in the social sciences*. Londres: Case/LSE, Case paper, 52
- Wirth 1972 [1938] "O urbanismo como modo de vida". In: Velho, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- Yinger, J. 2001. "Housing discrimination and residential segregation as causes of poverty". In: Danziger, S. e Haverman, R. *Understanding poverty*. New York, Russell Sage.